



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**  
**CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM SOCIEDADE, CULTURA**  
**E FRONTEIRAS**

**LUIZ CARLOS GAMBETTA**

**COLONIZAÇÃO BRASILEIRA NO PARAGUAI ORIENTAL: UMA**  
**TERRITORIALIDADE BRASIGUAIA**

**FOZ DO IGUAÇU, 2020**

LUIZ CARLOS GAMBETTA

**COLONIZAÇÃO BRASILEIRA NO PARAGUAI ORIENTAL: UMA  
TERRITORIALIDADE BRASIGUAIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de Pesquisa: Território, História e Memória.

Orientador: Prof. Dr. Mauro José Ferreira Cury.

FOZ DO IGUAÇU, 2020

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Gambetta, Luiz Carlos

Colonização brasileira no Paraguai oriental : uma territorialidade brasiguaiá / Luiz Carlos Gambetta; orientador(a), Mauro José Ferreira Cury, 2020.

120 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2020.

1. Imigração. Fronteira. 2. Brasiguaios. 3. Geopolítica. 4. Territorialidades. I. Cury, Mauro José Ferreira. II. Título.



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Foz do Iguaçu - CNPJ 78.680.337/0004-27

Av. Tarquínio Joslin dos Santos, 1300 - Fone: (45) 3576-8100 - Fax: (45) 3575-2733

Pólo Universitário - CEP 85870-650 - Foz do Iguaçu - Paraná



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

## LUIZ CARLOS GAMBETTA

### COLONIZAÇÃO BRASILEIRA NO PARAGUAI ORIENTAL: UMA TERRITORIALIDADE BRASIGUAIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociedade, cultura e fronteiras, área de concentração Sociedade, Cultura e Fronteiras, linha de pesquisa Território, História e Memória, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a) - Mauro José Ferreira Cury

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Foz do Iguaçu (UNIOESTE)

---

José Carlos dos Santos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

---

Antonio Marcos Myskiw

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Foz do Iguaçu, 10 de março de 2020

Prof. Dr. Oscar Kenji Nihel  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação  
em Sociedade, Cultura e Fronteiras  
Portaria nº 1829/2019 - GRE de 09/04/2019

GAMBETTA, Luiz Carlos. **COLONIZAÇÃO BRASILEIRA NO PARAGUAI ORIENTAL: UMA TERRITORIALIDADE BRASIGUAIA**. 2020. 120 p. Dissertação - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu.

## **RESUMO**

A pesquisa se refere as transformações da região fronteira paraguaia, provocada pelos imigrantes brasileiros entre 1950 e 1990, seus efeitos sociais, econômicos, políticos e demográficos. Analisa a formação das territorialidades brasiguaias sob o enfoque geopolítico, relacionados com as disputas territoriais e a formação das fronteiras entre Brasil e Paraguai, no contexto colonial, Imperial e Republicano, e que de alguma forma influíram na formação do espaço brasiguai. Se reconstrói a história da colonização de um vasto território para entender a formação de cidades e as consequências derivadas do pioneirismo. As hipóteses do trabalho se fundamentam na análise da história socioeconômica e territorial do Paraguai. Nela, se encontram as respostas para explicar porque o país buscou nos brasileiros a solução para colonizar áreas fronteiriças, que resultaram na modernização da agricultura, principal setor de sua economia, mas que, por outro lado, o atraiu definitivamente para a órbita geopolítica do Brasil.

**Palavras chave:** Imigração; Fronteira; Brasiguaios; Geopolítica; Territorialidades.

GAMBETTA, Luiz Carlos. **BRAZILIAN COLONIZATION IN EASTERN PARAGUAY: A BRASIGUAYAN TERRITORIALITY**. 2020. 120 p. Dissertation - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus of Foz do Iguaçu.

### **ABSTRACT**

This research shows the transformations of the Paraguayan border region, caused by the Brazilian immigrants between 1950 and 1990, their social, economic, political and demographic effects. It is analysed the formation of Brazilian territorialities, under a geopolitical approach, related to the territorial disputes and the formation of the borders between Brazil and Paraguay, in the colonial, imperial and republican context and that, in some way, influenced the formation of “Brasiguayan” space. The history of the colonization of a vast territory is reconstructed to understand the formation of the cities and the consequences derived from the pioneering. The hypotheses of the work are based on the analysis of the socioeconomic and territorial history of Paraguay, where answers are found to explain why the country had to seek in the Brazilians people the solution to colonize frontier areas, which resulted in the modernization of the main sector of its economy, however, on the other hand, definitively attracted to the geopolitical orbit of Brazil.

**Key words:** Immigration; Border; Brasiguaios; Geopolitics; Territorialities.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DO CULTIVO DA SOJA NO PARAGUAI.....	77
QUADRO 2 - PARAGUAI: PROPRIEDADES POR TAMANHO EM HECTARES .....	79
QUADRO 3 - PARAGUAI: EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES; 1960 E 2012 .....	95
QUADRO 4 - PARAGUAI: EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES; 1960 E 2012 .....	95

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – PORCENTAGEM DE OCUPAÇÃO DE TERRAS POR BRASILEIROS NO PARAGUAI, POR DEPARTAMENTO .....	12
FIGURA 2 - CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA ILHA BRASIL .....	24
FIGURA 3 - PROVÍNCIA DE GUAIRÁ: POVOADOS ESPANHÓIS E JESUÍTICOS.	27
FIGURA 4 - TERRITÓRIO DISPUTADO POR BRASIL E PARAGUAI (1777-1870).	31
FIGURA 5 - PERDAS TERRITORIAIS DO PARAGUAI APÓS A GUERRA.....	44
FIGURA 6 - PARAGUAI: DENSIDADE DEMOGRÁFICA EM 1962 .....	50
FIGURA 7 - PARAGUAI: MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS ÀS REGIÕES DE FRONTEIRA;1960-70 .....	54
FIGURA 8 - PARAGUAI: MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS ÀS REGIÕES DE FRONTEIRA; 1980-90 .....	55
FIGURA 9 - LOS CEDRALES - ALTO PARANÁ (PY).....	60
FIGURA 10 - VISTA PARCIAL DE LOS CEDRALES: COMEMORAÇÃO AO DIA DO AGRICULTOR, 1990.....	60
FIGURA 11 - PARAGUAI: EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA; 1972.....	64
FIGURA 12 - PARAGUAI: EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA; 2015.....	64
FIGURA 13 - PRINCIPAIS CIDADES PARAGUAIAS EM 1950.....	68
FIGURA 14 - CIDADES FUNDADAS, OU COM PRESENÇA DE COLONOS BRASILEIROS NA REGIÃO ORIENTAL DO PARAGUAI.....	75
FIGURA 15 – COBERTURA VEGETAL DO PARAGUAI ORIENTAL EM 1945.....	82
FIGURA 16 - COBERTURA VEGETAL DO PARAGUAI ORIENTAL EM 2004.....	82
FIGURA 17 - ÁREA OCUPADA PELA SOJA EM 2015 NO PARAGUAI.....	84
FIGURA 18 - TERRITÓRIO OCUPADO PELOS SOJEIROS NO PARAGUAI.....	88
FIGURA 19 - PARAGUAI: EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA; 1972.....	99
FIGURA 20 - PARAGUAI: EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA; 1992.....	99
FIGURA 21 - INGRESSO DE CAPITAL PRIVADO BRASILEIRO NO PARAGUAI.	104



## LISTA DE ABREVIACÕES

BCP – Banco Central del Paraguay

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento

CAPECO – Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y  
Oliaginosas

DGEEC – Dirección General de Encuestas y Estadísticas Censitarias

EUA – Estados Unidos da América

FOCEM – Fundo de Convergência Estrutural

IBR – Instituto del Bienestar Rural

IPS – Instituto de Previsión Social

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MS – Mato Grosso do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PIB – Produto Interno Bruto

PR – Paraná

PY – Paraguay

SENASA – Servicio Nacional de Saneamiento Ambiental

UNA – Universidad Nacional de Asunción

USD – United States Dollar

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>15</b>
<b>1. A HISTÓRIA DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS E AS DISPUTAS TERRITORIAIS BRASIL-PARAGUAI (1530-1950)</b> .....	<b>22</b>
1.1 O EXPANSIONISMO TERRITORIAL PORTUGUÊS APOIADO PELA MANIPULAÇÃO CARTOGRÁFICA .....	22
1.2 AS BANDEIRAS E A EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS DO BRASIL.....	25
1.3 OS TRATADOS QUE REDEFINIRAM AS FRONTEIRAS COLONIAIS.....	29
1.4 PARAGUAI: DA INDEPENDÊNCIA À RUÍNA (1810-1870) .....	32
1.5 O COLAPSO DO SISTEMA ECONÔMICO AGRÁRIO E O FRACASSO DOS PROJETOS DE IMIGRAÇÃO.....	45
1.6 OS DESEQUILÍBRIOS SOCIAIS DE UM PAÍS AGRÍCOLA EXTRATIVISTA .....	49
<b>2. A MIGRAÇÃO DE BRASILEIROS AO PARAGUAI E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO BRASIGUAIO</b> .....	<b>52</b>
2.1 AS VIAS DA MIGRAÇÃO E A FORMAÇÃO DAS PRIMEIRAS COLÔNIAS.....	54
2.2 A DISTRIBUIÇÃO DOS BRASILEIROS E A RECOMPOSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO LESTE PARAGUAIO.....	61
2.3 OS IMIGRANTES E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO EXTREMO LESTE PARAGUAIO.....	65
2.4 O DINAMISMO DAS CIDADES PIONEIRAS: NOVOS POLOS DE ATRAÇÃO .....	72
2.5 OS EFEITOS CONTRADITÓRIOS DA MODERNIZAÇÃO AGRÁRIA.....	76
<b>3. FRONTEIRA LESTE PARAGUAIA: DE ESPAÇO ISOLADO À TERRITÓRIO CONTROLADO POR IMIGRANTES</b> .....	<b>85</b>
3.1 A APROPRIAÇÃO ESTRANGEIRA DOS SETORES ESTRATÉGICOS .....	89
3.2 A SAÚDE .....	90
3.3 A EDUCAÇÃO .....	91

3.4 MODERNIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA.....	93
3.5 FRONTEIRA RICA, INTERIOR POBRE .....	96
3.6 O PARAGUAI NO MERCOSUL .....	100
3.7 O BRASIL NO PARAGUAI.....	103
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>115</b>

## INTRODUÇÃO

Por séculos o Brasil têm recebido imigrantes provenientes de todos os continentes. Esses imigrantes ajudaram a transformar o país em uma nação progressista, em termos regionais. A diversidade cultural, resultado da miscigenação das diferentes etnias, caracterizou a sociedade brasileira como heterogênea.

Mas o Brasil teve momentos de crise que obrigou brasileiros a deixarem o país, especialmente entre os anos de 1980 e 2000, quando milhares migraram principalmente para Europa, Estados Unidos da América (EUA) e Japão. Esses emigrantes, em sua maioria, eram netos, bisnetos ou tataranetos, daqueles imigrantes que chegaram ao Brasil entre os anos de 1850 e 1950. Com a grave crise financeira dos anos 1980, eles fizeram o caminho de volta à terra de seus ancestrais.

Entretanto, a análise dos fluxos migratórios de brasileiros para o exterior nos anos 1980, não se restringe apenas a classe dos exilados econômicos que procuravam se estabelecer nos países ricos do norte, em busca da satisfação pessoal que não conseguiam no Brasil. Por surpreendente que possa parecer, aproximadamente 500 mil brasileiros emigraram para o Paraguai (SOUCHAUD, 2002; p.11), um país fronteiriço.

Esse movimento migratório que iniciou em 1950 e atingiu o apogeu em 1980 é singular, porque nunca antes um número tão expressivo de brasileiros havia escolhido viver em um país limítrofe, menos desenvolvido que o Brasil. Existe uma série de outros fatores que tornam o fenômeno interessante, entre os quais, que inicialmente era composto somente por agricultores.

Os brasileiros que foram ao Paraguai tem um perfil diferente daqueles que saem do país por aeroportos internacionais, em um movimento urbano-urbano, que caracteriza as ondas migratórias em todo o globo, em direção aos países desenvolvidos. Não se pode classificar a migração dos colonos para o Paraguai como transitória, pois não foram para encontrar trabalho temporal, economizar algum dinheiro e voltar ao Brasil. Ao contrário, os que lá chegaram, se estabeleceram de maneira definitiva. Construíram casas e propriedades, trabalharam a terra, desbravaram as florestas para dar lugar a campos de cultivo, fundaram cidades e modificaram a paisagem natural, demográfica, econômica e social, dos departamentos de Alto Paraná, Canindeyu e Amanbay, que lindam com o Brasil.

Quando os movimentos migratórios internos para o norte do Brasil começaram a enfraquecer (anos 1970), devido ao solo e clima pouco propícios para a agricultura intensiva, os agricultores do sul iniciaram a exploração das áreas de fronteira do Paraguai. Encontraram nessa região excelentes terras com valores acessíveis, onde puderam desenvolver a monocultura mecanizada. Favorecido por ações pontuais dos governos brasileiro e paraguaio desencadeou-se um fluxo migratório pouco expressivo no início, mas que culminou com a colonização de um extenso território fronteiriço do Paraguai.

A constante entrada de brasileiros, principalmente entre os anos 1970 e 1980, é vista pelos paraguaios como uma verdadeira invasão, devido às proporções alcançadas. A crítica faz jus ao mérito, pois o Paraguai é o segundo maior receptor de brasileiros, atrás somente dos EUA (MRE, 2018). Mas, se por um lado os brasileiros são considerados invasores, por outro, são convenientes, porque modernizaram a agricultura, e a transformaram na atividade econômica mais expressiva do país. A soja é o produto estrela cultivada pelos brasileiros no Paraguai, responsável por transformar o país em um dos maiores produtores agrícolas do mundo.

Um estudo realizado por Riquelme e Kretschmer (2016, p. 32), aponta que o constante aumento da produção da soja desde os anos 1970, provocou a concentração de terras e expulsou do campo pequenos agricultores. Se estima que 64% da área cultivada de soja no Paraguai pertencem a brasileiros.

A figura 1, mostra em porcentagem, a ocupação das terras pelos brasileiros, nos departamentos que fazem fronteira com o Brasil. Se observa que os departamentos do interior são os únicos que não registram presença de brasileiros.

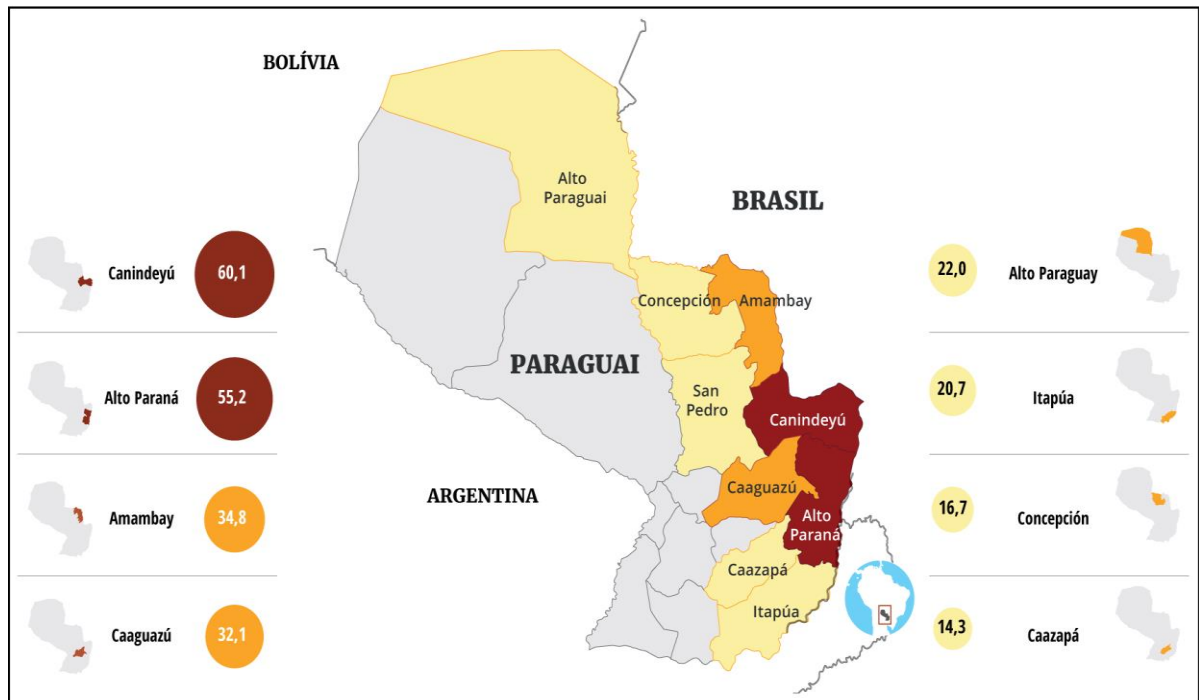


FIGURA 1 – PORCENTAGEM DE OCUPAÇÃO DE TERRAS POR BRASILEIROS NO PARAGUAI, POR DEPARTAMENTO

FONTE: <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2017/11/06/proprietarios-brasileiros-tem-14-das-terras-paraguaias/>

Mas, a pujança das colônias despertou os camponeses paraguaios para a realidade do atraso que vivem no campo. O modelo agrário implantado nas fazendas, fundamentado no intenso uso da tecnologia, provocou um choque no modo de vida dos camponeses paraguaios, tradicionalmente praticantes do cultivo de sobrevivência. Os brasileiros começaram a ser vistos como ricos empreendedores, enquanto os paraguaios são herdeiros de um sistema agrário excludente, empobrecedor.

Sentindo-se marginalizados, os paraguaios passaram a exigir o direito à terra. Com o pretexto de que os produtores de soja provocam a destruição das florestas, a contaminação das águas, e a destruição da pequena propriedade, os camponeses começaram a invadir as terras dos brasileiros, o que provocou um grave conflito social e exigiu a intervenção da diplomacia brasileira, com a finalidade de evitar enfrentamentos. A proteção que o Brasil exerce sobre os imigrantes na defesa de seus direitos no Paraguai, revelou um aspecto importante dessa pesquisa: que o espaço formado pelos colonos se tornou politicamente estratégico.

Por certo, o êxito do fenômeno migratório se deve ao empenho e planejamento dos governantes militares, em ambos os países, em firmar acordos que permitissem a entrada dos colonos. Esses acordos garantiram e facilitaram a apropriação das terras férteis pelos brasileiros, na fronteira paraguaia com o Brasil. Para os brasileiros do sul, o Paraguai era visto como um pobre e pequeno país, incapaz até mesmo de aperfeiçoar suas atividades primárias como a agricultura. No imaginário dos imigrantes, além da fronteira haviam terras selvagens cobertas de florestas, um lugar que oferecia tudo por explorar. Portanto, a colonização da fronteira paraguaia oferece a oportunidade de observar como uma população estrangeira dominou um vasto território internacional, tendo como base principal o pioneirismo.

O modelo de propriedade agrícola desenvolvido pelos colonos brasileiros no Paraguai, foi responsável pelo acelerado crescimento econômico da Região Oriental. As terras produtivas, ligadas às modernas tecnologias usadas pelos brasiguaios, transformaram o espaço pioneiro em uma região de máxima importância econômica para o Paraguai. Os imigrantes alteraram com extraordinária rapidez uma imensa faixa de terra, antes quase desabitada, imersa em florestas, num território rico e dinâmico. Aliado a esse desenvolvimento, o processo da colonização desencadeou a formação de uma rede urbana jovem, que recompôs a demografia paraguaia na região de fronteira.

Na década de 1980, os brasileiros que viviam no Paraguai representavam 10% de toda a população paraguaia. Nos anos 1990, os colonos imigrantes eram donos de 40% da superfície dos departamentos de Alto Paraná e Canindeyu, e através das atividades agrárias que exerciam (principalmente o cultivo da soja), rendiam ao Paraguai aproximadamente 30% do seu Produto Interno Bruto (PIB), atualmente 55% (BCP, 2015).

Os números demonstram a influência e a preponderância que atingiu a colônia a nível regional e nacional. Detalhar essa conquista para entender melhor como se desenvolveu o processo migratório e a sociedade que se originou dele, tem se tornado revelador, entre outras coisas, porque atingem proporções políticas, econômicas, sociais e espaciais, sem precedentes. Dentro das implicações que resultaram da colonização se destaca a força econômica construída pela colônia, que de forma direta ou indireta, ajudou a acentuar a dependência comercial do Paraguai com o Brasil, que confere a esse processo ações geopolíticas.

As observações durante os estudos de campo nos deram a percepção de que território colonizado está mais para ser considerado um pedaço do Brasil fora dele, do que parte integrante do território paraguaio. Existem muitas explicações para o fato, mas a ponte que liga de maneira definitiva a colônia ao outro lado da fronteira, não é aquela construída com cimento. Além da continuidade social que permite a preservação dos costumes e da língua, perdura entre os imigrantes, o sentimento de seguir sendo brasileiro. A territorialidade brasiguai, assim denominado por sua singularidade, parece ter surgido não só pela especial conexão cultural e comercial que mantém com o Brasil, mas, sobretudo, pela liberdade que tiveram os colonos em construir em solo estrangeiro um pedaço de sua pátria.

Na medida em que avançava a pesquisa, perguntas surgiram e com elas as prováveis hipóteses, que no final, serviram de guia para traçar o perfil de toda essa investigação. Diante do exposto, os problemas a que nos propomos responder são:

- Como foi possível um território tão vasto e cobiçado por suas riquezas naturais permanecer quase inabitado e inexplorado até a chegada dos colonos?
- Por que milhares de colonos atravessaram a fronteira, se no Brasil sobram terras agricultáveis?
- Por que uma sociedade essencialmente agrária como a paraguaia não ocupou extensivamente as terras férteis da fronteira?
- A ocupação do território fronteiriço e sua transformação em um espaço transnacional controlado pela agricultura capitalista, é resultado de um projeto geopolítico?

Em razão dos questionamentos levantados, o objetivo geral é analisar a formação das territorialidades brasiguaias sob o enfoque geopolítico, relacionados com as disputas territoriais e a formação das fronteiras entre Brasil e Paraguai, e que de alguma forma influíram na formação do espaço brasiguai. Pesquisar a história da colonização do Paraguai Oriental para entender a formação da nova rede urbana, a evolução do espaço colonizado, seus efeitos econômicos, sociais, demográficos e culturais, entre os anos de 1950 e 1990.

Os objetivos específicos da pesquisa são:

- a) Demonstrar que expansionismo português, e depois do Império do Brasil, incluíam uma determinação geopolítica que influenciaram na composição e no isolamento do território paraguaio, bem como no esvaziamento demográfico de suas fronteiras, hoje ocupadas pelos brasileiros.



b) Analisar o processo migratório, resultado de políticas de ocupação das fronteiras, e a organização da colônia nos primeiros tempos, para compreender a formação da sociedade brasiguiaia e o surgimento dos núcleos urbanos que resultaram da colonização.

c) Compreender como se deu a apropriação e o controle de um vasto território fronteiriço pelos imigrantes, seus efeitos e contradições, os quais atraíram definitivamente o Paraguai para a órbita geopolítica do Brasil.

## METODOLOGIA

As reflexões sobre o fenômeno migratório que levou meio milhão de brasileiros ao Paraguai se desenvolveu a partir de interesses e experiências pessoais. Em 2003, foi elaborado uma pesquisa sobre a mobilidade das fronteiras. Algumas leituras conduziram ao tema “imigração e fronteiras”, relacionadas aos brasiguaios. A partir de então, o propósito era elucidar as ambiguidades e controvérsias em torno da expressão “brasiguai”, obter mais informações e preparar terreno para uma investigação abrangente.

Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema, mas há que se dizer, eram escassas e resumidas, pois se buscava uma abordagem geral sobre o assentamento de brasileiros no Paraguai. Em 2005 redigiu-se, de modo introdutório, um projeto com o propósito de ampliar a exploração do tema. Nesse sentido, a publicação do geógrafo francês Silvain Souchaud (2002), intitulada *Pionniers brésiliens au Paraguay*, contribuiu com informações importantes. Nela, o autor faz uma extensa e detalhada análise sobre o assunto, e atribui o êxito da colonização à sua polarização com o Brasil.

Apesar da obra ter sido útil, apresentava pontos em comum com o que se pretendia pesquisar. Para diferenciar a linha metodológica da pesquisa, que trazia semelhanças com a de Souchaud, abordou-se o assunto sob um ponto de vista historiográfico. O propósito foi trazer para a pesquisa as fontes que tivessem intencionalidade objetiva (RUSEN, 2007; p.140), ou seja, identificar acontecimentos ou outros elementos, que de alguma forma foi utilizado como estratégia de Portugal, e depois do Brasil, e que teve influência na formação de limites entre Brasil e Paraguai, aliados a conceitos geopolíticos. O objetivo foi o de relacionar os fatos do passado que moldaram o território, a economia e a sociedade paraguiaia, e que no presente

estão associados à formação das territorialidades brasiguaias. Entretanto, destaca-se aqui a obra de Souchaud, pois foi relevante na elaboração do plano teórico dessa investigação.

Obviamente, durante a sondagem bibliográfica, outras obras literárias sobre o assunto, ou que colaboraram para o desenvolvimento teórico foram incorporadas, das quais se desacatam: CARDOZO (1996; 2009); FLORENTIN (2010); WAGNER, (1990); LAINO (1977); MEIRA MATTOS (1990); ALBUQUERQUE (2010) e SANTOS (2002); PÉBAYLE (1994); MURADÁS (2008), entre outros.

Esta primeira seleção literária, introdutória e essencial, serviu de suporte para se iniciar os estudos de campo. Até então algumas ideias perfilavam a pesquisa, mas sem uma linha teórica ou metodológica específica. Os conceitos teóricos se desenvolveram depois das informações coletadas *in loco*, o que permitiu articular os elementos desordenados dentro do todo.

Por se tratar de uma pesquisa sobre a formação das territorialidades brasiguaias, a metodologia é histórica e qualitativa. Histórica porque deu suporte na narrativa de reconstrução da colonização do leste paraguaio por brasileiros. Através dos testemunhos históricos de variadas fontes foi possível entender as transformações do espaço colonizado, pois os fatos estão relacionados com as origens da nação paraguaia, refletidos no presente, como descrito no capítulo I.

Qualitativa, pois conduziu à compreensão do ambiente e da vida real dos imigrantes brasileiros no Paraguai, de que modo eles enfrentaram os desafios e prosperaram no novo país (YIN, 2016; p.27). Por ser uma metodologia abrangente, foi incorporado ao estudo uma ampla variedade de tópicos, que fazem parte do contexto, como a economia, história, demografia, agricultura, urbanismo, cultura, meio ambiente, ademais do eixo central, a imigração. A ampla variedade de dados, enriqueceu a pesquisa e trouxe confiabilidade à investigação.

A primeira viagem ao Paraguai foi realizada em agosto de 2016. A finalidade era reunir informações sobre o tema, para reafirmar o objetivo do estudo e fundamentar as hipóteses. O trabalho de campo durou aproximadamente duas semanas, tempo dedicado a delimitar e a conhecer o território colonizado em todos os aspectos possíveis. Obviamente, devido às proporções territoriais que a colônia abrange, não foi possível fazer observações mais amplas como era desejado.

Para aproveitar melhor a estadia, foi necessário selecionar as informações e restringir o campo de pesquisa a Los Cedrales, pequena cidade situada a uns 30Km

da fronteira com o Brasil, no departamento de Alto Paraná. A colonização nesse município é uma das mais antigas e, por isso, poderia aportar mais dados sobre a evolução pioneira.

Em Los Cedrales, um fato curioso mereceu atenção: de seus 18.000 habitantes, cerca de 80% são brasileiros (MUN. LOS CEDRALES, 2002; p.69). Do mesmo modo, foi constatado que essas cifras se repetem em mais ou menos oito núcleos urbanos fundados por imigrantes brasileiros. Nessas cidades, o modo de vida é tipicamente brasileiro; a língua falada é o português, a televisão e o rádio retransmitem programas nesse idioma, e até alguns carros levam placas do Brasil. A sensação que se tem em Los Cedrales é de não estar em solo estrangeiro, é como se o Brasil estivesse se estendido para outro lado da fronteira. Devido a essa particularidade, se percebe que as cidades fundadas por imigrantes não só transformaram o espaço colonizado antes essencialmente rural; elas também desempenham um papel importante na integração comercial, cultural e regional.

Com o propósito de aportar elementos necessários para entrar de maneira mais direta ao tema, em Los Cedrales foram feitas entrevistas informais (não estruturadas) com os colonos e observado o cotidiano deles. Visitou-se alguns segmentos da sociedade onde se desenvolvem atividades sociais e administrativas como escolas, igrejas, prefeitura, e a comunidade de modo geral, o que agregou informações valiosas a este estudo.

As observações de aspecto socioeconômico do dia-a-dia dos agricultores (comércio, administração das propriedades, etc.) contribuíram para construir um panorama inicial da progressão da sociedade pioneira. Na oportunidade, foram recolhidos documentos, mapas, fotos, e estatísticas da prefeitura, que representassem um pouco da história e pudessem servir de testemunhos com relação às transformações físicas e sociais ocorridas, resultado da imigração.

Após fazer a confrontação entre passado e presente, apoiados nos dados coletados e mais o reforço das obras de literatura consultadas, foi possível construir a representação da região fronteira e o espaço da colonização. O quadro perfilado da evolução da colônia deve-se dizer, é muito similar ao que acontecia nas fronteiras agrícolas abertas no interior do Brasil, que tinham como objetivos aumentar a população do interior e expandir as áreas de plantio.

Em dezembro de 2017, foi realizada a segunda viagem ao Paraguai, dessa vez à Santa Rita, no Alto Paraná. A cidade, situada a aproximadamente 70 km de

Ciudad del Este, se tornou um exemplo do novo processo urbano no Paraguai, pois apresenta elevado desenvolvimento econômico. Fundada por pioneiros brasileiros, Santa Rita se transformou em um polo de atração, uma vez que o desenvolvimento do agronegócio estimulou os setores secundário e terciário, o que trouxe ampla oferta de empregos. Para lá, se dirigem paraguaios de todo o país em busca de melhores oportunidades.

Foi em Santa Rita que se pode analisar o transbordamento do capital resultante do agronegócio, para as cidades da colônia. Esse fato não só provocou a expansão física das cidades, como de todas as suas atividades econômicas. O dinamismo que experimenta as cidades brasiguaias coloca em desvantagem os centros urbanos tradicionais paraguaios, os quais não encontraram ao longo do tempo uma atividade que os desenvolvesse. A confrontação de tais realidades coloca em evidência que, juntamente com o campo, as cidades paraguaias têm uma história econômica incapaz de impulsionar seu próprio crescimento. Esse fato, por si só, demonstra que os imigrantes construíram um espaço que se sobrepõe ao resto do Paraguai.

Em Santa Rita, foram feitas entrevistas não diretivas com pessoas de vários segmentos sociais, como trabalhadores assalariados, comerciantes, donos de imobiliárias, estudantes universitários, agrônomos, funcionários públicos e representantes do governo. O objetivo era entender o uso e apropriação do solo, que na região é um dos mais caros do Paraguai. A especulação de terrenos na cidade e na área rural, contribuiu para a segregação dos nativos paraguaios e as classes mais pobres de brasileiros que vivem em Santa Rita. Percebe-se que há uma elite formada por brasileiros, que conformam uma sociedade dominante. A partir de constatações como esta, foi traçado o perfil social e econômico manifestado em quase todas as urbanizações fundadas por brasileiros, ou seja, a classe agrária que com o uso da tecnologia construiu espaços geográficos fragmentados e influentes.

A terceira cidade visitada foi Naranjal, igualmente originada da colonização e próxima a Santa Rita. Na paróquia da cidade, se estabeleceram diálogos informais com funcionários sobre o trabalho que a igreja desenvolvia na defesa dos direitos dos imigrantes, principalmente os mais pobres e sem documentos. Na ocasião, um dos padres apresentou um livro redigido pela Pastoral dos Imigrantes, que expõe de maneira clara os principais problemas e demandas dos brasileiros. As informações permitiram traçar um perfil familiar, social e cultural das comunidades brasiguaias.

Os quadros estatísticos usados nessa pesquisa, como por exemplo, as trocas comerciais entre Brasil e Paraguai, dados demográficos, econômicos, e do setor agrícola foram extraídos, em maior parte, da *Dirección General de Encuestas y Estadísticas Censitárias* (DGEEC) do governo do Paraguai, pelo site oficial na internet. As informações obtidas desse órgão, foram de suma importância, pois mostram de forma contundente a consolidação da geopolítica brasileira em atrair o Paraguai para sua órbita de influência, seja econômica ou política, demonstrados nesse estudo, em quadros sobre a evolução do comércio exterior do Paraguai.

Em visita ao Consulado do Brasil em Ciudad del Este, obteve-se cópia de parte do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPMI, 2006). Nesse documento, os parlamentares do Congresso Nacional, relatam crimes e delitos contra os imigrantes brasileiros no Paraguai. O registro foi útil para averiguar as medidas adotadas pelo Brasil na defesa dos direitos dos brasiguaios com relação aos conflitos pela posse da terra, documentações ilegais, Leis que alteravam a compra de terras por estrangeiros na faixa da fronteira, entre outros fatos que prejudicariam os imigrantes. Foi interessante perceber o peso político que os brasiguaios exercem indiretamente através da diplomacia brasileira, no Paraguai.

Com relação ao material de pesquisa, cabe ressaltar as dificuldades em encontrar dados estatísticos e documentos históricos oficiais relacionados diretamente a imigração de brasileiros, pois o governo paraguaio parece não ter se preocupado em fazer registros sobre a entrada deles. Nesse sentido, se tornou um desafio entender o que realmente significa a presença dos brasileiros que ali vivem e produzem a riqueza do país. Os documentos oficiais que poderiam aportar alguma informação mostraram deficiências, pelo fato de serem antigos e desatualizados. No Paraguai, ocorrem atrasos na atualização dos dados estatísticos, ocasionados por certas carências laborais e estruturais dos órgãos competentes. A solução provisional foi procurar informações complementares mais recentes em revistas e jornais.

Existem algumas publicações, artigos e pesquisas acadêmicas sobre a imigração de brasileiros ao Paraguai sob os mais diversos aspectos como: os reemigrados, a redefinição da fronteira, os conflitos étnicos-culturais, a formação do espaço brasiguai, entre tantos outros. Porém, nenhum desses estudos se preocupou em explicar a história do território ocupado pelos brasileiros, nem as causas do despovoamento que antecede a sua chegada. Não se pode entender a formação do espaço brasiguai sem analisar a historiografia territorial, econômica e social do

Paraguai, pois ela contém elementos essenciais que explicam como um movimento de imigrantes agricultores foi capaz de dominar um extenso território fronteiriço com base na agricultura capitalista.

O fenômeno migratório está longe de ser considerado um fato isolado, pois aconteceu num contexto amplo e complexo. Faz parte de um processo histórico, que envolve as pretensões de um país sobre outro, tratados, diferentes e influentes atores, governos, empresas colonizadoras e o agronegócio. Essa pesquisa poderia acrescentar um novo olhar sobre os brasiguaios, sua significância econômica e estratégica, pois representam um dos movimentos migratórios mais relevantes feito por brasileiros.

A pesquisa está estruturada em três capítulos. O primeiro expõe as disputas territoriais entre Portugal e Espanha que influenciaram nas demarcações territoriais e fronteiriças do Brasil e o Paraguai. Os episódios de confrontação orientaram as relações diplomáticas entre ambos países. O Brasil Império herdou de Portugal uma política expansionista que resultou na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, acontecimento que desestruturou a economia e a demografia daquele país. O que se pretende é demonstrar que esses e outros fatos históricos concentraram a população paraguaia em uma pequena porção do território, o que deixou as fronteiras vazias para a ocupação dos brasileiros, no presente.

No segundo capítulo, se analisa as ações pontuais desenvolvidas pelos governos do Brasil e do Paraguai que resultaram na colonização de um extenso território fronteiriço paraguaio por brasileiros. Descreve como foi o assentamento dos primeiros imigrantes. É traçado um perfil do início da colonização, seus problemas, os fatores atrativos, a formação e organização dos primeiros povoados. É abordado o rápido aumento demográfico e a formação da nova rede urbana na Região Oriental, as transformações na paisagem provocada pela substituição das florestas por campos de soja, monocultura aliada a modernas técnicas, que fez dos brasileiros a classe dominante nos espaços da colonização.

O terceiro capítulo expõe as contradições entre a integração e a compartimentação de espaços e sociedades, que tiveram sua origem nos processos geopolíticos de ocupação da fronteira leste paraguaia por imigrantes brasileiros. Evidencia que as territorialidades brasiguaias não se restringem ao local, está inserida em uma dimensão transfronteiriça, essencialmente comandada por elementos políticos e econômicos. Se especifica como aconteceu a evolução do território

colonizado, e que fatores contribuíram para que os imigrantes controlassem setores estratégicos da economia no território colonizado, que acentuou a dependência do Paraguai com relação ao Brasil.

## **1. A HISTÓRIA DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS E AS DISPUTAS TERRITORIAIS BRASIL-PARAGUAI (1530-1950)**

Antes mesmo de Brasil e Paraguai existirem de fato como Estados independentes, já nutriam relações conflituosas motivadas por suas metrópoles. Durante todo o período colonial, Portugal e Espanha procuravam extrair o máximo de riqueza de suas posses no Novo Mundo e, para tanto, puseram em prática uma política agressiva e predatória, que muitas vezes colocavam em choque as populações provinciais, principalmente nas regiões de fronteira.

A Província do Paraguai tinha um imenso território fronteiriço com os domínios americanos de Portugal. Para defender essas fronteiras, resistiu com muito empenho por longo tempo aos enfrentamentos com as forças portuguesas, que empurravam os paraguaios do leste para o oeste, em direção ao rio Paraguai. As consequências dos ininterruptos conflitos movidos por interesses econômicos, acabaram por influir de maneira direta e indireta na história e formação do país, pois foram as causas da perda de parte de seu território, assim como do isolamento que o deixou sem saída para o Oceano Atlântico.

Para prevenir o avanço dos portugueses sobre as novas terras descobertas e evitar que alcançassem o centro do continente onde estavam as riquezas do Paititi, a Coroa espanhola enviou a esquadra de Pedro de Mendoza (1536). A Espanha evitou, desse modo, que os portugueses dominassem o rio da Prata, embora Portugal nunca houvesse renunciado sua conquista por bem ou por mal. Os portugueses desenvolveram estratégias para avançar sobre a Linha de Tordesilhas, entre elas a manipulação cartográfica, a tese geopolítica da Ilha Brasil e as invasões bandeirantes.

### **1.1 O EXPANSIONISMO TERRITORIAL PORTUGUÊS APOIADO PELA MANIPULAÇÃO CARTOGRÁFICA**

Para conquistar novos territórios, os cartógrafos portugueses deram ao meridiano de Tordesilhas uma elasticidade extraordinária. Devido ao desenvolvimento dos conhecimentos geográficos e antropológicos do Novo Mundo, os portugueses tinham em mãos importantes informações para a época, e com isso manipulavam as informações nos mapas, a fim de ganhar territórios. Os mapas se tornaram armas



valiosas, altamente eficientes no processo de dominação territorial, usado pelos portugueses (SOUZA NETO, 2000; p.10).

Portugal usava as informações que continham seus mapas, justamente para manter a tática do conhecimento nas negociações territoriais com sua rival, a Espanha. Os mapas manipulados por Portugal foram usados como instrumento para confundir informações geográficas, geopolíticas e diplomáticas. Eram, na verdade, a expressão gráfica da visão geoestratégica portuguesa para minar as posições espanholas no Novo Mundo.

As primeiras distorções cartográficas intencionais aparecem claramente nas cartas geográficas portuguesas do século XVI. Com base nesses mapas, os lusitanos afirmavam que Assunção havia sido fundada dentro de seus domínios. Eles também colocaram dentro dos limites de Tordesilhas a foz do rio Amazonas e do rio da Prata. Com isso, Portugal pretendia unir as duas grandes bacias hidrográficas para usá-las como referência natural de fronteira. Assim, poderia empurrar a Linha de Tordesilhas para o ocidente e reclamar os territórios que a imensa bacia natural abrigava. Portugal insistiu nessa justificativa para aumentar seus domínios na América durante a colonização. O Brasil Império assimilou a doutrina expansionista lusitana e utilizou as cartas geográficas na ocupação de territórios vazios, respaldado pelo direito romano do *uti possidetis*.

A tentativa de definir seus territórios através de limites naturais, unindo as Bacias Amazônica e do Prata, demarcaria as possessões portuguesas entre a foz do rio Maranhão ao norte, e o Estuário do Prata ao sul. A tese era de que o Brasil seria uma grande ilha situada entre os rios Amazonas e Prata. Os portugueses disseminavam a informação de que o Brasil era um território insular, cujas delimitações estavam entre o Atlântico a leste, e a oeste os rios Amazonas e Prata. Afirmavam que ambos os rios procediam de uma mesma nascente: um grande lago localizado no interior do continente, hoje conhecido como o Pantanal mato-grossense (KANTOR, 2007; p.37).

A partir da estratégia Ilha Brasil, os portugueses desenvolveram um projeto geopolítico expansionista, com base nos limites naturais, que almejava aumentar seus domínios. Em nome desse projeto, começaram a impelir cada vez mais para oeste a linha divisória entre o seu reino e o da Espanha. Esse corolário aboliu a Linha de Tordesilhas e se transformou no ponto inicial da doutrina *Magnus Brasil*, que possuía

uma inegável força geopolítica de expansão portuguesa em solo americano (DROULERS, 2001; p.25).

A expansão territorial brasileira começou a se desenhar a partir da implantação da tese geopolítica do *Magnus Brasil* ou Grande Ilha, a qual manifestava o desejo permanente de controlar o espaço, para a criação de um grande país no Novo Mundo (DROULERS, 2001; p. 276).



FIGURA 2 - CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA ILHA BRASIL

FONTE: GOOGLE MAPS. ADAPTADO PELO AUTOR, 2019.

As argumentações portuguesas, no entanto, deflagraram o primeiro incidente diplomático entre ambas as Coroas. Correspondia a Província do Paraguai defender tão extensa fronteira que compartilhavam os impérios ibéricos. O plano paraguaio para garantir suas jurisdições consistia em construir cidades e povoar o litoral de Santa Catarina. O primeiro povoado que eles fundaram no litoral catarinense se chamava São Francisco, o qual não subsistiu muito tempo por falta de auxílio da Coroa. Foi assediado não só pelos portugueses, mas por corsários franceses e ingleses, que infestavam o Atlântico. Assunção estava muito distante para evitar os assaltos, por

isso fracassou nos intentos de povoar a costa. Apenas Buenos Aires se estabeleceu e prosperou como fortificação no litoral, apesar dos atentados que sofria de índios e corsários (CARDOZO, 1996; p.199).

Um acontecimento imprevisto, porém, alterou os rumos das disputas entre Portugal e Espanha pelas novas terras: a união das duas Coroas entre o período de 1580 a 1640. Durante esse tempo, as investidas portuguesas além de Tordesilhas perderam seu caráter clandestino e invasivo. Desde que todas as terras pertenciam ao mesmo monarca, não havia necessidade de proteger fronteiras ou se preocupar demasiado com o povoamento do litoral ou do interior. Os portugueses, então, puderam transitar livremente sobre toda a colônia e explorar seus recursos, da mesma forma que os espanhóis.

A ocasião favorecia os portugueses, os quais aproveitaram para mover ainda mais para oeste as imprecisas demarcações territoriais, que supostamente já não tinham o rígido sentido de limite. Como haviam se tornado súditos da mesma monarquia que os espanhóis, os portugueses já não tinham soberanias que respeitar, nem fronteiras, nem demarcações. Começaram a penetrar o interior por todas as direções em busca de ouro, pedras preciosas e escravos.

## 1.2 AS BANDEIRAS E A EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

Entender a ocupação do espaço que compõe as territorialidades brasiguaias, requer um olhar ao passado, visto que essas terras a mais de 2000 anos foram habitadas pelos guaranis. Esse povo que mantinha um estreito vínculo com a terra e a selva, sofreu a desconstrução de uma territorialidade estabelecida, depois da chegada dos ibéricos.

Entre os fatores que contribuíram para a desterritorialização dos guaranis estão a imposição da cultura portuguesa e espanhola, a ocupação de suas terras e a demarcação de fronteiras com objetivos econômicos e políticos, os assentamentos agrícolas, os empreendimentos bandeirantes e as reduções jesuíticas (CURY, 2010; p.99-101).

Foi durante a união das Coroas que Portugal, ocasionalmente, desenvolveu uma das estratégias mais bem sucedidas no que diz respeito a ocupação das terras espanholas. Isso foi possível devido a inserção das Bandeiras, expedições que

partiam para as regiões desocupadas da Espanha no interior do subcontinente, em busca de metais preciosos e índios para escravizar. Além desses aspectos, as Bandeiras funcionaram como a vanguarda da expansão geográfica e territorial brasileira (MAGNOLI, 1997; p.58).

As primeiras incursões das Bandeiras se deram sobre os territórios da Província do Paraguai de Guairá e Itatim, onde se concentravam as Missões jesuíticas, cujos assaltos pegaram desprevenida a Província. Por ser tão difícil proteger as Missões desde Assunção, a Província do Paraguai criou um governo local que tomasse conta daquelas terras. Foi então que surgiu em 1616 a Província de Guairá, no atual estado do Paraná. A nova jurisdição tinha certa autonomia, mas pertencia a governação da Província do Paraguai. A jovem Província concentrava as melhores terras da região, era permeada por rios navegáveis e caminhos ancestrais. Estabelecia o limite fronteiro entre a Coroa espanhola e portuguesa. Abrigava grande população indígena, razão pela qual os sertanistas paulistas, caçadores de índios, invadiam seu território constantemente (AGUILAR, 2002; p.11).

Os bandeirantes eram obstinados caçadores de índios. Dominavam povoados guaranis e destruíam tudo por onde passavam. Os padres das Missões protestavam, mas o auxílio de Assunção tardava muito em chegar, e como as Coroas estavam unidas, não cabia reclamação diplomática. A alternativa paraguaia para reprimir os cruéis ataques foi a de adotar medidas policiais de repressão. Os paraguaios se queixavam que as Bandeiras provenientes de São Paulo não tinham piedade cristã quando se tratava de capturar índios, porque matavam os velhos que não podiam andar ou trabalhar. Apesar da evidência dos fatos, a Província do Paraguai não foi guarnecida para combater tal desordem. Isso favoreceu as investidas dos sertanistas, que se tornaram cada vez mais frequentes e numerosas (AGUILAR, 2002; p.204).

Em 1629 se desencadeou a mais trágica investida dos bandeirantes. Sob o comando de Antônio Raposo Tavares, quase toda a população do então vilarejo de São Paulo rumou para a Província de Guairá, com a finalidade de aprisionar os guaranis que viviam naquelas Reduções. Os portugueses e seus aliados, os Tupis, destruíram povoados e levaram muitos escravos para a costa brasileira. Depois disso, Villa Rica, outra cidade fundada pelos espanhóis dentro do território de Guairá foi abandonada e praticamente toda a Província ficou despovoada. Mais tarde, foi comprovado pelo então governador Hernandarias, que mais seis Reduções jesuíticas haviam sido aniquiladas pelos bandeirantes. Apesar disso, o Rei da Espanha, que

também regia Portugal, limitou-se a condenar os ataques e autorizou os missionários a entregar armas aos índios para se defenderem. A despeito das condenas, as Bandeiras não deixaram de atuar. Em 1632, destruíram a cidade de Santiago de Xerez (AGUILAR, 2002; p.205-206).

Alguns combates entre os guaranis das Reduções e colonizadores contra os bandeirantes foram inevitáveis, tornaram-se mais violentos depois da separação das duas Coroas em 1640. Apesar de algumas derrotas, os bandeirantes não desistiram de suas conquistas. Como ondas cíclicas, faziam incursões violentas sobre as Províncias do Paraguai e Guairá.

Após alguns anos de trégua, os paulistas voltaram a atacar em 1676. O alvo era Villa Rica, que havia sido reconstruída mais ao sul de onde se encontrava antes de ser destruída pelos bandeirantes. Foi novamente assediada e capitulou juntamente com mais quatro povoados que a rodeavam. A destruição de Villa Rica, pela segunda vez, provocou a ira dos assuncionenhos, que em um movimento popular destituíram o governador Francisco Rexé de Corvalán, por ter mostrado pouco empenho na defesa da Província do Paraguai (AGUILAR, 2002; p.206). A verdade é que nem a administração da Coroa espanhola mostrava interesse em defender a Província, talvez por ser considerada uma terra remota, sem relevância. A figura 3, representa o território da Província do Guairá, antes da ocupação portuguesa.

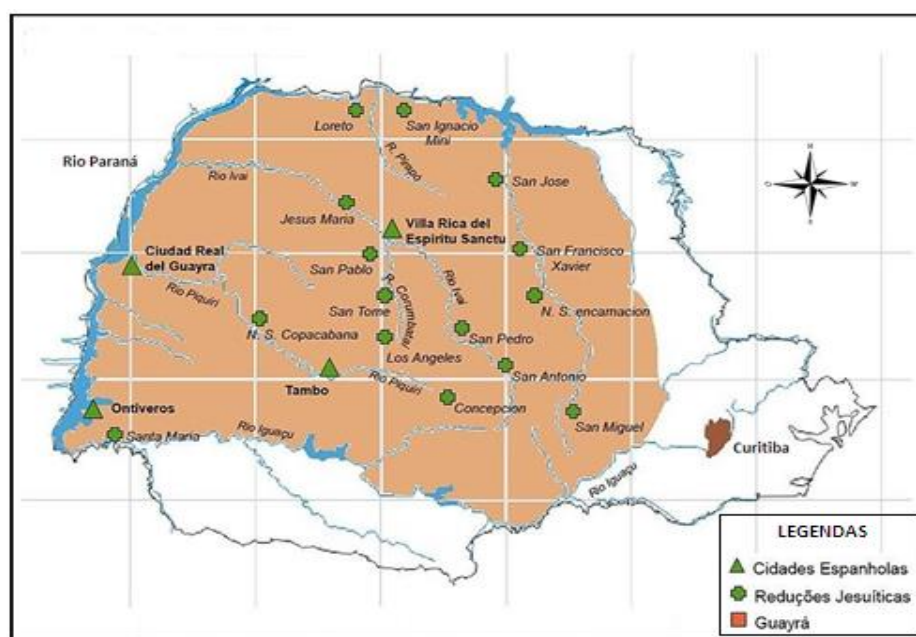


FIGURA 3 - PROVÍNCIA DE GUAIRÁ: POVOADOS ESPANHÓIS E JESUÍTICOS

FONTE: ADAPTADO DO MODELO DE BRENO KLAMAS (2010), DISPONÍVEL EM:

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Republica\\_del\\_Guayra.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Republica_del_Guayra.jpg)

Encorajados pela falta de defesa e os benefícios que alcançavam nas invasões contra as Reduções paraguaias, os paulistas prosseguiram na conquista de patrimônios em terras alheias. Simultaneamente a esses acontecimentos, a Província do Paraguai tinha outros problemas com que se preocupar, como a constante defesa de Assunção contra as tribos malones do Chaco, as revoltas internas, e a falta de recursos, devido ao enfraquecimento de seu comércio, causado pelos altos impostos cobrados pela Coroa. Sem meios para se defender, não foi possível impedir o avanço dos bandeirantes paulistas.

Ao cessar os ataques quase não havia populações indígenas para escravizar. Constatou-se que das mais de 100 mil pessoas que habitavam as Reduções do Guairá, antes das invasões paulistas, restavam apenas 12 mil (LUGON, 2010; p.42). Guairá, que antes abrigava cidadelas, cultivos e ricas igrejas, foi reduzido à solidão secular. Então, a Coroa portuguesa, que a princípio até condenara as ações devastadoras dos bandeirantes, via naquelas terras abandonadas a possibilidade de arrebatá-las para aumentar o território do Império.

Para reforçar esse objetivo, os bandeirantes gradualmente foram substituídos por expedições colonizadoras, enviadas aos lugares onde não havia mais o que explorar, aparentemente. Depois de arruinar Guairá, os portugueses se dirigiram ao norte, na região de Cuiabá, uma antiga jurisdição paraguaia. As trilhas e caminhos abertos pelos bandeirantes serviram de marco para que os portugueses delimitassem suas novas possessões.

A diplomacia lusitana, mais hábil e meticulosa que a espanhola, transformou as trilhas feitas pelos bandeirantes em caminhos que ajudaram estabelecer povoados para consolidar domínios além da Linha de Tordesilhas, cujo marco já se mostrava sem efeito. Quando os espanhóis se deram conta, os portugueses já haviam fundado povoados e vilas no norte de seu país, demonstravam que pretendiam ocupar terras em direção ao rio Paraguai. O que de fato aconteceu, pois a defesa da vastidão daqueles sertões era quase impossível, naquela época (CARDOZO, 1996; p.209).

Em 1718, chegou a atual zona de Cuiabá uma tropa de bandeirantes em busca de índios, que no sul escasseavam. Porém, foram repelidos pelos coxiponés. Enquanto fugiam da ofensiva dos índios pelo rio Coxipó, encontraram ouro. Um ano depois do achado foi fundada a vila de Cuiabá, que ajudou a consolidar as posições portuguesas no norte da Província do Paraguai.

A mina de ouro mais importante dos arredores de Cuiabá foi descoberta pelo explorador Miguel Sutil em 1722, hoje lembradas como as *Lavras do Sutil*. A descoberta dessas minas foi muito importante, porque atraiu grande quantidade de gente. Criaram-se vilas e surgiram estradas; Cuiabá cresceu devido ao desenvolvimento do comércio. As minas impulsionaram a conquista do então centro-oeste brasileiro. A riqueza que proporcionava aquela região, fez com que os interesses mudassem do litoral para o centro do subcontinente, a fim de proteger e controlar as minas.

Enquanto ao norte da Província do Paraguai as invasões portuguesas contavam com o respaldo de uma política de expansão territorial, apoiada pelo aumento das atividades lucrativas da colônia, no sul algo parecido também acontecia.

Desde o descobrimento do Rio da Prata portugueses e espanhóis disputaram entre si o domínio daquela região. Mas, apenas em 1679, o Império português conseguiu estabelecer um forte na margem esquerda do Rio da Prata, onde hoje está a cidade de Colônia, no atual Uruguai. A Colônia do Santíssimo Sacramento, como passou a ser chamada, foi motivo de lutas e desavenças entre Portugal e Espanha por muito tempo. Os espanhóis chegaram a tomar posse de Colônia por várias vezes, inclusive, como estratégia para manter esse domínio, fizeram concessões aos jesuítas para que ocupassem as terras que margeavam o rio Uruguai. Mas os portugueses não renunciaram a pretensão de expandir suas fronteiras meridionais.

### 1.3 OS TRATADOS QUE REDEFINIRAM AS FRONTEIRAS COLONIAIS

A mencionada fundação foi motivo de conflitos, por vezes ruinosos à Espanha. Em decorrência, foi firmado o Tratado de Madri ou Permuta em 1750, assim chamado porque Portugal entregou a Espanha a Colônia de Sacramento, em troca recebeu os Sete Povos das Missões, à margem esquerda do rio Uruguai.

A linha esboçada espontaneamente pelas Missões consistiu, então, as bases dos acordos fronteiriços estabelecidos pelo Tratado de Madrid que desenhou o futuro perfil das fronteiras entre Brasil e Paraguai. No decorrer do tempo não sofreu grandes alterações. Atualmente segue mais ou menos aquele traçado (MACHADO, 1989; p.92-95). O rio Paraná passou a ser o limite natural entre os dois reinos. Mas os índios daquelas terras recusaram submeter-se a Portugal, fato que gerou a chamada Guerra

Guaranítica, em que foram aniquilados em 1756. Esses conflitos coloniais, de alguma maneira afetaram a composição territorial da Província do Paraguai, porque a deixaram sem possibilidades de alcançar o mar (BENÍTEZ, 1970; p.57), devido aos tratados que reorganizaram os territórios das colônias da Espanha e Portugal.

Outro tratado para resolver questões territoriais foi firmado em 1777 entre os Impérios ibéricos. O Tratado de São Ildefonso, estabelecia que a Espanha recuperasse os sete povos mencionados, mas em troca entregava a Portugal a região noroeste, entre a Linha de Tordesilhas e os atuais limites orientais do Paraguai, que correspondem com poucas variações aos atuais territórios brasileiros que se limitam com a Argentina, Uruguai, e o próprio Paraguai. O tratado de 1777 foi ratificado, pese aos protestos dos governadores da Província do Paraguai, porque constataram que as concessões por parte de Espanha eram enormes, mas seus protestos foram inúteis.

Por vezes, os portugueses definiam como limites naturais rios e montanhas que na verdade não existiam, ou eram de duvidosa localização. Desse modo, ganharam vastos territórios, justamente porque os recursos naturais usados como limites de fronteira eram difíceis de localizar pelos espanhóis, que tinham menos conhecimento topográfico sobre certas regiões. Muradás (2008; p. 63), define os artifícios usados pelos portugueses como a cartografia da informação e da contrainformação. Ademais, os portugueses faziam alianças com tribos indígenas do norte, incitando-as a invadir povoados paraguaios perto dos limites estabelecidos, para assim, avançar terreno.

A luta para ganhar territórios teve outro episódio marcante em 1801, quando se iniciou na Europa um conflito entre a França e a Inglaterra, pela hegemonia no plano internacional. Esse duelo acabou envolvendo Espanha e Portugal. A Espanha, aliada da França, invadiu Portugal e o fato gerou também enfrentamentos entre o Brasil e a América espanhola. As forças militares coloniais lutaram, e o resultado desse enfrentamento foi a expansão do território da Colônia portuguesa no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso.

Quando os hispano-paraguaios souberam que as metrópoles estavam em luta, vislumbraram a oportunidade de revanche contra os portugueses que haviam invadido a região de Cuiabá. Sem autorização da Coroa, levaram uma enorme expedição por água e terra, contra o forte de Coimbra (atual Corumbá/MS), localizado na margem direita do rio Paraguai. Sob o comando do então governador da Província



do Paraguai, Lazaro de Ribeira, os combatentes cercaram o forte que era guarnecido por um número inferior de luso-brasileiros. Durante nove dias a fortaleza foi sitiada, sem que os hispano-paraguaios conseguissem invadi-la. Uma vazante do rio obrigou a esquadra paraguaia abandonar a campanha. Ao regressar para Assunção, os soldados estabeleceram um forte sobre o rio Apa, mas sua guarnição, poucos dias depois, foi exterminada pelos brasileiros. Por isso, esses domínios não foram contestados pelo resto do período colonial.

Entretanto, os paraguaios não esqueceram a perda, e lutaram durante a Guerra da Tríplice Aliança, anos mais tarde, na tentativa de reintegrar aquele território, representado na figura 4.



FIGURA 4 - TERRITÓRIO DISPUTADO POR BRASIL E PARAGUAI (1777-1870)

FONTE <https://medium.com/the-urbi-et-orbi/a-paz-no-prata-60d66fd2f722>.

ADAPTADO PELO AUTOR, 2019.

A aproximação dos portugueses se fazia temível na Província do Paraguai. Sucessivas invasões e derrotas humilharam os hispano-paraguaios. Os portugueses passaram a ser vistos não como conquistadores, mas como arrebatadores injustos e impiedosos. Por direito de conquista e não de descobrimento, os lusitanos se apoderaram pouco a pouco de grande parte do que antes havia sido a Província Gigante das Índias, que a priori, nascera no coração do Paraguai.

Durante a era hispânica, a Província do Paraguai não lutou somente contra os bandeirantes e os índios malones do Chaco, mas também por sua própria existência. A concorrência comercial com os jesuítas, os altos impostos sobre suas manufaturas, asfixiaram a Província durante décadas e impediram seu fortalecimento para enfrentar o isolamento e o angustiante encalço por parte dos portugueses, que a toda pressa avançavam por todas as frentes (CARDOZO, 1996; p. 81).

Finalmente, os tratados que legalizavam as ocupações portuguesas trouxe uma fase de tranquilidade a já fatigada defesa da Província do Paraguai. A trégua veio em boa hora, pois a cada dia era mais difícil proteger os fortes que mantinham os bandeirantes afastados, seus inimigos potenciais. Aos poucos, o eminente risco que sofria a integridade do território paraguaio foi amenizado, principalmente quando as atividades das minas entraram em decadência, e a mão de obra negra abundava nas fazendas do Brasil. As expedições para o oeste diminuíram, em função de que no sul do Brasil outras atividades econômicas surgiam, em substituição a mineração e o tráfico de escravos indígenas. As ameaças agora provinham do expansionismo comercial, do domínio das vias de comunicação, e da disputa dos mercados.

#### 1.4 PARAGUAI: DA INDEPENDÊNCIA À RUÍNA (1810-1870)

Quando o Império espanhol começou a ruir na América, em 1810, poucos territórios tinham capacidade de sobreviver por si mesmos como a Província do Paraguai. O conjunto de fatores externos e internos, naturais e culturais, que se forjaram ao longo do tempo dentro de seu isolamento, permitiu o surgimento de um sentimento nacional que associou os paraguaios ao território em que viviam. A miscigenação racial que resultou na natureza física e biológica dos paraguaios, os uniu em torno da formação nacional.

Havia um clima político favorável para se tornar independente, contudo, o Paraguai chegava às vésperas de se separar do Império espanhol com muitos problemas fronteiriços e demográficos que, inclusive, se agravariam tempos depois.

Antes de sua independência (1811), o território paraguaio tinha um contorno fronteiriço parecido ao que é hoje. No entanto, a intendência do Paraguai não apresentava condições de tomar alguma medida que estimulasse o povoamento de suas fronteiras. As comunidades jesuíticas que outrora ocupavam vastas terras na

fronteira com o Brasil haviam desaparecido. Os poucos nativos que restaram da caça bandeirante se espalharam pelo sertão, ou fugiram para Assunção. O leste do Paraguai era vazio de pessoas. Um verdadeiro contraste com o sul do Brasil que entusiasmado por novas atividades econômicas fez brotar povoados por todos os rincões.

O isolamento dos paraguaios ao redor de Assunção deixou vastos territórios periféricos desocupados. Esses vazios demográficos, configurados como terras de ninguém, serviram de base para justificar o expansionismo do Império brasileiro sobre esses espaços, especialmente depois da independência do Paraguai (CARDOZO, 1996; p.211).

Ao começar seu processo de emancipação política, o Paraguai reunia os elementos próprios de uma nação; estava habilitado como poucos países americanos para ser independente. Aproveitou-se de alguns fatores externos para iniciar um movimento independentista, pois queria se livrar de um longo período de opressão política e econômica por parte da Espanha, e desejava erradicar a influência que Buenos Aires exercia sobre a Província.

Desde uma dimensão regional e internacional, se pode dizer que o movimento independentista paraguaio teve impulso em meio a uma complexidade de fatores. O primeiro deles se deve ao destronamento do rei da Espanha, forçado por Napoleão, durante a invasão francesa. Fernando VII já não tinha mais autoridade sobre a Província do Paraguai, o que desencadeou um clima de rebeldia nessa colônia, bem como em todas as outras colônias espanholas na América.

Do ponto de vista regional, os paraguaios temiam que Carlota Joaquina, esposa do Príncipe Regente do Brasil e irmã de Fernando VII, assumisse a Coroa hispânica e impusesse sua autoridade sobre as colônias da América. Fatalmente o Paraguai estaria submetido ao Brasil (YEGROS e BREZZO, 2010; p.15).

Os dirigentes paraguaios, nessa ocasião, se enfrentavam a dois grandes centros de poder de pretensões hegemônicas: Buenos Aires por um lado, pois ambicionava continuar sua autoridade sobre o Paraguai e, por outro, o Brasil com suas aspirações expansionistas. Entre cair na dominação brasileira, ou continuar sendo oprimidos por Buenos Aires, os paraguaios optaram por construir um Estado independente. Em 1812, era a única província do Prata que exercia uma independência absoluta.

Todavia, a decisão não se formalizou de um dia para outro, mas se consolidou com o passar do tempo. O Paraguai foi independente desde 1811, e de pleno direito em 1813, mas solicitou o reconhecimento internacional de sua independência a partir de 1842. Conseguiu tal reconhecimento principalmente dos países vizinhos, de 1852 em diante (YEGROS e BREZZO, 2010; p.15).

Ao proclamarem a independência do Paraguai, seus governantes imediatamente começaram uma disputa interna pelo poder. Houve um período de conspirações e conflitos, mas isso nunca pôs em dúvida a determinação do povo paraguaio em se tornar livre, mesmo sob as ameaças de anexação provenientes de Buenos Aires. Finalmente em 12 de outubro de 1813 proclamou-se a República, a primeira instituída na América do Sul.

Quem efetivamente concluiu o processo de emancipação política do Paraguai foi José Gaspar Rodrigues de Francia, doutor em Direito pela Universidade de Córdoba na Argentina, admirador dos pensadores do iluminismo francês e de Franklin, mas, acima de tudo, político de um surpreendente pragmatismo. Sem a pressão de grupos econômicos de origem colonial, praticamente inexistentes no Paraguai, Francia exerceu uma cuidadosa defesa da soberania nacional. Diferentemente do restante da América espanhola, não houve oligarquias que usufruíram os benefícios do poder. Os poucos ricos, remanescentes dos tempos coloniais, quando não tratados com extrema violência, tiveram que retirar-se melancolicamente para seus casarões nas fazendas, obrigados a dedicar-se às tarefas do campo. Uma das virtudes de Francia foi a de não pretender mascarar seu poder pessoal por trás de instituições de fachada, à maneira europeia. Governou sem hipocrisia e proclamou-se ditador perpétuo. Por isso, ficou conhecido como *El Supremo*. E o foi, na verdade, até sua morte em 1840 (POMER, 1985; p.140-141).

Apesar do autoritarismo, seu governo pôs em prática algumas reformas e medidas que possibilitaram a formação de uma estrutura revolucionária, integracionista e progressista.

No final da era colonial, o Paraguai despontava como um país emergente economicamente, de características originais. Era o primeiro a conseguir a independência, em cujo território se proclamou a primeira República sul-americana. Mas a jovem nação tinha algo importante a temer: as pressões do Brasil sobre o seu território, que aconteciam desde o estabelecimento da Linha de Tordesilhas. A vulnerabilidade do Paraguai residia no fato de que era um país recém-criado e isolado.

Suas fronteiras estavam desprotegidas, imersas em grandes extensões de florestas. Ademais, já não contava com o apoio da metrópole. Para prevenir a penetração dos brasileiros, Francia ordenou o povoamento das regiões periféricas. Tarefa de pouco êxito, devido ao baixo número de habitantes que o Paraguai apresentava.

Considerado perseverante, Francia foi responsável pela execução de um projeto político bem sucedido. Promoveu o progresso do setor agrícola, conseguiu um reequilíbrio demográfico na Região Oriental, e incentivou o desenvolvimento da pequena propriedade agrícola nos arredores dos centros históricos mais povoados. A dinâmica da colonização agrária, baseada na agricultura tradicional familiar, própria da cultura guarani, favoreceu a integração dos espaços periféricos do norte e sul, porém não das fronteiras ao leste.

Para dispor das terras para os camponeses, Francia pôs fim as grandes propriedades privadas que significava um empecilho ao desenvolvimento da pequena propriedade agrícola paraguaia. Francia combatia o sistema latifundiário, herança da gestão territorial colonial. Foi ele quem promoveu a primeira reforma agrária na América do Sul. Criou as Estâncias da Pátria, onde os trabalhadores produziam com a ajuda do Estado. Ele também suprimiu as ordens religiosas, confiscou suas terras e transformou os conventos em quartéis. Sua ideia fixa era fortalecer a soberania e o povo. Enfim, Francia lançou as bases que favoreciam a expansão da agricultura, principal atividade econômica do país e, ao mesmo tempo, construiu a unidade territorial centro-periferia, ainda que nas fronteiras a população fosse escassa e dispersa.

Em 1840, quando Francia morreu, não haviam grandes fortunas privadas no Paraguai. O país era o único na América Latina que não tinha mendigos, famélicos ou ladrões; os viajantes da época encontravam ali um oásis de tranquilidade em meio às demais comarcas convulsionadas por contínuas guerras (GALEANO, 2015; p.267).

O ditador não deixou nada escrito ou promulgado sobre sua sucessão, de maneira que os comandantes dos quartéis se encarregaram de sua substituição durante um tempo. Eles pretendiam continuar com o antigo regime, mas o povo se rebelou e exigiu a convocação de um congresso. Porém, entre 1840 e 1844, o Paraguai foi governado por juntas e triunviratos. A figura de destaque era Carlos Antonio Solano Lopez. Nesse período, quase todas as férreas normas da ditadura haviam sido afrouxadas. As ações da junta governativa deram prestígio à Lopez, que

considerou haver chegado a hora de formar seu próprio governo. Foi apoiado e se fez dirigente da República.

Nos primeiros anos do governo de Carlos Lopez, a questão central foi tratar do reconhecimento da independência paraguaia, negada pela Confederação Argentina, mas apoiada por interesses, pelo Império do Brasil. Durante a primeira década de seu mandato, Lopez conseguiu o reconhecimento da independência por parte da Confederação; a década seguinte foi marcada por disputas com o Brasil sobre limites e a livre navegação do rio Paraguai.

O reconhecimento da independência do Paraguai pelo Império do Brasil se deu em setembro de 1844, através do encarregado de negócios brasileiro em Assunção, José Antônio Pimenta Bueno. A ordem do Império ao diplomático era de que não se mediriam esforços para evitar a incorporação do Paraguai pela Confederação Argentina, porque não convinha ao Brasil que este país “cheio de tanta ambição, astúcia, audácia e perseverança, se tornasse tão poderoso” (YEGROS e BREZZO, 2010; p.46). Na concepção dos brasileiros, tal fato complicaria ainda mais as questões de limites e a liberdade de navegação dos rios Paraguai e Paraná até o Prata, indispensável para as comunicações com o Mato Grosso.

Depois de reconhecer a independência do Paraguai, Pimenta Bueno redigiu com o próprio presidente Lopez, em outubro de 1844, um tratado de aliança, comércio, navegação, extradição e limites. De sua parte, o Império do Brasil se comprometia a empregar todos os esforços para convencer outros países a reconhecer a independência do Paraguai, bem como disponibilizaria sua armada em defesa do vizinho contra qualquer inimigo; diga-se, a Argentina. As partes também se comprometeram a trabalhar juntos com o objetivo de conseguir a livre navegação dos rios Paraná e Paraguai até o Prata. A intenção era reprimir o controle da Argentina sobre a região. Com relação aos limites, combinaram a designação de peritos para examinar e reconhecer os fixados pelo Tratado de São Ildefonso de 1777, e determinar os definitivos. O governo Imperial não aprovou os resultados desse tratado, o que prejudicou a defesa de reconhecimento da independência do Paraguai frente a outros países. Porém, sustentou seu próprio reconhecimento, mesmo sob reclamações da Argentina.

Rosas era o governador da Confederação Argentina naquela época. Para ele, era essencial que o Paraguai fizesse parte da Confederação, pois a tornaria muito mais forte, além de apaziguar os ânimos de outras províncias que desejavam ser

independentes e apoiavam o Paraguai. Para atingir tal objetivo, Rosas bloqueou o trânsito paraguaio pelo rio da Prata, na tentativa de sufocar a economia paraguaia mais uma vez. Pretendia com isso enfraquecer o país, pois seria mais fácil tomá-lo pela força.

Do ponto de vista do Brasil, as ameaças do governador de Buenos Aires significava o impedimento da livre navegação do rio da Prata. Para evitar isso, dependia da realização de alianças estratégicas para isolar Rosas. O governo Imperial tinha a convicção de que Rosas invadiria o Paraguai, o Uruguai e a Bolívia, a fim de reconstruir o Vice Reino do Prata, jurisdição colonial espanhola, formada pelos territórios desses países, que se emanciparam a partir de 1807.

Nesse contexto, o Brasil fez uma aliança com o Paraguai a fim de evitar o avanço da Argentina. Logo em seguida, expulsou do Uruguai o general Oribe, aliado de Rosas. Desse modo, começava a impedir o domínio da Argentina sobre a Bacia do rio da Prata, principal caminho para chegar ao Mato Grosso, onde se acreditava, haviam grandes jazidas de ouro.

A situação de Rosas se agravava na Argentina, pois já estava isolado, sem o apoio da maioria das províncias que compunham a Federação. O Uruguai não era mais seu aliado e o Paraguai estava ligado ao Brasil; nessas circunstâncias, Rosas perdeu o poder. Posteriormente, o Paraguai promulgou alguns tratados de paz e limites com a Argentina. Através desses tratados conseguiu reabilitar a livre navegação na Bacia do rio da Prata, bem como o reconhecimento de sua independência pelos portenhos, em 1852.

Assegurada a livre navegação pela Bacia do rio da Prata, da qual faz parte o rio Paraná, o governo brasileiro se apressou em conseguir singrar igualmente sobre o rio Paraguai. Pretendia, assim, resolver as dificuldades de comunicação com Mato Grosso, pois era muito difícil a jornada por terra do Rio de Janeiro até Cuiabá, capital daquela província. A reabilitação das vias fluviais, representava para o governo Imperial um objetivo prioritário, que era o de exercer pleno controle sobre a totalidade de seu território, bem como das fronteiras. Em outras palavras, consolidar a unidade do seu extenso território.

O governo paraguaio, no entanto, não se mostrou disposto a conceder a abertura sem restrições aos barcos brasileiros, pois pensava admitir, dessa forma, o controle sobre os territórios situados entre o rio Apa e Blanco, em litígio desde os tempos da colonização. Lopez tentou usar a diplomacia para resolver o impasse, sob

a alegação de que seria melhor aos dois países que a zona em questão permanecesse isolada, para evitar contrabando, imigração, e deserção, ao território brasileiro.

Mas o governo Imperial se mantinha impassível. Pretendia a qualquer preço conseguir a livre navegação sobre o rio Paraguai. Diante da negativa de Lopez, o Brasil enviou à Assunção uma esquadra armada em 1854, na tentativa de persuadir o Paraguai a assinar um novo tratado de comércio, limites e navegação. O Paraguai cedeu em partes ao novo acordo de navegação e comércio, porém, através do jogo diplomático, Lopez obteve a promessa dos brasileiros que o assunto sobre os limites seria postergado.

Ao Brasil não preocupava somente a crescente preponderância militar do Paraguai, mas sua resistência em abrir sem restrições a navegação de seus rios. Chegou a fazer acordos secretos com a Argentina, porque em ocasiões, via eminente uma guerra com o Paraguai, por questões territoriais, comerciais e de navegação.

Internamente o Paraguai progredia. Desde que Francia deixara o poder, o país havia alcançado três objetivos importantes: desenvolver a agricultura, a independência alimentar, e integrar o território. Carlos López deu continuidade ao processo de modernização que havia iniciado *El Supremo*. Trouxe do exterior técnicos para implantar o desenvolvimento industrial, mas sem vinculá-lo ao capital externo. Garantiu a educação de base e incentivou os melhores estudantes para criar uma geração de especialistas em várias áreas. Durante seu governo a produção e o comércio aumentaram. O país exportava seus excedentes para os EUA, França e Inglaterra. Apesar das dificuldades impostas por Buenos Aires com relação a livre navegação no rio da Prata, o país aumentava seus vínculos com as nações fora do continente. As restrições portuárias dos vizinhos não conseguiram impedir seu avanço comercial. O Paraguai se destacava na região por ter se emancipado economicamente.

O crescimento vinculado ao mercado externo havia proporcionado ao Paraguai uma modernização ascendente na região. Carlos Antonio López foi o impulsor da modernização paraguaia. Durante seu governo (1840-1862), fez construir linhas telegráficas, estradas de ferro, fábricas de papel, pólvora e tecidos. Além disso, modernizou a esquadra e iniciou a fabricação de seu próprio armamento.

Entretanto, na esfera diplomática internacional, as discrepâncias entre Brasil e Paraguai andavam a passos largos. Em meio às preocupações que sacudiam as



relações de ambos países, Carlos Solano Lopez morreu. Antes, designou seu filho Francisco Solano Lopez como mandatário, advertindo-o com o seguinte conselho: “Existem muitas questões pendentes a serem resolvidas, mas não trate de resolvê-las com a espada, senão com a pluma, principalmente com o Brasil” (CARDOZO, 2009; p.88). Carlos Lopez morreu em setembro de 1862, deixou um país livre e florescente, com um poderoso exército, graves problemas internacionais e um novo governante ávido de glórias e prestígio.

Ao assumir a presidência do Paraguai em 1862, Francisco Lopez acreditava que já não era compatível com os interesses nacionais a política de não intervenção nas questões da Região do rio da Prata, que seus antecessores haviam praticado. Em função do desenvolvimento alcançado, seu país precisava aumentar o comércio com o exterior, a fim de assegurar a continuidade e o ritmo de seus investimentos. Lopez pretendia abandonar o isolamento, o que projetaria seu país cada vez mais além de suas fronteiras. A partir de então, mudou a trajetória política e diplomática do Paraguai para com os países da região.

Inicialmente, Lopez procurou se aproximar do Brasil e da Argentina na tentativa de dissipar velhas disputas sobre o controle da Bacia do Prata. Com o Brasil, chegou a aspirar trocar a secular inimizade por uma nova aliança, que se consolidaria através de seu casamento com uma das infantas, filhas de D. Pedro II, mas não aconteceu. Com o respaldo do Império, almejava proclamar-se imperador, e atuar com destaque no cenário internacional. Na verdade o projeto monárquico havia sido pensado por seu pai, que queria implantar no Paraguai uma monarquia constitucional. Mas Solano Lopez era considerado ambicioso e arrogante, queria a monarquia absoluta.

Lopez era visto como um homem autoritário, engajado nas decisões importantes do governo. Antes de liderar seu país, já participava ativamente da política. Foi ele quem organizou o exército. Participou com seu pai na pacificação das províncias argentinas, aliadas do Paraguai, que pretendiam ser independentes de Buenos Aires. Por seu caráter pouco diplomático, distinto do pai, não conseguiu manter o equilíbrio frente aos problemas internacionais que envolveram seu país.

Quando Solano Lopez assumiu o poder, governava no Uruguai o partido Blanco, aliado dos paraguaios. Ao mesmo tempo, o Brasil tinha problemas com o Uruguai, pois o governo daquele país procurava debilitar sua hegemonia comercial no porto de Montevideu. Entre outras coisas, o governo uruguaio eliminou os privilégios

comerciais do Império e passou a cobrar impostos sobre as exportações de gado para o Rio Grande do Sul. Além disso, havia outra preocupação relacionada às medidas de repressão aos súditos do Império que desenvolviam atividades comerciais e criação de gado naquele país, os quais eram donos de uns 30% das terras uruguaias na fronteira com o Brasil (BANDEIRA, 1995; p.114).

O porto de Montevideu representava para o Paraguai uma alternativa ao de Buenos Aires, uma vez que no Uruguai havia uma resistência em manter relações com a Argentina. Lopez pretendia aliar-se ao Uruguai, pois os dois eram contra o federalismo argentino e a preponderância do Brasil na região.

Enquanto isso, no congresso brasileiro se denunciava as agressões contra os súditos do Império por autoridades uruguaias. Os criadores de gado da fronteira se queixavam de todo tipo de desordem e pediam providência ao Imperador. Em 1864, o Governo Imperial enviou um diplomata para pedir explicações ao governo do Uruguai, sob a exigência de que se respeitassem os direitos dos brasileiros residentes no país, bem como o castigo imediato dos funcionários que haviam abusado de sua autoridade. As reclamações foram ignoradas, então o Brasil ameaçou invadir o Uruguai.

Nesse contexto, Lopez se interpôs entre as duas nações conflitantes. Seu Ministro de Relações Exteriores informava ao Império, em uma extensa nota, que uma intervenção brasileira no Uruguai teria graves consequências ao equilíbrio dos Estados da região do rio da Prata, manifestava temer por sua própria segurança e de seu país, e não toleraria tal ameaça. Essas declarações puseram Assunção em rota de colisão com o Brasil e a Argentina, pois essa apoiava as ações do Império no Uruguai (YEGROS e BREZZO, 2010; p.72).

Apesar de um possível conflito regional, em 12 de setembro de 1864, as tropas brasileiras entraram no Uruguai. As forças daquele país não tiveram capacidade de resistir. Vencido, o presidente Aguirre foi deposto. Em seu lugar, Venâncio Flores tomou o cargo, com o respaldo e a cooperação das forças Imperiais.

Ao saber da notícia da invasão no Uruguai, Lopez ordenou a captura do navio brasileiro Marquês de Olinda, que depois de ter se reabastecido no porto de Assunção, navegava rumo ao Mato Grosso. O vapor levava como passageiro ilustre Carneiro de Campos, o novo governador daquela província. Ele e os outros oficiais ficaram prisioneiros no Paraguai até o final da Guerra da Tríplice Aliança, em 1870. O restante da tripulação foi enviada a Buenos Aires; um gesto humanitário que os paraguaios

jamais repetiriam durante o período do conflito (PAGNI e CESARETTI, 2007; p.6-22). Lopez também proibiu a navegação de barcos de bandeira brasileira no rio Paraguai.

Em 23 de dezembro de 1864, as tropas paraguaias invadiram o Mato Grosso de surpresa, sem antes haver sido declarada a guerra. A incursão foi exitosa. Em menos de quinze dias caíram todas as fortificações brasileiras situadas no território em litígio, juntamente com os principais portos sobre o rio Paraguai. Lopez anunciava que tomava posse dos territórios reivindicados, cujos limites eram históricos. Os paraguaios se aproveitaram da escassa defesa daquelas terras e praticaram todo tipo de perversidade contra a vulnerável população civil e militar. Saquearam e incendiaram Dourados e Corumbá. A população foi obrigada a fugir. Os que não conseguiam escapar eram submetidos a torturas e vexações, ou mortos. Muitos foram levados até Assunção para servirem de escravos (PAGNI e CESARETTI, 2007; p.6-22).

Depois da campanha de Mato Grosso, Lopez tentou invadir o Rio Grande do Sul. A intenção era abater as forças brasileiras e forçar um tratado de paz que beneficiasse o Paraguai. Para chegar ao Rio Grande do Sul as expedições de Lopez tinham que passar por território argentino. O governo de Buenos Aires negou a permissão, sob alegação de manter neutralidade no conflito. Porém, já havia uma aliança militar entre Argentina e Brasil para fazer frente às agressões de Lopez. Por esse motivo, ele declarou guerra à Argentina e invadiu as províncias de Corrientes e Entre Rios.

Ao atacar o território argentino, Solano Lopez favoreceu o fortalecimento da aliança argentino-brasileira. Em 1865, se reuniram em Buenos Aires representantes do Brasil, Argentina e Uruguai, para formalizar o Tratado da Tríplice Aliança contra o Paraguai. O texto do acordo se manteve secreto, mas estabelecia os requisitos que seriam impostos ao perdedor, como condição para a consagração da paz. O tratado determinava que a guerra fosse contra o governo do Paraguai e não contra o povo. Mas, os aliados se comprometeriam a não depor as armas até que Solano Lopez estivesse derrotado. A guerra seria feita em nome da paz, contudo, tinha como mira a redenção do Paraguai (ALBERDI, 1988; p.240).

Foram nessas circunstâncias que se iniciou a conhecida Guerra do Paraguai, ou Tríplice Aliança. O mais sangrento episódio da história da América Latina. Teria sido declarada em razão das pretensões expansionistas de um ditador que pretendia construir seu próprio império? Servia aos propósitos anexionistas do Brasil, apoiado

pelos interesses da Argentina? Sejam quais tenham sido os motivos da guerra, o fato é que constituiu um grave erro, de consequências trágicas ao Paraguai e seu povo.

A coalizão entre Brasil, Argentina e Uruguai, arrasou o Paraguai, mas que para isso tardou seis anos. Em 1869, as tropas aliadas ocuparam Assunção. Para chegar até a capital, os exércitos coligados enfrentaram sangrentas batalhas. Uma vez tomada a capital, o fim da guerra era iminente. As ações militares se concentrariam em ocupar o país e perseguir o presidente Lopez que fugia para o norte, com o resto de seu exército.

Diante disso, o Ministro de Relações Exteriores do Brasil se apressou em chegar a Assunção, com a missão de estabelecer um governo provisório, a fim de que se pudessem fazer acordos preliminares que estabelecessem a paz. Com um governo imposto, pretendia reduzir as ações da Argentina no Paraguai e amenizar os compromissos pactuados no Tratado da Tríplice Aliança. Para isso, era fundamental assegurar a independência do Paraguai com a constituição de uma autoridade legal que representasse a continuidade da existência política do país, e evitar qualquer tentativa de absorção por parte da Argentina. Graças a essa jogada diplomática, o Brasil se impôs no Paraguai e evitou sua desapareição. Antes mesmo de acabar a guerra, o Brasil controlava as decisões políticas no Paraguai (FLORENTIN, 2010; p.22).

Após cinco anos de intensas batalhas a guerra chegou ao fim quando soldados brasileiros mataram Solano López, em Cerro Corá, atual departamento do Amambay. Com o balanço do pós-guerra, a situação era considerada de ruína absoluta. Embora tenha perdido grande parte de seu território, o Paraguai ainda conseguiu manter-se como um Estado independente, mas ficou envolto em caos, desordem e pobreza.

Dos prejuízos sofridos durante o conflito, nada se compara as absurdas perdas humanas. As cifras até hoje não coincidem: alguns autores falam que a população paraguaia era de aproximadamente 1 milhão de pessoas, e que ao final da guerra restavam apenas 300 mil, dos quais, três quartos eram mulheres. Isto quer dizer que aproximadamente 70% da população foi dizimada pela guerra ou por doenças (WARREN, 1978; p.32). Outros estimam que a população paraguaia fosse de mais ou menos umas 450 mil pessoas no final do conflito. Em todo caso, a verdade parece estar entre os dois extremos. Provavelmente, 50% dos paraguaios perderam a vida no conflito (FLORENTIN, 2010; p.16).

A Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança é considerada um marco na formação dos Estados nacionais que nela estiveram envolvidos. Depois do confronto, as fronteiras se definiram. Como consequência, novos parâmetros políticos se instalaram na região. Mas para o Paraguai, sem dúvida, foi a prova mais difícil que teve que suportar para manter sua independência. A guerra destruiu as bases de sua economia e debilitou sua soberania. Os aliados permitiram que se mantivesse como um Estado independente, porém não lhe deram chance de se reerguer novamente.

O exército e as fortalezas foram aniquilados. Foi proibido ao Paraguai levantar qualquer tipo de fortificação militar, ou que pudessem dificultar a livre navegação no rio Paraguai. O país jamais conseguiu refazer seu aparato militar. Na atualidade, as forças armadas constituem um corpo exíguo, capaz de manter unicamente a segurança e a ordem interna.

Destruído pela guerra e uma terrível falta de alimentos, o Paraguai esteve ao borde da desapareição em 1870. Mas sua terra fecunda, unida a um povo eminentemente rural, o ajudaram a sobreviver. A população feminina, maioria depois da guerra, desenvolveu um sistema social com tendências à poligamia, o que permitiu em algumas décadas, amenizar as baixas demográficas (CARDOZO, 2009; p.112).

Com o fim da guerra, o Brasil se impôs ao Paraguai, seu exército predominava sobre as enfraquecidas e diminutas guarnições argentinas e uruguaias. Quem passou a comandar as decisões políticas em Assunção era o Barão de Cotegipe, o qual firmou os acordos do pós-guerra com os paraguaios. No Tratado Loizaga-Cotegipe, ficou reconhecido que o território em litígio na divisa com o Mato Grosso pertencia ao Brasil.

O Paraguai perdeu 154 mil km<sup>2</sup> de seu território, dos quais 40% foram para o Brasil e 60% para a Argentina. No caso do Brasil, essas terras representam boa parte do estado do Mato Grosso do Sul, situadas entre os Rios Apa e Blanco. Para a Argentina, elas conformam quase na íntegra, as províncias de Formosa e Misiones. As Cataratas do Iguazu famosas no mundo inteiro, outrora paraguaias, agora são partilhadas entre Brasil e Argentina. A soberania das Sete Quedas, outro colosso da natureza, era um ponto de discórdia na fronteira entre Brasil e Paraguai. Um século mais tarde, a construção da barragem de Itaipu submergiu Sete Quedas e pôs fim a questão.

A figura 5, representa o território paraguaio antes e depois da guerra e a nova demarcação de suas fronteiras, devido a anexação de parte de suas terras por Brasil e Argentina.



FIGURA 5 - PERDAS TERRITORIAIS DO PARAGUAI APÓS A GUERRA

FONTE: <https://medium.com/the-urbi-et-orbi/a-paz-no-prata-60d66fd2f722>.

ADAPTADO PELO AUTOR, 2019.

Os tratados da Tríplice Aliança asseguravam a independência e a soberania do Paraguai (Art. 8), mas removeu qualquer vestígio do governo anterior. Os aliados impuseram fortes dívidas de guerra e obrigaram os paraguaios a entregarem as terras e o controle da economia aos especuladores estrangeiros (ALBERDI, 1988; p. 236-238). Eles se precipitaram para tomar vantagem da difícil situação que vivia o país. Os vastos terrenos que antes constituíam as terras fiscais, controladas pelo governo, caíram nas mãos dos estrangeiros, principalmente ingleses, americanos, brasileiros, e argentinos.

Desse modo, estava garantida a posse dos territórios desejados pelos vencedores, assim como o controle da política interna do Paraguai. O país foi submetido ao monitoramento dos militares brasileiros por mais de uma década. O Brasil e a Argentina criaram duas correntes políticas fortes dentro do Paraguai compostas pelos partidos liberal e colorado. Era uma maneira de controlar e permanecer envolvidos nas decisões do país. A influência de um país ou outro,

dependia de quem estivesse no poder. Hoje em dia, esses partidos ainda formam os principais grupos políticos do Paraguai.

### 1.5 O COLAPSO DO SISTEMA ECONÔMICO AGRÁRIO E O FRACASSO DOS PROJETOS DE IMIGRAÇÃO

Os colorados, que na época eram controlados pelo Brasil, foram os responsáveis pelo fim do original sistema agrário que havia implantado Francia. Pressionados para pagar as dívidas da guerra, colocaram à venda as imensas Estâncias da Pátria, que compreendiam cerca de 95% de todo o território nacional. Os compradores eram os estrangeiros, mas os políticos paraguaios igualmente se transformaram em donos de vastas terras. Para apoderar-se das propriedades rurais, expulsavam os camponeses. Os campos cultiváveis, passaram às mãos de pessoas que nem sequer viviam no continente. Como resultado desse despojo, no ano de 1900, setenta e nove pessoas eram donas da metade do país (NICKSON,1981; p.111).

Curiosamente o Paraguai demorou em desenvolver o sistema de latifúndio, se comparado aos outros países da região. Esse fenômeno surgiu somente no fim do século XVIII. O presidente Francia foi quem retardou a criação dos latifúndios quando conteve o avanço das possessões dos jesuítas. A expulsão dos mesmos dos vastos territórios que ocupavam, colocou grande quantidade de terras nas mãos do Estado. Esse tipo de manejo e controle das terras durou até que a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) mudasse a função e a estrutura agrária paraguaia.

Na tentativa de salvar a pequena propriedade dos que sobreviveram a guerra, foi promulgada uma lei que garantia o título do terreno a quem nela trabalhasse. Porém, pessoas vinculadas a políticos, que nunca haviam trabalhado no campo, se aproveitaram da situação e tomaram para si as terras que deveriam ser entregues aos camponeses.

Outra lei, de 1873, estabeleceu um sistema de concessão de títulos de terras, que até então não haviam sido reclamadas por ninguém, àqueles que, mesmo sem documentos, pudessem comprovar sua posse através de testemunhas. A situação piorou muito com isso, pois houve uma onda de reclamações sobre

propriedades, com base em testemunhas que nem sempre podiam provar de maneira irrefutável o direito sobre as propriedades.

Em 1875 foi criada a *Oficina de Tierras Públicas*, com o objetivo de ordenar o mercado imobiliário. Pouco depois, o governo de Juan Bautista Gill liquidou as terras públicas. Ele pôs à venda, de forma massiva, as propriedades do Estado. Esse exemplo foi seguido pelos governos seguintes e a consequência foi o despojo das terras dos camponeses, o que provocou a expulsão deles do campo. A forma de pagamento podia ser em ouro, prata, ou bônus do Estado. A corrupção galopante produziu a emissão compulsiva de bônus do Estado, em alguns casos, espúrios. Dessa forma, os amigos do governo se apropriaram de boa parte das terras em venda (FLORENTIN, 2010; p. 89).

Outra aparente ação legal destinada a regularizar a questão das terras, instituía que os camponeses estabelecidos em terrenos não reclamados em um período entre 10 e 30 anos, podiam constituir propriedades com base no tempo de uso. A lei outra vez beneficiou os grandes proprietários, que aproveitaram o mecanismo legal para expandir suas fazendas sobre terras não ocupadas. Tal situação desencadeou uma onda de conflitos entre pequenos agricultores e latifundiários, que lutavam para provar os direitos adquiridos sobre os terrenos em disputa.

O processo de legalização das terras sofreu grande especulação, e em 1883, os preços haviam subido em torno de 500%, o que reduziu consideravelmente as chances de compra pelos camponeses paraguaios. Com isso, a maioria das terras se concentraram em setores da classe alta paraguaia, associada ao capital estrangeiro (FLORENTIN, 2010; p.91). A calamitosa ocupação e venda das terras fiscais deu origem ao latifúndio, controlado por estrangeiros.

Liquidadas as Estâncias da Pátria, as terras fiscais e os ervais, considerados os suportes da economia paraguaia, o governo lançava outra etapa de vendas, dessa vez no Chaco. Na Região Ocidental (Chaco), os preços podiam ser rebaixados até 50% se o comprador garantisse a instalação de colonos europeus, que se prontificassem a explorar essas terras. Por outro lado, foi proibida a venda de pequenos lotes, o que impediu os pequenos produtores paraguaios comprarem terras e participarem do processo de exploração daquela região.

O motivo original da dilapidação das terras fiscais era pagar a dívida contraída aos bancos ingleses, com o objetivo de reorganizar o país depois da guerra. Em 1885,



o governo anunciava que o dinheiro arrecadado com a venda das terras era suficiente para liquidar a pendência. Mas o governo ainda entregou aos ingleses uma gleba imensa, além das ferrovias do país que estavam penhoradas como garantia.

A venda das terras públicas é um marco significativo na história do Paraguai, pois destruiu a estrutura hierárquica do Estado que controlava o setor agrícola. Por outro lado, instituiu um modelo capitalista liberal dominado por estrangeiros. O novo modelo, do ponto de vista social, prejudicou os pequenos agricultores produtores de alimento, que despojados de suas terras passaram a trabalhar como mão de obra barata na exploração dos latifúndios. O resultado desse processo, em outras palavras, foi a internacionalização do campo paraguaio e, fundamentalmente, a entrega do controle da economia nacional aos forasteiros.

Juntamente com a venda das terras públicas, o Paraguai pôs em prática um projeto colonizador das terras inexploradas. Com relação a esse plano, os governos constitucionais não se diferenciaram de seus antecessores: tanto o governo de Carlos Lopez, como os da era liberal, tentaram atrair imigrantes europeus a fim de desenvolver o país. Havia uma crença, naquela época, que os trabalhadores paraguaios não podiam gerar progresso por si mesmos. Eram necessários trabalhadores estrangeiros, principalmente europeus, para injetar entusiasmo ao país. Em parte, isso se justificava pela escassez de gente depois da guerra. Falta essa, que se acentuou devido a emigração dos paraguaios que fugiram da miséria que abateu o país, durante e depois da guerra.

Na verdade, eram três as causas da motivada chamada aos estrangeiros: a necessidade de repor as perdas humanas ocasionadas pela guerra; a urgência em reintegrar novamente os territórios periféricos; e a falta de alimentos que padecia o Paraguai. Os imigrantes deveriam ajudar a superar esses problemas (FLORENTIN, 2010; p.99).

Apesar de ter se tornado uma prioridade absoluta da economia e da política paraguaia, o apelo à imigração não teve êxito, mais exatamente, foi um fracasso. Apenas alguns colonos ingleses e alemães chegaram entre 1871 e 1873. A incompetência das autoridades e as exigências feitas por eles aos colonos que desejassem estabelecer-se no país desestimularam os mesmos.

A promoção e a seleção dos imigrantes tinham por meta trazer ao Paraguai pessoas trabalhadoras e inteligentes, que ensinassem o ofício da agricultura moderna aos nativos, para que eles se tornassem elementos estáveis, úteis ao país. Dava-se

prioridade a qualidade e não a quantidade, a fim de evitar resultados negativos no futuro. O Paraguai pretendia selecionar agricultores capacitados, que por sua moral e energia, pudessem contribuir para melhorar o país. O Estado também condicionava a entrada dos imigrantes a um capital mínimo, para que pudessem iniciar suas atividades no campo. O motivo era evitar o que acontecia na Argentina, por exemplo. Naquele país se instalaram numerosos refugiados, militantes políticos da Europa, principalmente italianos, que não tinham nada a ver com o que precisava o Paraguai (SOUCHAUD, 2002; p.60-61).

Somente entre 1918 e 1948, embora em números modestos, o fluxo de imigrantes se diversificou e chegaram os primeiros poloneses, russos, menonitas, e japoneses. Instalaram-se principalmente no departamento de Itapúa, na fronteira com o Brasil, e no Chaco Central. Esses imigrantes trouxeram desenvolvimento, pois aplicaram técnicas que melhoraram o rendimento e a qualidade da produção agrícola. (SOUCHAUD, 2002; p.63).

A imigração no Paraguai teve um destino diferente do que ocorria no Brasil, Argentina e Uruguai. Enquanto esses países acolhiam alguns milhares de europeus, no Paraguai apenas haviam chegado um punhado deles, se comparado com seus vizinhos. O Uruguai que tem uma superfície similar à do Paraguai, até o ano de 1920, já tinha recebido 237.675 estrangeiros, enquanto que o Paraguai recebia até a data somente 22.305 imigrantes (SOUCHAUD, 2002; p.64). Essas diferenças assinalam a desvantagem que o Paraguai sofreu com relação aos seus vizinhos. Tais desvantagens são visíveis, hoje em dia, nos contrastes econômicos e sociais regionais que protagonizaram as migrações europeias no sul do continente.

Ademais do rigoroso processo seletivo, o Paraguai apresentava outros exemplos negativos, como as regiões afastadas e inóspitas que não favoreciam a imigração, devido ao isolamento e temperaturas desagradáveis que rondam os 40 graus. Como no caso da Amazônia brasileira, o Chaco paraguaio sofreu certa discriminação por ter um solo inadequado à agricultura intensiva. Caso diferente da Região Oriental, onde o atrativo são os solos altamente produtivos. Além disso, o isolamento das comunidades rurais, a falta de incentivos financeiros, e as precárias vias de comunicação e de transporte, desencorajavam possíveis imigrantes. A esses elementos, somam-se a falta de condições sanitárias, a ausência do Estado e a descabida arbitrariedade das autoridades corruptas locais. Não bastasse, o Paraguai sofria com a competição de seus vizinhos por atrair os europeus. As regiões de clima

temperado no sul do Brasil, do Uruguai e da Argentina, eram mais propícias para criar uma sociedade segundo os moldes europeus.

Em parte, o fracasso da política migratória do Paraguai se deve ao fato de que foi discriminatória com seus próprios camponeses. O país julgava que a mão de obra europeia era mais capaz e excluiu sua população do processo de integração, para favorecer uma hipotética mão de obra que viria do exterior. A política destinada à imigração no Paraguai não obteve o mesmo êxito dos demais países da região, os quais completaram o ciclo migratório no fim do século XIX, ao contrário do Paraguai que recebeu a maior remessa de imigrantes a partir da metade do século XX.

## 1.6 OS DESEQUILÍBRIOS SOCIAIS DE UM PAÍS AGRÍCOLA EXTRATIVISTA

Até 1943, a região fronteira do Paraguai oriental possuía pouca terra agricultável e baixa densidade populacional. Em 1950, o Paraguai tinha um total de 1.328.452 habitantes. Em termos de densidade demográfica, os números representavam 3,3 habitantes por Km<sup>2</sup>, dos quais 63% viviam na região central do país. A população estava concentrada principalmente nos arredores da capital, Assunção, em um território que representava somente 7% do total do país (DGEEC, 2002).

O recenseamento de 1962 apontava que, apesar da população paraguaia estar concentrada em uma pequena porção do seu território, 65% das pessoas viviam em pequenas propriedades rurais que não passavam de cinco hectares. Esses pequenos agricultores dedicavam-se a cultura familiar de subsistência. O excedente produzido quando comercializado, apenas ajudava na manutenção dos lares. Apesar de possuir grandes porções de terras agricultáveis, o Paraguai praticava uma atividade agrícola fraca e deficitária do ponto de vista tecnológico. A erva-mate era a maior fonte de ingressos do país (DGEEC, 2002). O cultivo da erva-mate era de manejo rudimentar, não exigia técnicas de plantio nem cuidados especiais, por ser uma planta nativa das florestas paraguaias. Dessa forma, o Paraguai era caracterizado por ser um país agrícola extrativista.

A figura 6, evidencia a concentração da população paraguaia no interior do país e a baixa densidade demográfica dos territórios fronteiriços, até os anos 1960.



FIGURA 6 - PARAGUAI: DENSIDADE DEMOGRÁFICA EM 1962

FONTE: DGEEC, CENSO DE POBLACIÓN Y VIVIENDAS, 1992.

Os problemas agrários e a violência política que se instalou no Paraguai a partir dos anos 1950, foram mais que suficientes para fomentar a emigração dos paraguaios para os países próximos, os quais iniciavam tempos de pleno desenvolvimento. Os produtores agrícolas, os peões, fartos de uma profissão tão menosprezada, trancavam as portas de suas pobres casas e procuravam trabalho no estrangeiro. Eles abandonavam as terras férteis e aráveis para aventurar-se na esperança de melhores condições econômicas, principalmente na Argentina. Porém, os governantes não conseguiam ver que essas migrações entorpeciam contínua e amplamente o desenvolvimento econômico do Paraguai (AYALA, 1996; p.19-20).

O Paraguai falhou em favorecer a imigração europeia na tentativa de integrar a economia nacional e os territórios periféricos. Sem perspectivas de futuro, os paraguaios foram atraídos para as regiões que encontraram o caminho do desenvolvimento em frentes agrícolas e urbanas. Isso ocasionou ao Paraguai um duplo problema demográfico. O caso é que cresceram as diferenças políticas, econômicas, sociais, entre o Paraguai e os países próximos como Brasil e Argentina. A República paraguaia permaneceu, durante muito tempo, envolta em um marasmo

sufocante, provocado pela instabilidade política que a impedia crescer economicamente. As disputas internas e as ditaduras isolaram o país do mundo, transformando-o em uma nação relegada ao atraso social, depois da Guerra da Tríplice Aliança.

É evidente que após a Guerra, o Paraguai sofreu um colapso do qual não conseguia se recobrar. As perdas humanas e o atraso econômico trouxeram problemas irrecuperáveis de toda natureza. Sufocado por seus vizinhos, jamais voltou a ocupar posição de destaque. Culpar Solano López por subestimar seus oponentes, bem como sua falta de diplomacia para evitar o desastre, é no mínimo coerente. Mas, no Paraguai ele é visto como o herói que morreu pela pátria. A história distorcida parece ter entronado aquele que deu ao país o problema mais crônico de sua existência. A nação ainda padece as sequelas de um erro que poderia ter sido evitado em seu tempo. A necessidade urgente de repovoar o país para que esse continuasse a existir, foi uma consequência direta da guerra. Uma ferida aberta na história do país considerado vanguardista na América do Sul.

Imerso em dificuldades, disputas internas pelo poder, e relegado ao insulamento, o Paraguai precisava solucionar seus problemas mais urgentes. Esses problemas resumiam-se na ocupação das terras improdutivas e o desenvolvimento da agricultura. No fim da década de 1950, o país criou novas condições para atrair os imigrantes. Dessa vez foram os agricultores brasileiros que receberam incentivos e apoio do governo paraguaio. Pouco a pouco iniciaram um movimento migratório que ocuparia grande parte da faixa leste da fronteira do Paraguai com o Brasil. Esse é o tema que tratamos no próximo capítulo.

## 2. A MIGRAÇÃO DE BRASILEIROS AO PARAGUAI E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO BRASIGUAIO

Em 1954, o general Stroessner assumiu o governo do Paraguai, onde imperava um modelo de sociedade rural arcaico. Stroessner iniciou uma nova etapa na economia do país. Criou o programa Crescimento para Fora, que pretendia modernizar a economia local. Os principais objetivos eram a colonização da Região Oriental, e a mecanização da agricultura, pois o Paraguai era pouco produtivo: a agricultura era de subsistência, a indústria e o comércio precários e havia pouca integração econômica com os países vizinhos (WAGNER, 1990; p.14). A estratégia de Stroessner foi, primeiramente, viabilizar extensas áreas de terra improdutivas para cultivos, na fronteira com o Brasil (CPMI, 2006; p.309).

Por outro lado, durante as décadas de 1950 e 1960, foi posta em prática no Brasil uma nova e contundente doutrina geopolítica que considerava favorável a aproximação nas relações com os países vizinhos. Desse modo, foi traçado um plano para o desenvolvimento das fronteiras, que pretendia explorar seu potencial de desenvolvimento, assim como do centro do território brasileiro (LAINO, 1977; p.52). A fronteira fazia parte da estratégia de construção do desenvolvimento econômico e político, que tinha como lema “integrar para não entregar”. Ou seja, a preocupação era ocupar, desenvolver e integrar os espaços vazios do interior e das zonas fronteiriças, para evitar que outros o fizessem (MEIRA MATTOS, 1990; p.60).

Nesse sentido, os interesses geopolíticos do Brasil e Paraguai com relação a ocupação das fronteiras convergiam. Para promover a imigração de brasileiros, Stroessner intensificou suas relações com o Brasil a fim de criar infraestruturas que atraíssem os colonos para as áreas de expansão agrícola.

Através de um decreto presidencial (Nº 24.634 de 28/01/1957), Stroessner criou Ciudad Puerto Presidente Stroessner, atual Ciudad del Este, no extremo da *Ruta Internacional (ruta 7)*. Ele considerava indispensável a construção de uma localidade que fosse ponto de concentração das possibilidades regionais e vínculo permanente com a República do Brasil, por meio do trânsito até o Atlântico (BÁEZ, 2003; p.67).

A *Ruta Internacional* que conecta Assunção ao Brasil, foi inaugurada em 1966. Com financiamento do Brasil construiu-se a Ponte da Amizade em 1965, que liga Ciudad del Este à Foz do Iguaçu. O Brasil concedeu o acesso ao Porto de Paranaguá aos paraguaios com a conclusão da BR 277 em 1969, e concretizou o

projeto da construção de Itaipu, de comum acordo com os paraguaios, em 1973. Os dois países assinaram o Tratado de Aliança e Cooperação, em 1975. Rompia-se dessa forma, o isolamento do Paraguai, bem como os entraves políticos e econômicos que estava sujeito para com a Argentina, como por exemplo, sua dependência do porto de Buenos Aires. Através de um projeto hábil de integração, o Brasil pôs em prática as estratégias geopolíticas e conseguiu debilitar a influência da Argentina no Paraguai, e impôs a sua (SALUM-FLECHA, 1990; p.59).

As infraestruturas de integração entre Brasil e Paraguai favoreceram a entrada dos brasileiros naquele país. Primeiramente se beneficiaram da construção da Ponte da Amizade e da rodovia asfaltada que ligou Assunção à Ciudad del Este, pois facilitou a penetração de colonos imigrantes para o interior do Paraguai.

Outra medida pontual do governo paraguaio que promoveu a ocupação da região de fronteira pelos brasileiros, foi a extinção da Lei que proibia a compra de terras na faixa de fronteira por estrangeiros. Para tanto, em 1963 foi criado o *Instituto del Bienestar Rural* (IBR), e sancionada a Lei número 854, que estabelecia o Estatuto Agrário. Essa Lei definia a função social e econômica da terra, cujo desafio era contribuir para o bem estar rural e o desenvolvimento da economia nacional. Para atingir tais metas, o governo definiu que os benefícios do Estatuto Agrário se estenderiam aos homens e mulheres, acima dos 18 anos, paraguaios ou estrangeiros, que estivessem dedicados aos trabalhos no campo ou que viessem dedicar-se a eles (IBR, 1989). Dessa forma, a legislação paraguaia não fazia nenhuma restrição aos estrangeiros para compra de terras agricultáveis no país. Ao contrário, os colocava no mesmo patamar de igualdade perante os nativos.

Não se pode dizer, no entanto, que a imigração de brasileiros ao Paraguai tenha sido deflagrada unicamente pelos acordos geopolíticos de integração entre Brasil e Paraguai. Outros fatores importantes contribuíram para estimular o movimento migratório e espontâneo, como por exemplo, o baixo preço de suas excelentes terras, créditos em longo prazo pelo Banco Nacional de Fomento do Paraguai e preço competitivo da soja no mercado internacional. Esse ambiente favorável à agricultura, levou cerca de 450.000 agricultores brasileiros viver no Paraguai entre os anos de 1960 à 1990 (ALBUQUERQUE, 2010; p.59).

## 2.1 AS VIAS DA MIGRAÇÃO E A FORMAÇÃO DAS PRIMEIRAS COLÔNIAS

No início do processo migratório (1950-60), as vias de integração entre Brasil e Paraguai eram precárias. A comunicação era feita através de balsas pelo rio Paraná, ou pela fronteira seca no Mato Grosso do Sul. Apesar de toda extensão de fronteira, 1.365 Km, as poucas áreas de intercâmbio entre os dois países se concentravam no sul, na divisa com o estado do Paraná. Os pontos de contato mais importantes eram e continuam sendo Foz do Iguaçu (PR) com Ciudad del Este (PY); Guairá (PR) e Salto del Guairá (PY); Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (MS).

A fronteira seca foi a principal porta de entrada dos colonos através de Salto del Guairá. Por isso, os primeiros a chegarem se estabeleceram nos departamentos de Canindeyú e Amambay. Porém, novas vias de acesso foram abertas e deslocaram o fluxo de entrada dos imigrantes para o sudeste do Paraná, em Foz do Iguaçu. Com a conclusão da Ponte da Amizade (1965), que ligou Foz do Iguaçu à antiga Cidade Presidente Stroessner, capital do departamento do Alto Paraná, esse departamento passou a ser o centro de acolhida dos imigrantes. Isso intensificou o tráfego na Ponte da Amizade no início dos anos 1970 (SOUCHAUD, 2002; p.90).



FIGURA 7 - PARAGUAI: MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS ÀS REGIÕES DE FRONTEIRA;1960-70

FONTE: DGEEC, CENSO DE POBLACIÓN Y VIVIENDAS, 1992.





FIGURA 8 - PARAGUAI: MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS ÀS REGIÕES DE FRONTEIRA; 1980-90

FONTE: DGEEC, CENSO DE POBLACIÓN Y VIVIENDAS, 1992.

Desde o ponto de vista histórico, a imigração brasileira ao Paraguai apresenta variações importantes quanto a sua intensidade no período de 1960-90, bem como a procedência geográfica e a situação socioeconômica e cultural dos imigrantes. No transcurso da etapa inicial (1950-70), vieram os pequenos agricultores, oriundos do norte e nordeste do Brasil, geralmente arrendatários ou diaristas contratados pelas colonizadoras, ou enviados por seus patrões para encarar a primeira e mais dura etapa da ocupação. Eram encarregados de fazer o desmatamento e limpeza dos terrenos e a plantação das primeiras culturas, como a menta. Por outro lado, a partir dos anos 1980, chegaram os pequenos e médios empresários familiares, provenientes dos estados do sul do Brasil. Os agricultores foram atraídos pela possibilidade de comprar terras baratas, pois com a venda de 1 hectare de terra no Brasil, podiam comprar até 5 hectares no Paraguai. Esses imigrantes se radicaram no Paraguai, desenvolveram ricas colônias agropecuárias e alcançaram notável prosperidade (WAGNER, 1990; p.15-16).

Nos vastos territórios ocupados pela colonização, a formação dos povoados obedecia mais ou menos o mesmo esquema. Para evitar o isolamento e prevenir-se

de uma necessidade urgente, os núcleos das colônias eram posicionados geralmente em torno de uma igreja católica ou alguma família instalada a mais tempo. Não se pode negar que muitas famílias dependiam mutuamente da solidariedade entre elas para amenizar as dificuldades. A imigração voluntária, formada por redes familiares e de amizade, representa papel importante na formação da comunidade de brasileiros no Paraguai (CPMI, 2006; p.308).

Para satisfazer as necessidades básicas dos moradores, o colono mais antigo montava um pequeno e modesto comércio, onde vendia gêneros de primeira necessidade (sal, açúcar, utensílios domésticos, cigarros, bebidas, etc.), geralmente contrabandeados do Brasil, que a colônia em um primeiro instante não podia produzir. Quase sempre o pequeno comerciante era um ator híbrido, que conciliava os trabalhos da lavoura com o comércio.

A escassez de produtos era justificada, por vezes, pela impossibilidade de trafegar pelas estradas barrentas, estreitas e escorregadias, que perfaziam os caminhos da colônia até os mercados de Foz do Iguaçu ou Ciudad del Este. Quando chovia, os caminhos eram impraticáveis.

Entre as dificuldades encontradas pelos agricultores nos primeiros anos de produção, a de não dispor de um lugar adequado para guardar a colheita era o que preocupava. Mas disso, por vezes, se encarregava o comerciante, que era agenciador entre os colonos e as grandes cerealistas. A dependência tornava-se ainda maior quando esses comerciantes passaram a oferecer pequenos empréstimos, em forma de dinheiro ou de mercadorias, para ter como garantia a entrega da safra. A prática desse tipo de intercâmbio entre os colonos e as casas comerciais, provocou uma troca desigual controlada em ambos os aspectos pelo comerciante (AMIM e VERGOPOULOS, 1980; p.44).

O controle da produção feita pelos comerciantes era favorecido principalmente por alguns fatores como: falta de assistência do governo na questão da comercialização, inexistência de infraestruturas e meios de transporte deficitários. Todas essas dificuldades se somavam a outras como as distâncias dos centros de abastecimento e a falta de disponibilidade para as viagens fora da colônia.

Os colonos instalados no Paraguai na primeira fase da colonização (1950-70), eram pequenos proprietários ou arrendatários sem recursos nem capital, de modo que apesar das boas terras, não conseguiam aumentar a produção para criarem condições de desenvolver suas propriedades. A falta de apoio por parte do governo

paraguaio, como a criação de infraestruturas e estruturas comerciais adequadas, impedia o crescimento dos pequenos agricultores. Situação muito diferente da segunda fase da imigração (1980), onde a força do capital, aliado à tecnologia, abriu caminho para um progresso rápido, que modificou todo o panorama existente até então.

Assim como no Brasil, as zonas pioneiras no Paraguai demonstraram uma rápida aceleração quanto ao povoamento, que veio acompanhada de algumas atividades econômicas, essenciais para sua evolução. “Nessas fronteiras agrícolas tudo acontece a grande velocidade, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, cidades saltam da terra da noite para o dia, forjadas pelo dinamismo real, transformador” (WALBEL, 1955; p.6).

Nesse caso, os signos de caráter cultural e religioso também surgiam de imediato no seio da comunidade. Um exemplo disso é que a igreja, geralmente católica, construída no centro da comunidade, era fruto do apelo eclesiástico à sociedade. A igreja, assim como nas pequenas comunidades do Brasil, deveria representar o núcleo do povoamento. Dessa forma exercia a missão de unir o ambiente com a cultura na consolidação do espaço (ROSENDAHL, 1996; p.59).

Vale destacar que os padres exerceram um papel muito importante na organização e integração das colônias. O padre era visto como uma autoridade na comunidade. Era ele quem defendia os direitos e os interesses dos imigrantes junto às autoridades paraguaias. Naquele tempo, não havia qualquer autoridade paraguaia presente nessas comunidades, eles geralmente moravam em Ciudad del Este ou Assunção. O padre fazia a ponte, era o interlocutor dos reclamos sobre certas injustiças e abusos cometidos contra os colonos. Homens de muita coragem, eles lutavam para que as leis fossem cumpridas, principalmente com relação aos direitos jurídicos, pois havia muitos problemas de titulação de terras. Alguns foram até ameaçados por militares paraguaios por defenderem os colonos que careciam de todo tipo de informação sobre seus direitos no país.

A pequena cidade de Los Cedrales, no departamento do Alto Paraná, situada a uns 30 quilômetros da fronteira com o Brasil, foi o local escolhido para algumas observações durante os trabalhos de campo. Por exibir um quadro dinâmico desde sua formação, a cidade reflete com clareza o que ocorreu na maioria dos povoados e cidades fundadas pelos brasileiros no decorrer da colonização da fronteira. Para ilustrar o cenário da colonização, destacamos o depoimento de um dos primeiros

moradores, fundador de uma entre tantas cidades que fizeram surgir os imigrantes na região colonizada. O imigrante entrevistado, pequeno agricultor proveniente da cidade de Chopinzinho, sudoeste do Paraná, estabelecido em Los Cedrales há 40 anos, nos relata como foi sua chegada em um mundo totalmente por explorar:

Quando estávamos no Brasil, ficamos sabendo por rádio que uma firma brasileira estava a cargo de um vasto terreno no Alto Paraná, na região ao sul do Rio Monday. Essas terras estavam sendo colonizadas sob a direção do doutor Julio Gale (de Assunção). Era barato comprar um pedaço de terra e no ano de 1970, resolvemos partir com uns amigos para conhecer o lugar. Acompanhou-nos durante a viagem um agrimensor chamado Milton, que conhecia melhor aquelas paragens.

Durante a viagem passamos por um povoado de paraguaios que tinha o nome de Porto Presidente Franco (cidade vizinha de Cidade do Leste). Desde aí seguimos caminhando. Partimos ao amanhecer, o caminho era estreito e muito difícil de percorrer devido à intensa umidade, pois não se secava nunca pelo motivo de que as árvores tinham as copas muito fechadas. As árvores eram enormes, aproximadamente 20 metros de altura, seus galhos se entrelaçavam e impediam que o sol penetrasse o chão. Depois de um dia caminhando nos deparamos com um obstáculo. Um caudaloso rio que, segundo mostrava o nosso mapa, era o rio Monday.

Acampamos e passamos a noite na beira do rio. Aproveitamos o descanso para pensar na melhor maneira de atravessar aquelas águas quando tivéssemos que transportar a mudança. O nosso único meio de transporte era um pequeno barco que podia levar duas pessoas por vez. Tivemos que ser muito pacientes para passar tudo ao outro lado do rio. Uma vez do outro lado da margem do rio Monday, com mais meio dia de viagem chegamos ao que é hoje Los Cedrales.

Ao chegar, nos deparamos com uma pequena clareira aberta na mata, onde iniciava o que é hoje a Avenida Venâncio Chaves. Nos instalamos debaixo de uma lona. O único rastro de civilização que encontramos eram os cabos elétricos de alta tensão da ANDE (Empresa Paraguaia de Energia) que vinham de Itaipu em direção a Assunção.

Depois de alguns meses, muitas famílias, todos brasileiros, uniam-se a nós e ficamos sabendo que o rio que passamos de canoa já tinha uma balsa. Isso facilitou a entrada de mais famílias ao nosso imenso mundo verde. A população cresceu rapidamente, pois os colonos eram muito trabalhadores e, em pouco tempo, Los Cedrales já contava com uma linha de ônibus que entrava uma vez por mês. Com o ônibus vinham os sacerdotes para realizar uma missa a cada 30 dias.

O relato expõe as dificuldades que enfrentaram os pioneiros, mas que, apesar de tudo, seguiram adiante e construíram comunidades inteiras sem ajuda do Estado paraguaio. Em Los Cedrales, nove anos após a chegada dos primeiros colonos

(1970), foi edificada a primeira escola com a ajuda dos moradores. O mesmo aconteceu com o restante das infraestruturas básicas como instalação de telefonia, energia elétrica, estradas, segurança, e saúde. Para conseguir tais benefícios os moradores se organizaram e fundaram a *Comisión de Desarrollo* (Comissão para o Desenvolvimento). Através dessa associação, arrecadaram dinheiro suficiente para pagar as empresas do governo e, em 1984, fizeram a eletrificação da comunidade. Trazer energia à cidade foi um evento extraordinário, pois além de promover melhorias e conforto nas propriedades, facilitou o surgimento de pequenas empresas como fábrica de tijolos, oficinas, madeireiras, entre outras, que ofereciam oportunidades de trabalho.

A *Comisión de Desarrollo* desempenhou um papel de fundamental importância para o desenvolvimento de Los Cedrales. Através dessa associação, os moradores conseguiram benefícios que jamais receberiam do governo. As estradas abertas para ligar a cidade ao interior, bem como ao exterior, foram construídas graças a compra de uma máquina com recursos da comunidade. A associação também desempenhou ações importantes na administração pública da colônia Los Cedrales. Unidos politicamente, os agricultores pressionaram o governo regional para que desmembrasse Los Cedrales do município de Presidente Franco. Isso ocorreu em 1989, e emancipado, Los Cedrales teve a oportunidade de crescer ainda mais, já que a partir de então, as taxas e impostos seriam revertidos em benefício local.

O mapa que representa a figura 9, mostra a localização do município de Los Cedrales e outros municípios do Departamento de Alto Paraná, onde a população de brasileiros é superior a de paraguaios.



FIGURA 9 - LOS CEDRALES - ALTO PARANÁ (PY)

FONTE: ATLAS PARAGUAY, 2008. ADAPTADO PELO AUTOR.



FIGURA 10 - VISTA PARCIAL DE LOS CEDRALES: COMEMORAÇÃO AO DIA DO AGRICULTOR, 1990

FONTE: CEDIDA POR ADEMAR MOREIRA, 2017.

## 2.2 A DISTRIBUIÇÃO DOS BRASILEIROS E A RECOMPOSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO LESTE PARAGUAIO

Os movimentos migratórios fazem parte da história da humanidade, geralmente motivados pela necessidade de melhorar de vida. Porém, independentemente da região ou época em que ocorrem, as migrações promovem mudanças nas características dos locais onde afluem. Por ser assim, se tornaram convenientes ou indesejáveis, mas significativas na recomposição da população ou da economia de certos países. Nesse sentido, os imigrantes brasileiros desenvolveram um papel determinante na recomposição demográfica e econômica do leste paraguaio.

Entre os anos 1960 e 1980, o Brasil possuía algumas vantagens para a conquista do extremo leste paraguaio: uma fronteira que mede 1.365 Km de extensão, divididos entre os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul; a pressão demográfica nos estados do sul; e os baixos preços das terras no Paraguai. No estado do Paraná a densidade demográfica era em média de 30 hab./km<sup>2</sup> e possuía cidades bem desenvolvidas. Enquanto nos departamentos fronteiriços com o Brasil o Paraguai tinha uma população estimada entre 1,5 hab./km<sup>2</sup> a 6,5 hab./km<sup>2</sup> (DGEEC, 1972).

Durante os anos 1960-70, os colonos se assentaram principalmente em três departamentos do extremo oriente paraguaio, por serem mais acessíveis e próximos da fronteira: Alto Paraná, Canindeyú, e Amambay. As estatísticas mostram que os brasileiros no Paraguai em 1962, seriam 2.250 e, em 1972, em torno de 30 mil, aproximadamente. Por ordem de ocupação, os departamentos mais habitados por estrangeiros estariam assim relacionados: Canindeyú: 12.028 - Amambay: 10.027 - Alto Paraná 7.130 (NICKSON, 1981; p.122). Sua expressão numérica não se podia comparar ao que é hoje, mas já haviam começado a fundar os primeiros núcleos populacionais e organizar as bases da colônia.

O departamento do Alto Paraná era o menos povoado pelos imigrantes, mas isso mudou quando foi concluída a Ponte da Amizade (1965) e a Ruta 7, que liga Assunção à Ciudad del Este, e esta à Foz do Iguaçu. O objetivo da criação das infraestruturas era abrir um canal de acesso ao território que deveria ser colonizado o que, como os números mostram, surtiu o efeito desejado. Outra estatística feita entre os anos 1977 e 1981, destaca que a imigração apresentava um importante aumento. O número de imigrantes subiu para 51.363. Itapúa era o novo departamento incluído

nas estatísticas, se apresentava como o segundo colocado na preferência dos brasileiros. A classificação dos departamentos que mais recebiam imigrantes assim se constituía: Alto Paraná: 27.409 – Itapúa: 12.969 – Canindeyú: 6.615 – Amambay: 4.370 (FOGEL, 1989; p.143).

Nota-se que a população estrangeira aumenta no departamento do Alto Paraná, mas diminui em Amambay e Canindeyú. Existem três fatores que podem explicar este declínio: a mudança de destino dos novos imigrantes que preferiam instalar-se nos departamentos de Itapúa e Alto Paraná; o retorno de muitos brasileiros na década de 1980, quando houve o fenômeno da volta dos chamados brasiguaios; e o movimento interno dos agricultores que procuravam novas terras. Em menos de uma década, houve uma redefinição quanto ao destino e a preferência dos imigrantes por instalar-se em outros territórios, que não aqueles procurados logo no início do fenômeno migratório. Os colonos preferiam instalar-se nos departamentos mais próximos de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, que se destacavam como os principais centros provedores de máquinas e suplementos agrícolas, que necessitavam os colonos. A qualidade superior das terras nessa região foi outro fator que contribuiu para a fixação dos imigrantes no Alto Paraná e Itapúa.

O retorno de brasileiros foi significativo, pois cerca de mil famílias deixaram o Paraguai. Eles tinham problemas de documentação ou econômicos, notadamente eram posseiros ou sem-terra (SPRANDEL, 1993; p.18). Para o reordenamento do movimento migratório, contribuiu a vontade de muitos colonos de aumentar e melhorar suas propriedades e, por esse motivo, buscavam terras férteis, porém mais acessíveis ao comércio e aos centros urbanos. Alto Paraná e Itapúa estavam mais bem servidos de estradas e meios de comunicação, daí a preferência dos colonos por essa região. O departamento do Alto Paraná foi o mais povoado pelos imigrantes, mas na década de 1990 Canindeyú superou Itapúa. Atualmente a maior concentração de brasileiros está em Alto Paraná e Canindeyú (DGEEC, 2018).

Finalmente o governo paraguaio resolveu fazer um censo populacional no ano de 1992 e, a partir dessa data, se pode contar com cifras oficiais, apesar de serem pouco exatas. Depois do censo, o número de brasileiros residentes no Paraguai subiu para 108.526. Por departamentos, os colonos estavam assim divididos: Alto Paraná: 43.414 – Canindeyú: 24.234 – Itapúa: 11.184 – Caaguazú: 6.444 – Amambay: 3.503 (DGEEC, 1992). Os outros 19.747 colonos faltantes para completar a cifra estariam espalhados nos demais departamentos, principalmente em Concepción e Caazapá.



Com exceção do departamento do Alto Paraná, nos demais departamentos colonizados pelos brasileiros, a maioria da população vive na zona rural. No Alto Paraná, cerca de 60% da população vive em áreas urbanas. Dos 773.303 habitantes urbanos, 293.817 vive na capital, Ciudad del Este (DGEEC, 2015). Os restantes 479.486 moradores urbanos estão distribuídos em pequenas cidades nas áreas rurais, das quais muitas são habitadas quase que exclusivamente por brasileiros. O município de Los Cedrales é um exemplo que ilustra o caso. Está situada a uns 30 quilômetros da fronteira com o Brasil, e dos seus 18 mil habitantes, pelo menos 70% são brasileiros, porém, no núcleo urbano eles chegam a somar 80% do total dos moradores (Mun. de Los Cedrales/Datos y Estadísticas del Distrito, 2002, p.69). Casos como este, se repetem em inúmeras cidades nos departamentos onde os brasileiros são a maioria da população.

Os números são contraditórios ao se comparar as cifras do censo do governo com as de algumas publicações, as quais dizem que os brasileiros radicados no Paraguai seriam 300 mil (FOGEL, 1995) 400 mil (PÉBAYLE, 1994; p.73), ou até mesmo 500 mil (SPRANDEL, 1993; p.18). Os governos brasileiro e paraguaio admitem que o número de imigrantes pode chegar a 450 mil, e que os 108.526 que apontam o censo, representam somente o número de documentados.

Portanto, se torna difícil determinar com exatidão quantos são os imigrantes e seus descendentes no Paraguai, que em algumas famílias, já atinge a terceira geração. Além das informações desconstruídas, se somam outras, como os dados que não aparecem nas estatísticas, como por exemplo, de brasileiros que possuem terras no Paraguai, mas que não residem no país.

As estatísticas apontam que o número de imigrantes no Paraguai passou de 223.160 em 1972, para 1.221.101 em 1992. Esses dados representavam, na época, 9,47%, e 29,4% do total da população do país, respectivamente. Em volume, são cinco vezes mais imigrantes em apenas duas décadas, e a população do país passou de 2.357.955 habitantes em 1972, para 4.152.588 habitantes em 1992 (PALAU, em: PELLEGRINO, 1995; p.90-102). Ao comparar a evolução da população absoluta com relação a dos imigrantes, se percebe que o aumento da população paraguaia foi de 76%, enquanto o volume de imigrantes subiu 288%.

As figuras 11 e 12, retratam a evolução demográfica do Paraguai entre 1972 e 2015. Nota-se que nos departamentos Alto Paraná, Itapua, Amambay e Caaguazu, tiveram expressivo aumento populacional.



FIGURA 11 - PARAGUAI: EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA; 1972

FONTE: DGEEC, ANUARIO ESTADÍSTICO, 2003

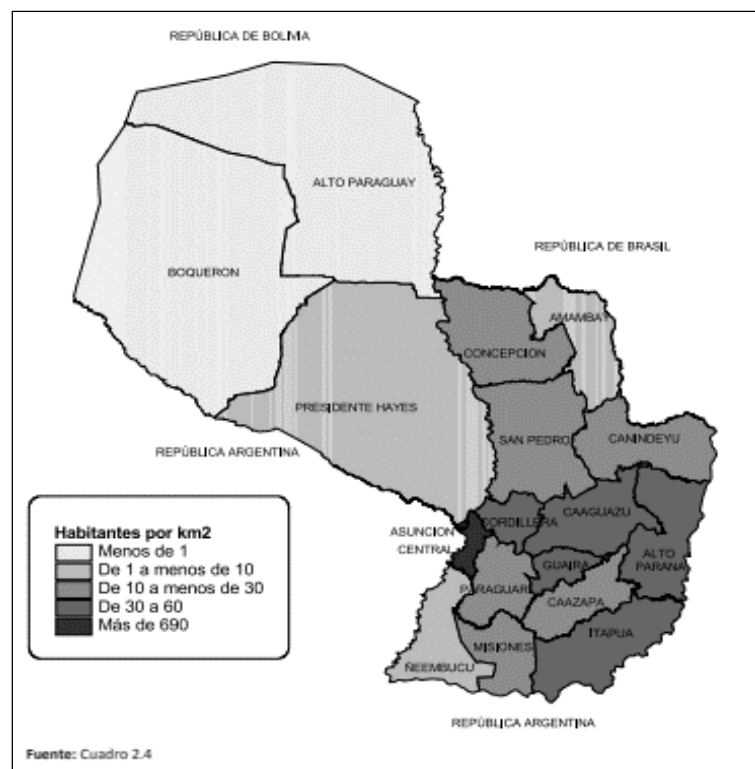


FIGURA 12 - PARAGUAI: EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA; 2015

FONTE: DGEEC, ANUARIO ESTADÍSTICO, 2015

### 2.3 OS IMIGRANTES E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO EXTREMO LESTE PARAGUAIO

Uma parte importante da paisagem urbana do Paraguai se desenvolveu com a chegada dos imigrantes brasileiros. A rede urbana do leste do país, não é resultado da evolução histórica iniciada com a colonização espanhola, mas sim de uma organização territorial imposta pela agricultura capitalista praticada pelos brasileiros. A debilidade da economia nas regiões de fronteira, que tinha como base atividades agrícolas de sobrevivência, aliada a problemas demográficos, impossibilitavam o desenvolvimento de cidades.

Os brasileiros que foram ao Paraguai, principalmente depois dos anos 1970, em sua grande maioria, eram filhos de imigrantes alemães e italianos, que trouxeram consigo máquinas e técnicas modernas de como trabalhar a terra e substituíram as características locais quanto ao modo de produção agrícola. Mas essa dinâmica não só mudou o modelo primitivo das propriedades rurais paraguaias, como criou uma rede urbana diversa da que até então existia no país.

As cidades que surgiram da colonização agrícola, a exemplo do que aconteceu no restante da América do Sul, foram responsáveis pela povoação de áreas vazias e se tornaram vitais para a economia regional. As atividades econômicas que as cidades originadas da colonização de brasileiros concentram, alimentadas pelo agronegócio, controlam vários setores da economia, mais fortemente o comércio e serviços, o que forçou a criação de uma rede comercial, que vai mais além dos limites das terras ocupadas. Desde a produção até a exportação da soja, os imigrantes necessitam todo tipo de máquinas, implementos, insumos, combustíveis, acessórios, etc., que são importados do Brasil. Devido a esse tipo de demandas, o Brasil se tornou o principal parceiro comercial do Paraguai, e quem lidera esse intenso intercâmbio são as cidades brasiguaias.

O esquema urbano paraguaio, até 1950, se concentrava no interior do país sob a influência direta da capital, Assunção. Em menos de quatro décadas, esse sistema foi rompido pelo aparecimento de várias cidades que não se identificam nem sofrem influência dos centros antigos, como a capital. Mas para interpretar esse evento é necessário retroceder ao passado, pois nele se encontram as explicações do que é atualmente a urbanização no Paraguai. Isso se percebe pela análise das

transformações desse urbanismo, aonde se pode estabelecer a identidade entre o velho e o novo, bem como suas singularidades (RANDLE, 1972; p.6).

Basicamente, o que diferencia a urbanização ocorrida no leste, do oeste paraguaio, resume-se na leitura econômica que mostra o desenvolvimento rural e urbano dessas regiões. A monocultura comercial da soja na década de 1980 estimulou a expansão das pequenas cidades, enquanto o oeste, que abriga as urbanizações antigas e históricas, é caracterizado por seu crescimento lento, porque não houve nenhuma atividade econômica que alavancasse este processo. São cidades herdeiras de uma política, que através dos tempos, imobilizou sua capacidade de expansão. Os elementos econômicos, aliados aos culturais, são essenciais para entender a razão das cidades antigas permanecerem fechadas em si mesmas durante um longo tempo, que por outro lado, permitiu a nova urbanização da região fronteiriça (SOUCHAUD, 2002; p.276).

A construção das cidades antigas paraguaias obedeceram a um plano ortogonal. Geometria herdada da racionalização jesuítica e que deram prosseguimento os colonos espanhóis, finalmente estabelecido pelo Estado Moderno centralizado. As cidades paraguaias se apresentam, então, como uma expressão espacial do poder político-religioso, resultado do ordenamento espacial das ocupações dos missionários e conquistadores. As cidades surgiram da representação do poder, muito visível nas edificações públicas e residenciais, monumentais ou modestas, onde predomina o estilo barroco importado e adaptado pelos europeus. Mas essas cidades, apesar de aparentar certa opulência, estavam privadas de poder próprio e influência. Eram incapazes de estruturar um território, devido a sangria de seus recursos, destinados exclusivamente à metrópole. O jogo econômico de dependência entre campo e cidade, implantado na época colonial, determinou as fases de crescimento ou decadência das cidades paraguaias (SOUCHAUD, 2002; p.266).

No Paraguai, o processo de urbanização foi lento, assim como em grande parte da América do Sul, pois a fundação de povoados estava ligada à defesa do território e não às questões econômicas. No início do processo de ocupação da região, as atenções espanholas se concentraram ao redor de Assunção, que funcionava como base para as expedições de exploração. Foram os jesuítas que se aventuraram no interior do país na tentativa de reagrupar as esparsas populações indígenas. É, portanto, sobre bases tênues que a rede urbana se forma: parte se desenvolve sob

as conquistas da coroa espanhola, outra, das religiosas. Desta forma, surgiram cidades históricas importantes, mas que subsistiram isoladas até a segunda metade do século XX (CARDOZO, 1996; p.78).

Assunção, a capital, passou a concentrar a maioria da população paraguaia, enquanto a periferia permanecia despovoada. Depois que os jesuítas foram expulsos, na metade do século XVIII, outros núcleos ganharam porte, como Encarnação. A estruturação urbanística, então, se alicerça nas Reduções Jesuíticas, principalmente em razão do seu tamanho e por serem a referência que se estabeleceu na região. Desse modo, a partir da independência do país em 1811, o eixo Assunção-Encarnação se desenvolveu e incentivou o aparecimento de pequenas cidades como Villarrica ou Paraguari, que surgiram em função da linha férrea que ligava as duas cidades principais. Simultaneamente, ao norte da Região Oriental, outra rede urbana começava a surgir. Tinha fraca atuação comercial, no entanto, influenciava uma região que ia mais além do Rio Apa, mas que desapareceu depois da Guerra da Tríplice Aliança (FLORENTIN, 2010; p.17).

Desta forma, o Paraguai apresentava apenas uma cidade influente, a própria capital, que comandava não só a economia, mas abrigava em seu espaço a maioria da população paraguaia. As demais cidades coloniais estavam submetidas a uma fraca atividade transfronteiriça, fundamentada principalmente na exportação da erva-mate.

Com poucas cidades importantes, tudo acontecia sob a ingerência de alguns centros de menor porte, que compunham uma urbanização insipiente, formada por cidades antigas e isoladas como Encarnação, Concepción, Villarrica, Coronel Oviedo, e Pedro Juan Caballero. Apesar de serem poucas e comandarem a rede urbana do país, não encontraram ao longo do tempo nenhum estímulo importante que permitisse expandir sua influência ou incentivar seu crescimento econômico. Essas cidades, por conseguinte, apresentam características de uma urbanização inacabada e dão a impressão de declínio por permanecerem estacionadas no tempo. A maior parte delas não possuem infraestruturas básicas. Mesmo com essas deficiências, tais cidades se impõem aos espaços rurais ao seu redor (SOUCHAUD, 2002; p.271).



FIGURA 13 - PRINCIPAIS CIDADES PARAGUAIAS EM 1950

FONTE: BENÍTEZ, 1970

Apesar de se impor ao campo, as cidades paraguaias não conseguiram captar a mão de obra excedente durante o êxodo rural ocorrido nas décadas de 1950 e 1960. Por esse motivo, os paraguaios foram se instalar principalmente nas cidades argentinas, que na época, absorveram boa parte dos camponeses que fugiam do campo. Estima-se que cerca de 800 mil paraguaios viviam na Argentina antes da crise que assolou o país nos anos 1990, e se agravou em 2001 (CABONNE, 2004; p.73). Isso evidencia que as cidades paraguaias possuíam uma fraca atividade econômica, incapaz de absorver mão de obra. O seu anêmico desenvolvimento, aliado aos problemas da distribuição espacial e desequilíbrios demográficos, desestimularam a ocupação dos campos no interior e nas fronteiras.

Desde os tempos coloniais, as cidades se estruturaram a partir das atividades rurais, de onde captavam a maior parte de suas rendas; apresentavam-se como intermediárias, depositavam e comercializavam a produção dos campos, mas por outra parte, alimentavam o fluxo das demandas das zonas rurais. As cidades desempenhavam um papel integrador e de mútuo proveito entre dois espaços geográficos e dois sistemas econômicos diferentes. O problema é que as atividades

agrárias ao redor dessas cidades não se modernizaram com o passar do tempo. Conseqüentemente não houve possibilidade de criar novas fontes de trabalho, que por sua vez, poderia haver contribuído para a modernização de sua principal atividade econômica. Ademais, a organização da sociedade paraguaia se estruturou sobre um setor agrícola que tinha como base a micro propriedade (REBER, 1995; p.498), caracterizada pela monocultura de sobrevivência e permaneceu assim até meados do século XX.

Outro motivo que contribuiu para que as cidades antigas não se desenvolvessem foi sua localização marginal, situadas no interior, em um espaço pouco ocupado e organizado. Essas cidades se especializaram em servir como pontos de venda de produtos do campo e não geram *plus valia*, isto é, tem a função de “passar” e isso não alimenta a dinâmica urbana (SOUCHAUD, 2002; p.266). Em seu remoto passado, como hoje em dia, as atividades industriais de transformação de matéria prima são negligentes, as produções agrícolas são vendidas ao estrangeiro sem passar pela indústria de transformação, o que constitui um fator de impedimento do crescimento urbano. Esse é um elemento característico das economias não desenvolvidas, mas que nesse caso serve de exemplo para ilustrar em que se diferencia a rede urbana dominada pelos brasileiros, dos centros urbanos essencialmente paraguaios.

A estrutura urbana construída pelos paraguaios a partir do século XVI não é homogênea, mas durante a segunda metade do século XX, o povoamento da Região Oriental começou acelerar-se, e deu lugar a um novo movimento urbano, apesar das péssimas vias de comunicação e da polarização extrema que exercia Assunção. A irrupção da imigração brasileira na região da fronteira favoreceu o aparecimento de embriões urbanísticos, que evoluíram para vilas e cidades. As deficiências da rede urbana paraguaia favoreceram a implantação de um novo sistema urbano dominado pelos brasileiros na região fronteira, o qual é discreto por seu número de habitantes, mas desempenha um papel estrutural essencial, ademais de desenvolver-se rapidamente, sobretudo a partir de 1980 (SOUCHAUD, 2002; p.266).

O desenvolvimento urbano da zona fronteira paraguaia é recente, uma vez que se deu posteriormente a 1960. É conveniente assinalar que nessa época já existiam certas bases do que é hoje Pedro Juan Caballero e Salto do Guairá, cidades situadas na linha da fronteira com o Brasil, onde a maioria de sua população é autóctone. As outras cidades situadas na faixa da fronteira foram criadas

exclusivamente por pioneiros, que lançaram suas bases nas décadas de 1960-70 (exceto Ciudad del Este, que foi impulsionada pela construção de Itaipu), e que atingiram um grau significativo de desenvolvimento durante as décadas de 1980-90. Essas urbanizações, cabe ressaltar, se desenvolveram principalmente devido à dinâmica do agronegócio, que gerou seu rápido crescimento unido a uma forte influência territorial.

Foi no auge do desenvolvimento da região onde se estabeleceram os imigrantes (1980-90), que aconteceu o maior fluxo das importações de produtos brasileiros pelo Paraguai. Incentivado pela modernização da agricultura, o país empreendeu uma escalada ascendente nas importações de máquinas, equipamentos, peças, combustíveis e suplementos agrícolas que, nesse setor, se multiplicou várias vezes em poucos anos. As estatísticas do Departamento de Economia Internacional do Banco Central do Paraguai (2002), apontam um crescimento fabuloso das importações provenientes do Brasil, que passaram de 2.042 milhões de dólares em 1970, para 933.114 milhões em 1996, época em que a colônia atingiu seu ponto alto na produção de soja, o que aumentou, consideravelmente, a demanda de produtos e máquinas relacionadas ao setor agrícola. Do mesmo modo, as exportações ao Brasil no respectivo período, subiram de 1.057 milhões de dólares, para 520.724 milhões. O produto principal era a soja e seus derivados (DGEEC, 2002). As modernas atividades agrícolas da região onde se concentraram os imigrantes, não só garantiram uma extensão do mercado brasileiro como, por outro lado, elevou o Brasil ao posto de principal parceiro comercial transfronteiriço do Paraguai, posição que antes pertencia à Argentina.

Durante os anos 1980, os brasileiros já ocupavam grande parte dos campos na faixa fronteira do Paraguai com o Brasil. Mas não só isso, é considerável o fato de que as cidades originadas da colonização aumentavam rapidamente em tamanho e propagação. De acordo com o que aconteceu nas zonas pioneiras do oeste do Paraná, durante os anos 1940-70, quando houve uma etapa de povoamento intensivo e surgimento de várias cidades (COLODEL, 2008; p.68), no Paraguai, entre o período de 1970-80, o processo de ocupação aconteceu de forma muito parecida, com acelerado crescimento de núcleos urbanos, igualmente feito por pioneiros.

As urbanizações no Paraguai, porém, se desenvolveram obedecendo a uma particularidade própria sem qualquer influência dos centros tradicionais já existentes (Pedro Juan Caballero, Salto do Guairá, Concepción, Encarnação e Ciudad del Este),



os quais os brasileiros ignoraram, pois adaptaram as novas cidades ao esquema espacial da colonização.

A cultura dos imigrantes foi um fator que impediu a interferência das demais cidades paraguaias no seu processo de construção. A caracterização e estruturação das novas cidades obedecem aos padrões das cidades do sul do Brasil, de onde chegaram a maioria dos imigrantes. Nesse aspecto, cabe aqui o conceito de Verdaguer, de que as identidades urbanas estão relacionadas diretamente com a apropriação e concretização de um determinado espaço (VERDAGUER e CARLOS, 2006; p.26). A “personalidade” de que estão dotadas as cidades pioneiras se originou de algumas particularidades que impregnaram seu espaço; concretizaram-se sobre uma área desprovida de uma sociedade pré-existente. Isso facilitou a imposição de um modo de vida próprio. De maneira simples e objetiva, se poderiam definir as cidades pioneiras como o resultado da projeção espacial de uma determinada forma de organização econômica e social (SANTOS, 1973; p.244).

O novo processo de urbanização ocorreu principalmente nos departamentos que fazem fronteira com Brasil (Alto Paraná, Canindeyú, e Amambay), dentro do setor da colonização pioneira. É nessa região que o crescimento urbano está mais acentuado. Nessas áreas se evidencia o fato de que a progressão da urbanização está associada a fixação dos brasileiros.

As cidades fundadas pelos brasileiros não só transformaram o espaço antes essencialmente rural, mas desempenham um rol importante na integração comercial, cultural, e regional. A uniformidade do território colonizado é resultado da predominância de uma atividade agrícola desenvolvida, que permitiu uma organização socioeconômica urbana homogênea e funcional (JUILLARD, 1971, p.20), distinta dos padrões paraguaios. Precisar as modalidades e o alcance do fenômeno urbano é indispensável para a análise do espaço da colonização, pois essas formações constituem a estrutura das recomposições territoriais. Mais que isso, representa a expressão espacial concentrada, lugar privilegiado para a observação do local e do regional.

As cidades fundadas pelos colonos imigrantes são fruto da intensa e moderna atividade agrícola dirigida pelo capitalismo agrário. A partir do modelo de propriedade que produz soja para exportação, as cidades foram modeladas e adaptadas. A estreita relação dos colonos com a cidade está fortemente ligada às atividades comerciais geradas pelo campo. Poder-se-ia dizer, inclusive, que as cidades menores derivadas

da colonização não sobreviveriam sem a agricultura, pois não possuem outra razão de ser. Esses núcleos urbanos nasceram para servir de suporte ao campo, e entrariam em declínio, se por algum motivo, o entusiasmo pela soja desaparecesse.

No território colonizado, as relações campo-cidade acontecem de forma imediata, mas para o campo, nesse caso, a cidade serve quase que exclusivamente para suprir as necessidades e “serviços de todo o tipo como comerciais, políticos, administrativos, culturais, e religiosos” (CAPEL e VALENTI, 1970; p.17). Em troca, a cidade deve todo o seu potencial de crescimento ao campo. Apesar dessa interdependência, algumas urbanizações não estão à altura do desenvolvimento que alcançaram as zonas rurais. Por falta de apoio do governo local, muitas carecem de infraestruturas básicas, como escolas de qualidade, hospitais, saneamento em geral, etc. Uma vez que o campo é o responsável pelo aparecimento e manutenção dessas cidades, por que elas não acompanham o dinamismo do agronegócio?

A resposta imediata a essas defasagens estruturais está ligada diretamente ao modelo administrativo do Paraguai. A administração pública segue o modelo clientelista e corrupto instalado no período do governo Stroessner (1954-89). Os prefeitos eleitos, quase sempre paraguaios, nomeiam funcionários ineptos, sem concurso, com base no apoio partidário. A ineficácia do poder público torna difícil o desenvolvimento das comunidades. Apesar disso, algumas cidades não perderam seu dinamismo e, mesmo contra a lógica, se adaptam e resolvem os problemas, mais pela força de seus cidadãos, que pelo esforço do poder público.

#### 2.4 O DINAMISMO DAS CIDADES PIONEIRAS: NOVOS POLOS DE ATRAÇÃO

Embora o poder público esteja ausente no planejamento e na construção de infraestruturas básicas, a maioria das cidades fundadas pelos brasileiros apresentam avanços significativos. A cidade de Santa Rita, situada a aproximadamente 70 km de Ciudad del Este, se tornou um exemplo do novo processo urbano no Paraguai. Após sua fundação, no início dos anos 1980, o município passou a apresentar índices de desenvolvimento muito acima da média dos demais da região. Seu acelerado progresso se deve principalmente às terras férteis, além disso, está bem servido de meios de transporte e comunicação. O município é favorecido por uma rodovia que o liga diretamente ao Brasil (*Ruta 7*), por onde exporta toda sua produção. As altas taxas

de produtividade do solo e a elevada qualidade de seu plantel bovino tornaram a cidade de Santa Rita um polo de atração regional.

A cidade de Santa Rita era um aglomerado de mais ou menos cinquenta casas nos anos 1980. Quarenta anos depois, a população do município superou a marca de 36.000 habitantes (DGEEC, 2012). Por ter se desenvolvido a partir da agricultura, sua evolução demográfica e econômica merece destaque. Os setores secundários e terciários crescem rapidamente com a instalação de pequenas fábricas de transformação de produtos agropecuários e aumenta a oferta de emprego. Em consequência do crescimento econômico, Santa Rita já é considerada o centro predominante do agronegócio no Paraguai. Organiza feiras e eventos que recebem anualmente milhares de pessoas em busca do que há de mais moderno no setor agropecuário.

Outras localidades, do mesmo modo, são importantes na organização territorial do espaço geográfico paraguaio. Dentre as áreas em processo de urbanização se destacam: Naranjal, Santa Rosa, Minga Porã, San Alberto, Ñacunday, Katuete, Corpus Christi, La Paloma, Raul Peña, e Los Cedrales. Essas localidades apresentaram um crescimento notável em suas populações, superior a 6,5%, enquanto a média nacional paraguaia ficou em 1,8% em 1998 (DGEEC, 2012). Todavia, segundo as estatísticas, esse crescimento não está diretamente ligado ao aumento das áreas de agricultura intensiva, mas sim, a outras atividades como comércios privados e serviços, ocasionados pela forte dinâmica do setor rural, que atrai pessoas do ramo comercial para essas cidades.

Sem dúvida, a colonização brasileira no Paraguai é responsável, embora de maneira espontânea, da criação de um espaço onde predominam a tecnologia e a especialização de uma determinada atividade econômica, que a caracteriza como uma sociedade moderna. A predominância de uma atividade altamente lucrativa e especializada têm aprofundado as diferenças entre a sociedade pioneira e a tradicional comunidade rural paraguaia. Enquanto a nova sociedade avança em todos os segmentos, nas áreas tradicionais camponesas, as mudanças ocorrem lentamente.

Milton Santos (2002; p.88-89) explica que o aprofundamento das técnicas e sua difusão proporciona o aparecimento de um meio geográfico a que ele chama de meio técnico-científico-informacional, característico não apenas dos centros industriais, mas também do mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres. Quando essa teoria se aplica à

agricultura moderna, é capaz de gerar demandas de bens científicos que regem todo o processo de plantação, colheita, armazenamento e empacotamento, transporte e comercialização. No caso das cidades oriundas da imigração, foi à implantação desse modelo de sociedade que impulsionou o desenvolvimento das mesmas.

A maioria das cidades formadas pelos imigrantes não depende de uma cidade mais importante para fazer a transação de suas mercadorias. Elas mesmas estão estruturadas e organizadas para fazer diretamente o seu comércio com o exterior. As cooperativas e os grandes silos são os agentes responsáveis pela negociação e exportação de quase tudo o que é produzido na região colonizada.

Ademais, na medida em que as cidades da colônia crescem, existe a tendência de que os serviços e o abastecimento, que antes dependiam dos centros urbanos maiores, como Ciudad del Este, por exemplo, agora se aproximam dos centros de produção, como Santa Rita, que rapidamente se tornou um polo de atração por oferecer produtos e serviços cada vez mais variados e especializados.

Os exemplos apresentados são uma particularidade importante que difere a frente pioneira do resto do Paraguai. Os brasileiros criaram uma rede urbana independente das outras cidades paraguaias. Essa particular individualidade dotou as cidades de certo poder e controle sobre a região fronteiriça, ao mesmo tempo em que a transformou no novo polo de desenvolvimento do território paraguaio. O eixo norte-sul desenhado pela colonização da fronteira representa o novo esquema territorial no Paraguai oriental, apoiado por essa lógica espacial dinâmica. O território dominado pelos brasileiros é o espaço mais rico de todo o Paraguai. Não existe outra região que possa competir em produção e evolução (MASI, PENNER, DIETLE, 2000; p.12).

Assim sendo, duas práticas espaciais começam a se opor. Elas estão inseridas dentro do mesmo país, possuem modelos econômicos distintos e, talvez por isso, não se interpõem. A pergunta é: Ao ritmo que se desenvolve o processo de urbanização originado da colonização brasileira, as novas cidades substituirão o modelo urbano dos centros tradicionais do Paraguai?

Há que se levar em conta que essas cidades têm uma particular formação e organização firmemente implantadas, se poderiam fazer previsões otimistas, pois já asseguram o intercâmbio entre os campos paraguaios e o Brasil meridional, destino de suas exportações. Essas cidades também contribuem para a integração da região fronteiriça ao Brasil, dessa forma rompem o tradicional eixo Assunção-Encarnação.

Outro exemplo que contribui para responder a questão é que existem muitas áreas de urbanização recente que se transformam em sedes dos distritos originados a partir delas. Apesar de serem de tamanho modesto, raramente ultrapassam os 20 mil habitantes (exceto Santa Rita), segundo o censo de 2014 (DGEEC), essas cidades crescem ano a ano. A figura 14, destaca as localidades fundadas por brasileiros ou com presença expressiva em cidades que já existiam.

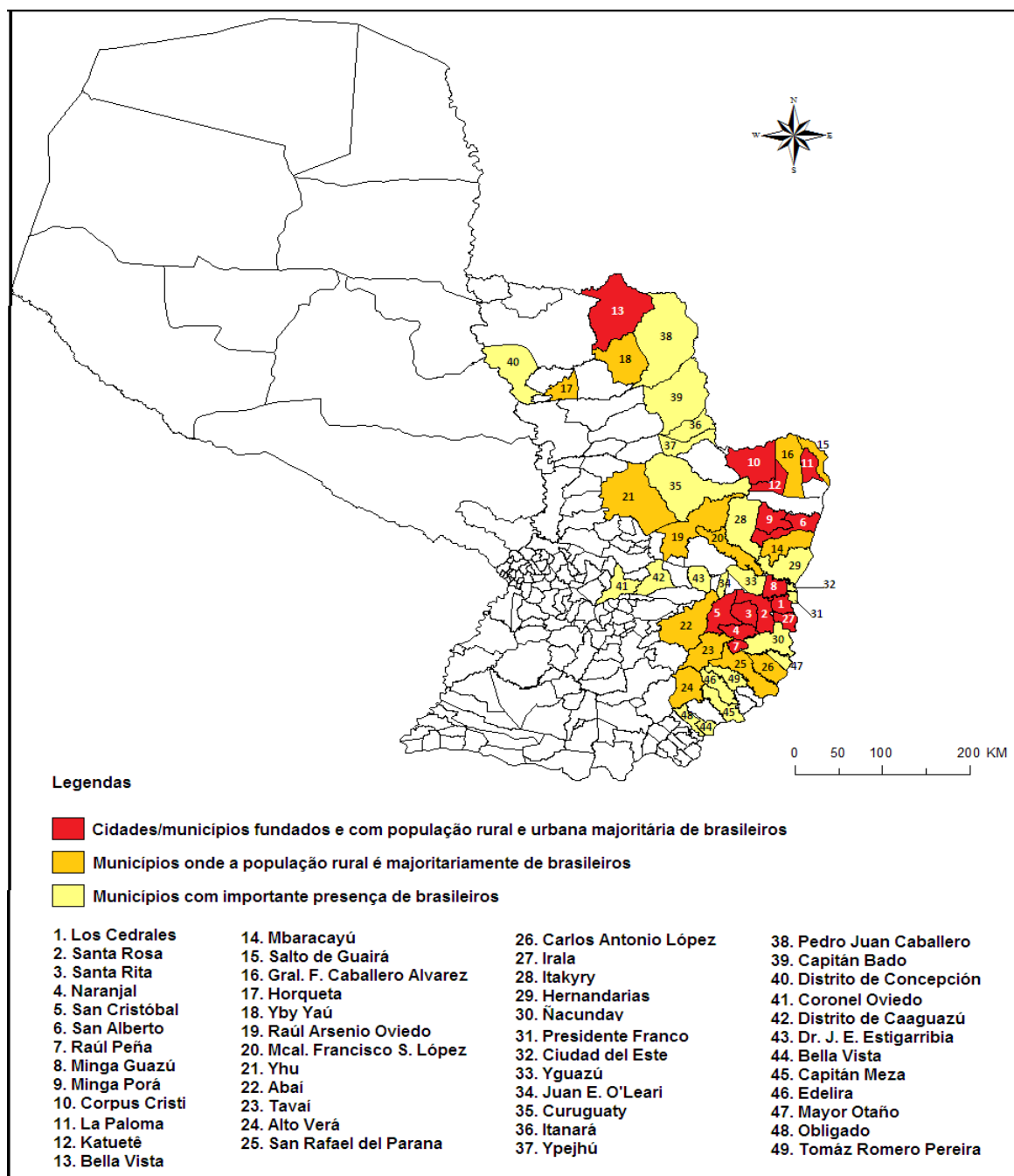


FIGURA 14 - CIDADES FUNDADAS, OU COM PRESENÇA DE COLONOS BRASILEIROS NA REGIÃO ORIENTAL DO PARAGUAI.

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR A PARTIR DAS ESTATÍSTICAS DO DGEEC, CENSO 1992

Após conhecer o contínuo avanço das cidades fundadas pelos imigrantes no Paraguai, foi formulada uma pergunta essencial para entender o fenômeno urbano: Quais foram as causas do predomínio dos imigrantes na formação da rede urbana da fronteira? A resposta poderia fundamentar-se basicamente no êxito econômico da moderna atividade agrária implantada. Mas outro fator pode ser determinante para explicar a questão: os paraguaios historicamente são majoritariamente praticantes de uma agricultura pouco comercial, basicamente de sobrevivência. Seus cultivos são de baixa produtividade e seus meios técnicos e capitais são insuficientes para superar as dificuldades naturais (LACOSTE, 1991; p.52). Como consequência, não encontram a estrutura necessária nas cidades devido à pouca representatividade de suas atividades econômicas. Pode-se deduzir, então, que isso tenha alimentado a debilidade urbana paraguaia, que por outro lado, facilitou o controle por parte dos brasileiros, os quais introduziram uma atividade fortemente demandante que se integra às cidades fundadas por eles.

## 2.5 OS EFEITOS CONTRADITÓRIOS DA MODERNIZAÇÃO AGRÁRIA

A colonização rural que conduziram os brasileiros, não só explorou uma nova fronteira agrícola, mas também engajou uma dinâmica populacional que recompôs o panorama demográfico, comercial e econômico, do Leste da Região Oriental paraguaia. Os efeitos da colonização foram muito positivos, pois se criou um ambiente desenvolvimentista, que acabou por concretizar os objetivos do governo de Stroessner com relação ao plano da imigração.

O desenvolvimento que aconteceu na região da colônia estava fundamentado em termos simples: a competição eliminou progressivamente os camponeses pobres, arrendatários e posseiros, em benefício dos colonos capitalistas agrários, que dispunham do capital necessário para a introdução da mecanização. A tendência, devido ao desenvolvimento alcançado, foi a concentração da propriedade da terra, o que significa, por outro lado, a concentração do capital (AMIM e VERGAPOULOS, 1980; p.28).

Com a nova ordenação e hierarquização espacial que surgiram em decorrência da chegada dos sulistas (1980), mudou também o modo de produção da frente pioneira. O cultivo da soja passou a ser a atividade predominante na Região

Oriental. Esse tipo de cultura foi levado ao Paraguai devido à grande aceitação e adaptação do mercado brasileiro. Foi assim que a soja se tornou o principal produto agrícola paraguaio, e substituiu cultivos menos competitivos.

A partir dos anos 1990, a produção de soja passou a ocupar definitivamente o primeiro lugar no ranking agrícola paraguaio, tanto em volume de produção como em volume de área cultivado. Em 1994, o Paraguai produziu 2,4 milhões de toneladas de soja, cifra duplicada em 2005, com a produção de quase 6 milhões de toneladas. O país passou a se destacar globalmente como grande plantador de soja, ocupando o sexto lugar entre os maiores produtores mundiais (SOJA NEWS, 2005; p.5). Se levarmos em conta que a área cultivada (3.150.000 ha) e o seu território possuem dimensões limitadas, em comparação com os maiores produtores mundiais como os EUA, Brasil e Argentina, o Paraguai alcançou o posto devido à alta produtividade, ligada diretamente à qualidade do solo e adaptada a uma produção moderna, com forte grau tecnológico. Todo um mérito para um país que a poucos anos atrás era conhecido por seu atraso no setor, tradicionalmente possuidor de uma agricultura manual e estancada.

O quadro 1 mostra a evolução da área cultivada de soja no Paraguai, de 1990 à 2017. Em 2019 o país passou a ser o quinto maior produtor mundial de soja.

<b>ANO</b>	<b>PRODUÇÃO (TON)</b>	<b>SUPERFÍCIE (HÁ)</b>
1990	1.170.666	552.657
1996	2.408.428	960.000
2002	3.533.674	1.445.000
2008	6.800.000	2.644.856
2013	9.300.000	3.150.000
2017	10.262.575	3.400.000

#### QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DO CULTIVO DA SOJA NO PARAGUAI

FONTE: BANCO CENTRAL DEL PARAGUAY: ESTADÍSTICAS ECONÓMICAS, 2018

Porém, o progresso da região colonizada provocou profunda descontinuidade entre a sociedade criada pelos agricultores e a sociedade paraguaia, que não se restringem ao campo étnico-cultural, mas se estende principalmente ao econômico. Devido à dinâmica do espaço brasiguai, a sociedade imigrante se apresenta muito mais complexa e estruturada que nas outras áreas onde vivem os paraguaios. As duas coletividades não convergem, parecem estar separadas por uma fronteira imaginária

que impede a convivência e a troca de experiências, provocada principalmente pelas diferenças econômico-sociais.

A diferença entre os paraguaios e brasiguaios reside no fato de que os primeiros permaneceram dentro de uma estrutura agrária desigual, caracterizada pela policultura tradicional, associada à falta de políticas dirigidas ao setor agropecuário que auxiliem os pequenos produtores. Dentre os fatores que prejudicam os pequenos agricultores, se destacam a concentração de terras; a pressão demográfica na periferia de Assunção, cujo território abrange o departamento Central; deserto humano no sudoeste da Região Oriental; e o dinamismo do espaço fronteiro oriental. Esses eventos criaram condições para o isolamento ainda maior dos camponeses paraguaios e restringe a zona de contato entre a colônia e os mesmos. Pode-se dizer que a periferia da área pioneira é formada exclusivamente por camponeses paraguaios (SOUCHAUD, 2002; p.202).

As estatísticas mostram que a zona povoada pelos pequenos policultores continua atrasada, sem apoio por parte do governo. O acesso aos serviços básicos e de infraestruturas são precários, muito deficitários nessas regiões. As estradas de terra são ainda as únicas vias de acesso existentes nas comunidades rurais; conformam 71% do total, enquanto que os caminhos asfaltados representam apenas 13% (DGEEC, 2015).

As estruturas para a comercialização e transportes dos produtos são feitas pelas associações entre pequenos produtores, sem a ajuda ou assistência governamental. Dificilmente o pequeno agricultor paraguaio consegue ter acesso a crédito, devido ao tamanho de sua propriedade. Os principais problemas enfrentados na hora de fazê-lo são justamente a falta de garantias para 53% deles. O elevado custo para 24%, e a falta de informações para os outros 9% (DGEEC, 2015).

Diante das dificuldades em tirar o sustento da terra, a maior parte da renda desses agricultores não provém da lavoura. Eles são obrigados a desempenhar outras atividades para garantir a renda familiar. As ofertas de trabalho no campo se restringem aos afazeres domésticos, área de educação, entre outros trabalhos de baixa remuneração. Estudos do DGEEC (2012), demonstram que mais da metade da renda nas casas rurais não provém do setor agrícola, e sim de atividades extra agropecuárias. Isto quer dizer que a economia do setor rural, nas áreas habitadas por paraguaios, não é sustentada pela agricultura.



Outros fatores contribuem para esta situação, entre eles a falta de equidade na distribuição das terras. Enquanto 40% da população rural não possui terras, ou possui entre 1 e 2 hectares, 10% possuem 66% do total das áreas agricultáveis. Ao compararmos o tamanho das propriedades dos brasileiros, que estão constituídas em sua maioria entre 20 e 100 hectares, se nota uma grande disparidade, no que se refere as possibilidades de maior produção de renda.

O quadro 2 demonstra que tanto hoje como no passado a agricultura praticada pelos paraguaios é a policultura. Uma mescla de cultura de subsistência com a produção de algo comerciável. Em suas pequenas e micro propriedades (2 a 5 ha.), o produto mais rentável e mais cultivado é o algodão (DGEEC, 1998).

<b>TAMANHO DAS PROPRIEDADES</b>	<b>NÚMERO DE PROPRIEDADES</b>	<b>%</b>
Nenhum ou menos de 1 ha	41.995	11,3
de 1 a menos de 2 has	31.944	8,6
de 2 a menos de 5 has	63.745	17,2
de 5 a menos de 10 has	69.904	18,8
de 10 a menos de 20 has	102.674	27,7
de 20 a menos de 50 has	43.488	11,7
de 50 a menos de 100 has	9.650	2,6
de 100 a mais has	7.657	2,1
<b>TOTAL</b>	<b>371.057</b>	<b>100</b>

QUADRO 2 - PARAGUAI: PROPRIEDADES POR TAMANHO EM HECTARES

FONTE: DGEEC, CENSO DE POBLACIÓN Y VIVIENDAS, 1998

O estilo de vida rural do paraguaio está muito ligado à cultura guarani. Os paraguaios estão apegados a terra e à natureza, se preocupam mais em protegê-la do que explorá-la. Plantam o que necessitam para sobreviver, por isso mesmo não necessitam benfeitorias modernas na propriedade. “Eles só plantam mandioca. Se tiverem o que comer hoje, não se preocupam com o amanhã”. Não é raro ouvir esse tipo de comentário por parte dos brasileiros com relação ao modo de vida dos paraguaios.

Por outro lado, o avanço dos brasiguaios para o interior, representa uma ameaça aos camponeses paraguaios. A resistência em substituir seu modo de vida tradicional, obriga-os a lutar contra duas tendências que se impõe rapidamente. Uma

dessas novas realidades é a formação de grandes fazendas de criação bovina na parte ocidental (Chaco), impulsionadas pela instalação de frigoríficos brasileiros. A outra, no oriente, se caracteriza pela homogeneização do território, onde predominam as médias propriedades com forte concentração de capital e desenvolvimento, comandada pelos sojeiros<sup>1</sup> brasileiros.

Diante disso, em 2008, estimulados pelo presidente eleito Fernando Lugo, o qual era defensor de uma ampla reforma agrária, os camponeses se organizaram para exigir uma distribuição de terras equitativa. O movimento dos camponeses paraguaios refletia um problema emergente com conotações econômicas e sociais. Historicamente desprivilegiada no Paraguai, a classe camponesa reclamava seu lugar na sociedade, através do acesso à terra. Sentiam-se discriminados por seu próprio país, ao verem que os estrangeiros enriqueciam, se apoderavam das terras e estabeleciam um modo de vida difícil de ser assimilado. A agricultura moderna praticada pelos imigrantes está marcada pela competitividade e alta produção, o que ameaça a sobrevivência do modo de vida local.

Vistos como ricos empreendedores pelos lavradores tradicionais, os brasileiros repentinamente foram expostos a uma nova realidade: as invasões dos sem-terra paraguaios. Quando as invasões passaram a ocorrer de fato, quase todos os dias os jornais reportavam os casos de enfrentamentos, e os tribunais paraguaios recebiam várias denúncias de invasões. Os brasileiros denunciavam serem vítimas de invasões arbitrárias que não respeitavam o direito à propriedade privada. As estratégias de ocupação imitavam as usadas pelos sem-terra no Brasil e tinham como objetivo pressionar o governo. A ideologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também passou a ser copiada: “a pobreza existe no campo porque existe o latifúndio” (AZNARES e ARJONA, 2002; p.120).

Embora as manifestações dos sem-terra paraguaios tivessem intenções de justiça social, demonstravam certo revanchismo, pois praticavam invasões em propriedades particulares, enquanto o governo tinha imensas reservas de terras improdutivas. Esses atos causavam grande apreensão na colônia, os conflitos e as desconfianças começavam a desbordar. Por causa das denúncias de arbitrariedades

---

1- Sojeiro: traduzido de *sojero*; termo usado no Paraguai para designar os fazendeiros brasileiros dedicados ao cultivo da soja.

que sofriam os imigrantes, o governo brasileiro interferiu diretamente no assunto. Contratou advogados para assegurar o direito de posse das terras dos brasileiros.

No entanto, os camponeses justificavam as invasões sob a alegação de que não ocorriam somente pela posse da terra, mas que igualmente era contra uma série de problemas que os brasileiros criaram com a monocultura intensiva da soja. Entre esses problemas estaria o avanço contínuo da produção da soja transgênica, que provoca a destruição das florestas, a contaminação ambiental, e a expulsão dos pequenos produtores do campo.

De fato, a evolução da agricultura provocou nos últimos anos um vasto histórico de agressões ao meio ambiente, com efeitos catastróficos no Paraguai. Os camponeses acusam os brasileiros de pulverizarem suas imensas plantações com pesticidas altamente tóxicos, proibidos no país. Que não cumprem as leis ambientais, por não terem a cortina verde ao redor de suas propriedades, para evitar que o veneno se espalhe.

Um estudo feito por profissionais do curso de Medicina da Universidade Nacional de Assunção (UNA), aponta que doenças como câncer, mal formação de fetos e problemas cardíacos em crianças, tem aumentado de forma alarmante nos últimos anos, em zonas rurais de população pobre próximas aos cultivos de soja (ABC color, 07/02/2014).

Os paraguaios, de modo geral, são culturalmente muito apegados à natureza. Eles denunciam que os brasileiros devastaram as florestas da Região Oriental para aumentar as terras do cultivo da soja, e a natureza tem pagado um alto preço por isso. Os dados realmente impressionam: foram desmatados mais de 7.400.000 hectares de florestas nos últimos 55 anos. No ano 2000 restavam apenas 5% da vegetação original da Região Oriental (FERNÁNDEZ 2002; p.137), onde estão concentrados os sojeiros. Por outro lado, não existe infraestrutura necessária para fiscalizar os delitos ambientais, como o desmatamento ilegal, nem os projetos de reflorestamento obrigados por lei.

Os mapas representados pelas figuras 15 e 16, ilustram a cobertura florestal antes e depois da chegada dos brasileiros, na Região Oriental do Paraguai.

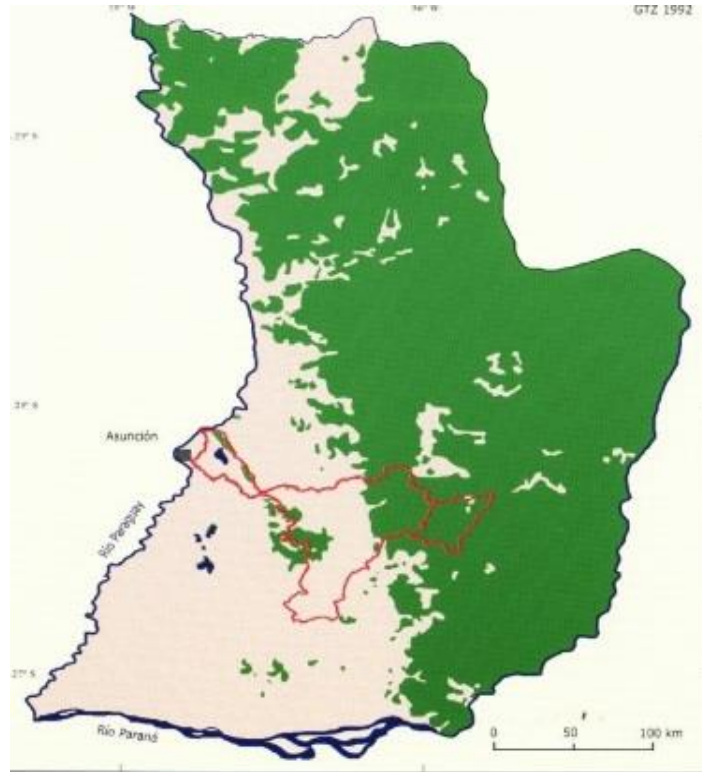


FIGURA 15 – COBERTURA VEGETAL DO PARAGUAI ORIENTAL EM 1945

FONTE: [http://www.wwf.org.py/que\\_hacemos/sig/](http://www.wwf.org.py/que_hacemos/sig/)

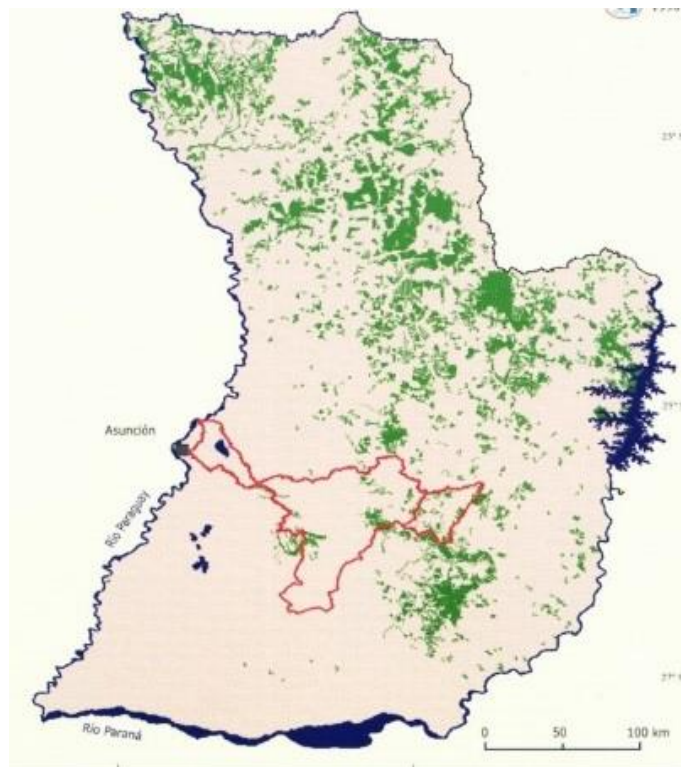


FIGURA 16 - COBERTURA VEGETAL DO PARAGUAI ORIENTAL EM 2004

FONTE: [http://www.wwf.org.py/que\\_hacemos/sig/](http://www.wwf.org.py/que_hacemos/sig/)

Contudo, os mapas trazem outra constatação: os brasileiros não permaneceram fixos nos departamentos fronteiriços. Eles avançam incansavelmente para o interior em busca de novas terras para expandirem seus negócios. É nesse ponto que o confronto entre camponeses e granjeiros mostra outro problema, muito mais preocupante e complexo do que as invasões na região de fronteira.

O Paraguai é o segundo produtor mundial de *canábis*, conforme a Oficina das Nações Unidas Contra as Drogas, e as plantações estão justamente no caminho da expansão da soja. Dos quatro departamentos onde mais se cultiva a droga, três deles fazem fronteira com o Brasil: Canindeyú, Amanbay e Concepción; o outro é San Pedro, no interior. A polícia local afirmou que existem falsos agricultores que promovem atos violentos com o fim de proteger os campos de cultivo de *canábis*, e que busca romper os laços entre os traficantes e a milícia denominada EPP. Muitas famílias na região dependem do cultivo da *canábis*, pois ela rende muitas vezes mais que plantar algodão ou soja. As poderosas máfias poderiam estar financiando o conflito nas zonas rurais, visto que é justamente onde está esse tipo de cultivo, onde se produzem os atos mais graves de violência (ABC Color, 21/11/2008; p.5).

As invasões perderam força quando em 2012, Lugo foi destituído do poder por mal desempenho de suas funções. Com o desfecho de uma crise político-institucional, Lugo não conseguiu impulsionar nenhuma medida ou reforma durante os quatro anos que esteve no poder. A causa defendida por ele se transformou em sua derrota, uma vez que as convulsões sociais causadas pelas invasões foram parte essencial nas acusações para impugnar seu mandato. Na correlação de forças que norteou seu governo, está claro que quem venceu foram as oligarquias políticas de oposição, e os lobbies corporativos do agronegócio.

Os brasileiros produzem mais da metade da riqueza do país. A balança claramente pendia a favor da elite econômica. Nem os mais críticos ao sistema se opuseram ao derrocamento de Lugo. Admitem que a fronteira depende do milionário negócio da soja, o qual beneficia a particulares e ao Estado paraguaio. Simplesmente por isso, não haverá empecilhos para que as plantações de soja continuem expandindo-se pelo interior do Paraguai. A figura 17 expõe as áreas de expansão do plantio da soja, que no ano 2000 ocupavam Alto Paraná, Amambay e Itapua, para outros departamentos paraguaios.

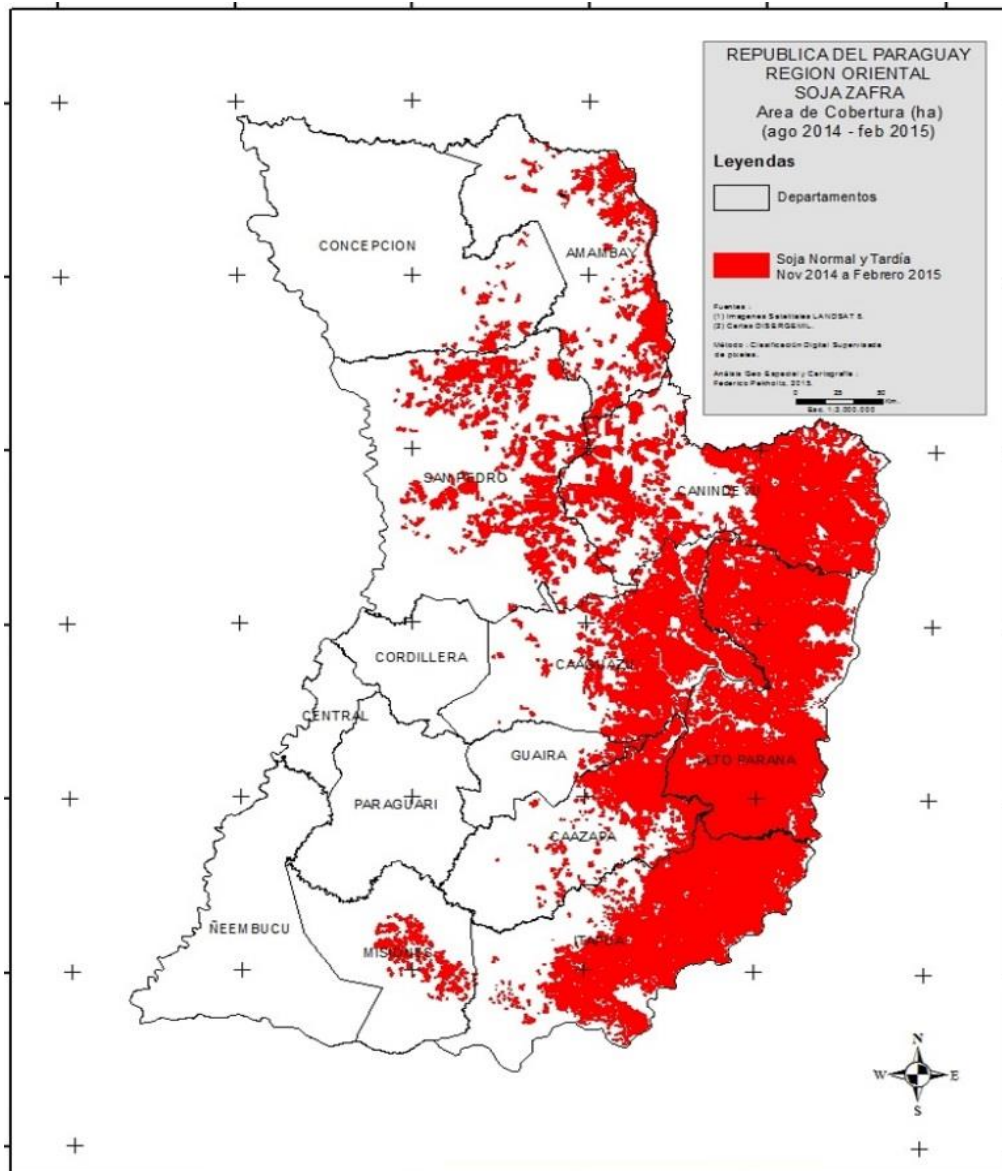


FIGURA 17 - ÁREA OCUPADA PELA SOJA EM 2015 NO PARAGUAI

FONTE: CAPECO, 2015

### **3. FRONTEIRA LESTE PARAGUAIA: DE ESPAÇO ISOLADO À TERRITÓRIO CONTROLADO POR IMIGRANTES**

Em todo o mundo os Estados fazem o controle dos fluxos migratórios e a entrada de estrangeiros valendo-se de uma complexa política apoiada na elaboração de leis que afetem o seu território, que por sua vez, se resume a certas normas administrativas e burocráticas. É compreensível que em um Estado como o Paraguai, que teve escasso controle sobre suas fronteiras e grande parte de seu território, em um momento dado, desperte para os efeitos de uma política migratória que atingiu proporções impressionantes.

Incontestavelmente, o fenômeno migratório dos brasileiros no Paraguai provocou impactos ambientais, sociais, econômicos, e urbanísticos, que mobilizam a sociedade e o governo diante de sua magnitude. Naturalmente, as nações com grandes fluxos migratórios, capazes de afetar de alguma maneira o Estado ou a sociedade, suscitam polêmicas, assim como preocupações de políticos e da opinião pública.

Em determinados países, assim como no Paraguai, os imigrantes suscitam julgamentos diversos, não raro, são motivos de rechaço e despertam sentimentos xenófobos. Podem, inclusive, alterar o equilíbrio das forças políticas, onde os discursos racistas e contrários à imigração ganham o apoio do eleitorado (LOPEZ, 2005; p.13), como aconteceu na campanha de Fernando Lugo à presidência do Paraguai em 2008, que na ocasião culpava os brasileiros de destruir a agricultura familiar, em detrimento da monocultura intensiva da soja.

Entretanto, a hostilidade dos paraguaios contra os brasileiros não está vinculado apenas à redistribuição de terras, mas fortemente apoiada no princípio da soberania. Eles entendem que soberania é ter o controle sobre as terras do país, decidir o que devem produzir, e continuar mantendo a cultura tradicional. Para os camponeses paraguaios, os imigrantes estão destruindo seu modelo agrário ancestral, expulsando-os do campo. Mas não é só isso; os brasiguaios ocupam um grande território e controlam a economia da região da fronteira. A dependência energética de Itaipu, da exportação da soja, e agora da invasão das empresas brasileiras que controlam alguns setores da economia, bem como a sujeição ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), provoca um sentimento de submissão entre os paraguaios quanto aos brasileiros.

Para o povo paraguaio, os brasileiros são os novos bandeirantes, que como antigamente, investem continuamente sobre o seu território apropriando-se dos recursos do país. Com a maior parte de sua fronteira oriental controlada pelos sojeiros, é apropriado dizer que eles se sintam ameaçados. Não seria o primeiro caso onde o fluxo migratório atinge dimensões importantes, capazes até mesmo de influenciar direta ou indiretamente sobre a soberania. Nesse caso, “a imigração só permaneceu como um assunto carente de significado político enquanto os interesses nacionais não foram ameaçados” (LOPEZ, 2005; p.102).

Um episódio parecido provocou polêmica na Bolívia quando Evo Morales se tornou presidente em 2006. A crise social atravessada por aquele país, que envolvia os hidrocarburos (petróleo e gás natural), estava diretamente ligada aos movimentos separatistas encabeçados pela região mais rica da Bolívia, a província de Santa Cruz. Jorge Alvarado, então deputado por Cochabamba, acusou os imigrantes estrangeiros que possuem grandes investimentos na região de estarem tramando o desligamento dessa província da Bolívia (CHISPAS, 2005; p.34).

Entre os imigrantes com potencial econômico que formam parte da oligarquia de Santa Cruz, estão aproximadamente 200 mil fazendeiros brasileiros (SANTORO, 2007;15), responsáveis por 35% da produção da soja do país, e que juntamente com a Petrobrás (Petróleos do Brasil), detém 20% do PIB da Bolívia (LA JORNADA, 31/05/2005). Existe uma população numerosa e economicamente importante de brasileiros na Bolívia, assim como no Paraguai, mas o projeto separatista apoiado pelos demais, parte dos fazendeiros locais que há muito tempo ambiciona incorporar a citada província ao Brasil (PAGINA 12, 22/08/2005). Embora essa afirmação seja considerada uma utopia, causa polêmica e agitação nos setores mais conservadores da sociedade boliviana.

O exemplo se refere aos impactos causados pelas ondas migratórias, causam temor a cidadania e obrigam os governos dos países receptores a repensar o processo de construção do Estado, da soberania nacional, das concepções de identidade, e dos direitos de cidadania (LOPEZ, 2005; p.13). As medidas de proteção demonstram que os fluxos migratórios, se não controlados, podem gerar distúrbios sociais e espaciais em escalas deveras relevantes.

Em algumas ocasiões, o Brasil conquistou territórios devido ao avanço de colonizadores sobre zonas de fronteira dos países limítrofes. Os bandeirantes foram um exemplo disso, mas, talvez, o mais contundente episódio tenha sido a conquista



do território acreano. Através de um movimento espontâneo, seringalistas e seringueiros penetraram em terras da Bolívia e do Peru e influenciaram na expansão da fronteira brasileira. O atual estado do Acre foi incorporado ao Brasil com a ajuda dos seringueiros em um ato movido pelos interesses econômicos da borracha. Por muito tempo os seringueiros lutaram contra os bolivianos e dominaram aquelas terras. Somente em 1903, o Brasil indenizou a Bolívia e declarou anexada oficialmente a área em questão.

O exemplo citado só foi possível devido à falta de controle das fronteiras e o vazio administrativo e demográfico da região. Isso mostra que o movimento de pessoas pode interferir na mobilidade das fronteiras. A transferência de populações que se identificam pelos mesmos interesses, símbolos, valores, idioma, e costumes, podem ocasionar dissociações e alterações tanto na paisagem como em sua pertinência jurídica.

A redefinição das fronteiras nas áreas colonizadas do Paraguai está fundamentada em que os pioneiros construíram e estruturaram por si próprios o espaço ocupado. A particular organização dos brasiguaios permitiu a construção de um espaço que substituiu a função do Estado paraguaio em gerir e edificar infraestruturas para seu desenvolvimento e integração. As iniciativas locais de gestão do território entre as comunidades de imigrantes contribuíram para a formação de uma sociedade próspera, com relativa independência. Consequentemente, os brasileiros criaram uma estrutura espacial transnacional (SOUCHAUD, 2002; p.248).

Certas características adotadas na estruturação do espaço, baseadas em um modo de produção específico, facilitaram o domínio desse espaço, até mesmo a nível internacional. Os imigrantes estabeleceram relações de dependência da colônia com o país de origem através dos intercâmbios comerciais, da exploração econômica, dos recursos naturais, e da difusão de novas técnicas. A concentração demográfica e a capacidade de gerar uma riqueza (excedente) importante, bem como a apropriação e a gestão dessa riqueza, proporcionou uma incompatibilidade nas relações entre a nova sociedade e a autóctone. Em outras palavras, o sistema de produção dos brasileiros permitiu o aparecimento de uma classe social capitalista e dominante (SÁNCHEZ, 1981; p.105-113).

Não estamos a dizer que os brasiguaios aspiram independência, ou que geograficamente não se sintam parte do resto do Paraguai. O que se percebe, no entanto, é um abismo cultural e social concretizados num determinado espaço que

separa os imigrantes dos nativos. A descontinuidade étnico-cultural-econômica proporcionou o aparecimento de uma fronteira imaginária, e ao mesmo tempo visível, nos campos e nas cidades onde habitam os imigrantes. Elas se situam no limite entre a pujança das fazendas de soja e a pobreza dos camponeses.

Por outro lado, a ausência das instituições estatais aliadas a fatores geográficos, contribuiu para a descontinuidade da homogeneidade do que deveria ser o fator integrador da território paraguaio. Culturalmente e economicamente a colônia está fortemente ligada ao Brasil. O Estado paraguaio não se esforçou para quebrar as barreiras e fazer sentir a presença da sua cultura. Não foi capaz de anular a fronteira invisível que existe entre brasileiros e paraguaios. Portanto, “se não há presença do Estado, ninguém, evidentemente, pode questionar se suas fronteiras estão de acordo ou não com os limites das nações” (GELLNER, 1988; p.17).

A figura 18 mostra a proximidade do território paraguaio conquistado pelo Brasil na Guerra da Tríplice Aliança, com a atual zona de influência comandada pelos produtores de soja, o que significa para Foggel e Riquelme (2005), a redefinição da fronteira do Paraguai com o Brasil.



FIGURA 18 - TERRITÓRIO OCUPADO PELOS SOJEIROS NO PARAGUAI

FONTE: FOGGEL E RIQUELME, 2005

### 3.1 A APROPRIAÇÃO ESTRANGEIRA DOS SETORES ESTRATÉGICOS

O vazio institucional, cultural e demográfico que havia na fronteira quando os brasileiros chegaram, permitiu que eles criassem e se apropriassem das infraestruturas comerciais, agrícolas, educativas, e sanitárias, na região da colonização. Isso aconteceu porque o Estado paraguaio esteve ausente na construção de infraestruturas básicas durante o assentamento dos colonos. O Estado se absteve de apoiar e conduzir uma política agrária para o setor. Não demonstrou competência para criar ou gerir estruturas comerciais com base tecnológica nem de financiamento. A atitude de manter-se à margem da colonização deu liberdade para os imigrantes buscarem soluções e parcerias além das fronteiras.

Os bancos internacionais e os grandes silos ocuparam o lugar do Estado no financiamento da produção agrícola, e atualmente controlam e organizam a logística de exportação dos produtos agropecuários. Estão presentes em toda a região produtora. Eles representam a única forma que os pequenos agricultores têm de negociar a produção. Devido à falta de uma política nacional de organização e controle, ligada a falta de apoio ao mercado (equilíbrio entre a oferta e a demanda e a garantia de preços mínimos), os agricultores estão expostos ao manejo de empresas particulares.

A falta de comprometimento por parte do governo, no que diz respeito ao acompanhamento e a promoção do setor agrícola, provoca a dependência externa do agronegócio com relação a sua organização e captação de recursos. Os brasileiros juntamente com os norte-americanos se fizeram donos das infraestruturas comerciais da exportação da soja. Nos anos 1990, empresários americanos ligados ao agronegócio interferiram no setor da monocultura. Eles compraram boa parte do complexo de silagem e armazenagem, que controlam as exportações da soja

O controle do comércio externo por estrangeiros está ligado ao fato de que o setor agrícola paraguaio carece de políticas produtivas pontuais. Os investimentos em pesquisas e educação na área são quase nulos, isso agrava a situação de dependência da tecnologia estrangeira, principalmente do Brasil. Não existem estímulos para fazer crescer as indústrias de processamento da carne e da soja, o que impede agregar maior valor aos produtos exportados. Os técnicos das empresas, essenciais para auxiliar na aplicação de novas técnicas e melhoramento da produção, como engenheiros e agrônomos, são contratados no Brasil por causa da falta de mão

de obra qualificada no Paraguai. Assim como o setor agrícola, a saúde e a educação, que representam serviços públicos essenciais, são controlados por empresas particulares.

### 3.2 A SAÚDE

Ao que confere o setor de saúde, as infraestruturas públicas são quase inexistentes nas regiões rurais e pequenas cidades do interior. No âmbito da saúde, tomaremos como exemplo o município de Los Cedrales, onde se pôde observar o que ocorre de maneira geral no território paraguaio. Los Cedrales possui uma população estimada em 18.700 habitantes e é um próspero produtor de soja, trigo, e gado bovino. Arrecada em impostos muito mais do que recebe como investimento social. Não tivemos acesso a essas cifras, mas pelo número de agricultores que pagam impostos, é notório que o retorno em obras sociais é praticamente nulo. A cidade não possui hospital nem ambulância. Apenas um posto de saúde para atender toda a população do distrito. Existem quatro farmácias na cidade, e a prescrição dos fármacos é feita pelos próprios donos do comércio. Um perigo à saúde pública, se levarmos em conta que os responsáveis não possuem qualificação profissional ou titulação na área. Mesmo assim, em caso de necessidade, aplicam injeções e receitam remédios.

Nos casos de urgência, os doentes são levados à Ciudad del Este ou Foz do Iguaçu, no Brasil. Os brasileiros, quando podem, preferem ser atendidos no Brasil, pois confiam nos serviços médicos por sua maior eficiência e sobretudo, é gratuito. Costumam fazer seus exames médicos periódicos e a vacinação das crianças nas cidades brasileiras próximas da fronteira. Os habitantes de Los Cedrales têm certo privilégio de contar com o fator distância a seu favor, que nesse caso é bastante reduzido para chegar até Foz do Iguaçu. Mas se pensarmos que existem cidades e povoados que estão a 100 e até 200 km de distância de um centro médico decente, “o jeito é rezar para não ficar doente”, disse um agricultor, queixando-se.

Em Los Cedrales, o Estado só se faz presente através do *Servicio Nacional de Saneamiento Ambiental* (SENASA), órgão que tem por objetivo a prevenção de doenças epidemiológicas. Sua função se restringe em detectar brotes da febre aftosa, que pode ser muito prejudicial aos rebanhos bovinos, ou atuar em casos de alerta de epidemias como a dengue, por exemplo. Ademais de prestar um serviço precário, o

posto da SENASA dispõe de um funcionário e um veículo em péssimo estado de conservação para atender todo o distrito. Os serviços de saúde em Los Cedrales mostram como funciona o setor em todo o Paraguai. No caso das cidades maiores ou capitais departamentais, os pacientes geralmente são atendidos em hospitais e clínicas particulares.

O *Instituto de Previsión Social (IPS)* é o órgão responsável pelo atendimento conveniado e gratuito do país. Funciona como um organismo semiprivado, o único que atende a saúde pública no Paraguai. Deficiente, não consegue dar um tratamento adequado aos doentes. Faltam médicos, ambulâncias, medicamentos e leitos nos hospitais, devido a ineficiência e corrupção do sistema.

### 3.3 A EDUCAÇÃO

A educação segue o caminho apresentado pela área da saúde. Escolas precárias, situadas a longas distâncias, fator que torna mais difícil a frequência das crianças em aula. Um número considerável de alunos paraguaios (em sua maioria filhos de brasileiros) atravessa a fronteira todos os dias para estudarem nas escolas das cidades próximas da fronteira. Guaíra, no Brasil, é uma dessas cidades que acolhem os estudantes por falta de vagas nas escolas paraguaias. Algumas crianças fazem uma verdadeira maratona diária para poder estudar do outro lado da fronteira. Montadas em bicicletas ou a pé, percorrem vários quilômetros para chegar às escolas brasileiras.

O Ministério da Educação e Cultura/Brasil (MEC) assegura que o fato das crianças serem paraguaias não é relevante, e procura garantir a soberania cultural dos mesmos, através do projeto Atenção Prioritária nas Escolas de Fronteira. O projeto que será implantado em mais de mil escolas na região fronteira com a Bolívia, Argentina, e Paraguai, tem por meta dar aos alunos educação de qualidade, objetivo que faz parte da política de integração que o Brasil impulsiona para a região do MERCOSUL.

Apesar das dificuldades, estudar no Brasil traz certas vantagens para as crianças da fronteira. Uma delas é que nas regiões agrícolas do interior paraguaio um aluno caminha mais para chegar a uma escola oficial, que andar até a fronteira. Nas escolas brasileiras, esses alunos recebem refeições diárias como complemento

nutricional. O material didático, o uniforme, e a assistência médica, são gratuitos. Em alguns municípios, as Secretarias de Educação prestam os serviços de assistência social dentro do território paraguaio e, inclusive, os transportes escolares atravessam a fronteira para buscar os alunos.

Voltamos a citar o exemplo de Los Cedrales, embora de maneira superficial, para ilustrar o que acontece nas pequenas cidades com relação ao ensino público. Dentro do perímetro urbano da referida localidade, havia uma única escola que garantia o ensino primário. Obviamente, os que queriam continuar a estudar tinham que atravessar a fronteira. Para que isso não acontecesse, os pais dos alunos propuseram a criação de uma escola particular para que pudessem elevar o grau de escolaridade de seus filhos. Os professores, incentivados pela comunidade, fundaram uma cooperativa em 1989, e construíram uma nova escola. A princípio pequena, com quatro salas, mas com as comodidades necessárias para introduzir o ensino secundário. Pouco a pouco, a escola foi ampliada. Atualmente, em consequência da qualidade oferecida (ou porque causa status), somente os alunos que não podem pagar pelo ensino particular continuam na escola pública.

O contraste entre a escola pública e a privada é bem visível. A primeira apresenta um aspecto vertiginoso, prédio em madeira, e os materiais didáticos de base são incompletos. Não existe biblioteca e a formação dos professores e alunos deixa a desejar. Mas nem todos podem aceder à escola particular, pois ela custa relativamente caro para o padrão de muitas famílias paraguaias e brasileiras menos afortunadas. A nova estrutura de ensino criada, associada a diferenças socioeconômicas, privilegia uns e segrega a outros.

Das muitas pequenas cidades brasiguaias, somente Santa Rita possui universidades. As três universidades existentes recebem alunos das cidades próximas, como Santa Rosa e Naranjal. Os cursos oferecidos são principalmente na área de administração de empresas e agronomia.

O objetivo em exemplificar os setores da saúde, do ensino público e agrícola, é que, devido a sua inoperância, a administração paraguaia deixou o caminho livre para a intervenção do capital privado na gestão dos serviços públicos, normalmente de domínio estatal. Os desequilíbrios espaciais e sociais, bem como a ausência do Estado, deram passo a internacionalização e a privatização crescente da gestão territorial. Em sua grande maioria, o comércio, os setores de serviços, hospitais e escolas, são privados, o que reforça o controle espacial por parte dos imigrantes.

A internacionalização de esferas estratégicas da economia paraguaia não se deu somente no agronegócio. A gestão particular (intermediária) está absorvendo outros setores vitais, devido à incapacidade do governo em atender as demandas sociais nessas áreas. No setor de saúde, por exemplo, se pode notar uma grande evolução na terceirização desse serviço nas localidades onde a atividade econômica dominante é a soja, pois de maneira geral, são os espaços mais dinâmicos e economicamente mais desenvolvidos.

### 3.4 MODERNIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA

A modernização da agricultura no Paraguai veio acompanhada de sua dependência. Portanto, para avaliar mais profundamente o impacto da atividade brasileira sobre a economia paraguaia, devem-se observar as características principais de sua economia, visto que sobre ela se interpõe certo número de indicadores macroeconômicos, que põe em evidência a importância da agricultura comercial (soja), que influi diretamente nos ingressos nacionais.

O aumento experimentado pelo país nas suas importações e exportações se deve, sobretudo, ao desenvolvimento da agricultura comercial que conduziu a uma visível modernização dos modos de produção e de vida. Em função disso, a demanda de bens e serviços aumentou impulsionada pelo crescimento das cidades na região de fronteira. É natural, pois, que a fatura das importações aumentasse em função da contínua modernização do campo, reflexo do poder aquisitivo em evolução constante.

Os colonos brasileiros são os responsáveis pelo movimento sem precedentes de capital, que abriu as portas do Paraguai para a entrada de todo tipo de produtos brasileiros. Os supermercados são um claro exemplo. Neles se pode encontrar as mais variadas mercadorias importadas (legal ou ilegalmente) do Brasil. Desse modo, os colonos não só abriram caminho para a projeção do setor agrícola, mas favoreceram a abertura de uma nova rede de importações que abastece principalmente os departamentos da fronteira oriental e garante ao Brasil uma extensão de seu mercado.

Um exame das importações mostra que a fatura das compras paraguaias ao exterior decolou, essencialmente por causa da aquisição de aparelhos, máquinas, motores, veículos, e tudo o que está relacionado a sua manutenção (combustíveis,

peças, etc.). As máquinas agrícolas, as peças de reposição e equipamentos, assim como veículos a motor de uso agrícola ou pessoal, têm grande importância na ascendência das importações. A composição dos produtos importados nos revela a dimensão de uma fase de desenvolvimento que implica novos modos de consumismos, e um forte crescimento da mecanização, causada pelo impacto da imigração brasileira.

Como resultado da fixação dos imigrantes no espaço fronteiriço, o Paraguai sofreu reestruturações econômicas, que aconteceram em um espaço restrito, mas que afetou toda a composição do país. Por possuir uma fraca estrutura produtiva, o país se viu obrigado a abrir seu território ao poder econômico estrangeiro. Portanto, as relações econômicas se diversificaram e o quadro de intercâmbios se redefiniu. O Paraguai se integrou economicamente ao conjunto regional que constitui o MERCOSUL, cujo sócio mais poderoso é o Brasil. A nova integração veio favorecer ainda mais o enlace do Paraguai nas articulações econômicas, isso aprofundou sua dependência comercial com relação ao Brasil.

O MERCOSUL foi o agente que facilitou ainda mais a aproximação comercial entre o Brasil e o Paraguai. Após a entrada do país no bloco regional em 1991, o Brasil passou a ser a origem e o destino geográfico das trocas comerciais do Paraguai. Em outras palavras, o Brasil tornou-se o principal parceiro comercial do Paraguai, tanto nas importações como nas exportações, seguidos da Argentina e Estados Unidos (BCP, 1998).

Até o final dos anos 1980, a Argentina era o principal importador de bens e serviços do Paraguai e, uma década antes, era o principal fornecedor de tudo o que compravam os paraguaios. Aos poucos foi perdendo a posição de primeiro parceiro comercial e, em 1996, foi responsável por apenas 9,2% das vendas paraguaias ao exterior, mas manteve 19,5% sobre as importações do país. Era o segundo parceiro comercial do Paraguai, seguido dos Estados Unidos, em terceiro (BCP, 1998).

A primeira vaga em volume de trocas comerciais com o Paraguai foi logo ocupada pelo Brasil. No ano de 1996, quando o comércio entre os dois países atingiu seu ápice, o Brasil importou metade de toda a produção paraguaia, por outro lado, vendeu aos paraguaios 32,7% de tudo o que compraram no exterior (BCP, 1998).

Os quadros 3 e 4, mostram a evolução e mudança do destino comercial do Paraguai. Nota-se, que o giro comercial paraguaio ao Brasil se torna mais intenso a partir dos anos 1980, quando as colônias tiveram seu maior impulso de crescimento,



o que exigiu maior demanda por produtos industrializados e insumos para as fazendas de soja.

<b>ANO</b>	<b>TOTAL DAS IMPORTAÇÕES</b>	<b>ARGENTINA</b>	<b>%</b>	<b>BRASIL</b>	<b>%</b>	<b>EUA</b>	<b>%</b>
1960	32.385	7.480	23,1	276	0,9	7.631	23,6
1970	63.834	11.838	18,5	2.042	3,2	14.913	23,4
1980	517.141	106.442	20,6	140.505	27,2	51.158	9,9
1990	1.193.365	151.157	12,7	207.292	17,4	146.786	12,3
1998	2.470.800	481.082	19,4	822.353	33,2	*	*
2002	1.510.200	309.402	20,4	477.582	31,6	*	*
2012	10.756.000	1.762.494	10,0	2.550.594	24,0	*	*

### QUADRO 3 - PARAGUAI: EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES; 1960 E 2012

FONTE: BANCO CENTRAL DEL PARAGUAY, DPTO. DE ECONOMIA INTERNACIONAL, 2013

Valores expressados em milhões de USD

\*cifras não encontradas.

<b>ANO</b>	<b>TOTAL DAS EXPORTAÇÕES</b>	<b>ARGENTINA</b>	<b>%</b>	<b>BRASIL</b>	<b>%</b>	<b>EUA</b>	<b>%</b>
1960	26.978	7.651	28,4	80	0,3	7.225	26,8
1970	64.071	17.573	27,4	1.057	1,6	9.080	14,2
1980	310.230	74.181	23,9	40.240	13,0	16.679	5,4
1990	958.681	55.485	5,8	312.303	32,6	39.404	4,1
1998	1.014.100	152.737	15,1	349.317	34,5	*	*
2002	950.600	34.720	3,6	352.973	37,1	*	*
2012	7.284.000	604.075	8,3	2.850.332	39,1	*	*

### QUADRO 4 - PARAGUAI: EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES; 1960 E 2012

FONTE: BANCO CENTRAL DEL PARAGUAY, DPTO. DE ECONOMIA INTERNACIONAL, 2013

Valores expressados em milhões de USD.

\*cifras não encontradas.

Os números dos quadros demonstram que o crescimento comercial com o Brasil se deve a reformulação do dispositivo do comércio exterior que, por sua vez, está ligado à implantação do processo pioneiro, fato que se percebe na composição do comércio entre os dois países.

Atualmente, os setores que estimulam o crescimento da economia paraguaia pertencem ao agronegócio, mais precisamente as exportações de soja e carne, cuja

produção os brasiguaios dominam. Segundo dados oficiais, a soja e os cereais representam 81% do PIB agrícola, enquanto a carne representa 18%. Esses números equivalem a 55% do rendimento total das exportações registradas no final do ano de 2009 (GÓNZALES, 2010; p.93).

O *Banco Central del Paraguay* (BCP, 2018) estima que a superfície plantada de soja para a safra 2017/2018 foi de 3.400.000 hectares, e que a produção foi de 10.262.575 toneladas. A indústria de elaboração de azeites e derivados de soja e carne coloca os setores em 1° e 2° lugares nas atividades industriais do país. O departamento do Alto Paraná, onde se concentram a maioria dos imigrantes, ocupa a segunda posição desse setor produtivo.

A maior parte da produção agropecuária destinadas à exportação tem como direção o Brasil, o maior comprador do Paraguai. Mas, fica evidente que o Paraguai é para o Brasil um fornecedor de matérias primas, enquanto é abastecido por este de bens de consumo, duráveis ou não, como equipamentos industriais e uma gama sem fim de manufaturados.

A análise do comércio exterior paraguaio indica que o desenvolvimento da monocultura comercial, voltada para a exportação, pode ser considerada a dinamizadora do seu comércio internacional. O Brasil é o responsável pela integração do Paraguai ao comércio exterior: incentivou a principal atividade do seu comércio externo, e capta a maior parte dos intercâmbios comerciais. Desse modo, o Brasil garante a dependência externa do Paraguai, uma vez que não só “possui o domínio dos elementos decisivos do modo de produção, como a propriedade dos meios de produção e a apropriação do excedente” (SANCHEZ, 1981; p.115). Os colonos brasileiros são os agentes dessa conquista econômica. Fundamentalmente ela se deu sobre os desequilíbrios estruturais da economia paraguaia e da ocupação de um vasto território geograficamente estratégico e produtivo.

### 3.5 FRONTEIRA RICA, INTERIOR POBRE

Até a chegada em massa dos imigrantes, sobretudo antes das transformações que ocorreram na região da fronteira, esses espaços não tinham para o Paraguai muito significado econômico. Todas as atenções estavam voltadas para a região central que abrigava a maioria da população e das atividades econômicas. Com a

construção de Itaipu nos anos 1970, foram abertas novas vias para ligar o centro do país à fronteira, para promover o assentamento de milhares de agricultores no Alto Paraná e Itapúa. Tais acontecimentos impulsionaram o desenvolvimento regional.

Uma conclusão comum na literatura sobre a economia das regiões de fronteira é que as mesmas constituem uma barreira ao desenvolvimento regional, devido ao frágil mercado interno e os altos custos nas transações comerciais. No caso do Paraguai, o fenômeno parece apresentar-se de forma inversa, pois a fronteira tem jogado um papel fundamental no crescimento das cidades mais importantes como Assunção, Ciudad del Este e Encarnação (MASI; PENNER e DIETZE, 2000; p.2).

A primeira explicação para este fenômeno consiste em que o território do país está situado entre regiões brasileiras e argentinas que possuem um PIB per capita três vezes maior que o PIB nacional paraguaio. A segunda explicação aponta que o mercado interno não está articulado, pois faltam vias de comunicação e os aspectos geográficos são adversos (MASI; PENNER e DIETZE, 2000; p.2). Ao contrário, a região fronteira está mais bem conectada com o exterior do que com o resto do Paraguai, justamente por oferecer mais vantagens de negócios.

As vias de acesso e comunicação, criadas em grande parte pelo esforço dos agricultores, desempenharam um rol fundamental no desenvolvimento das regiões fronteiriças. Por outro lado, as fronteiras do Paraguai teriam uma alta vantagem comparativa frente às regiões do interior do país. Ao oposto de muitos modelos econômicos, as regiões de fronteira funcionam como polo atrativo para as indústrias. Os transportes na fronteira são mais baratos e existe mão de obra compensatória. Além disso, os mercados desses espaços estão orientados para gerarem divisas através do comércio com o exterior, mais do que com o interior. Dessa forma, a região de fronteira representa o núcleo da economia paraguaia, enquanto que o centro (com exceção a região de Assunção), a periferia (KRUGMAN, 1992; p.71).

Um estudo sobre o desenvolvimento econômico do Paraguai mostra que a demanda dos consumidores brasileiros e argentinos exerce uma forte influência no crescimento do PIB das cidades e regiões de fronteira, principalmente Assunção e Ciudad del Este, que são as capitais das duas regiões de maior evolução econômica do país. A pesquisa demonstra que um incremento do PIB no Brasil coincide com o aumento do PIB de Ciudad del Este e que o mesmo ocorre com a Argentina em relação à Assunção. Nos anos 1990, devido ao acréscimo da compra da soja por parte do Brasil e do incremento do comércio em Ciudad del Este, o impacto econômico

causado pelo aumento das exportações se estendeu para outras cidades fronteiriças (MASI; PENNER e DIETZE, 2000; p.8). Assim, o poder aquisitivo dos brasileiros e o que eles produzem no Paraguai, passou a repercutir na dinâmica regional do país.

A nível departamental, essa dinâmica pode ser observada no aumento da renda per capita, principalmente no setor agrícola. No ano de 1972, Os departamentos de San Pedro, Caaguazú, Cordillera, Paraguari, Concepción, e Guairá tinham um PIB médio ponderado de USD 212 per capita, enquanto que os departamentos de Ñeembucú, Região Ocidental, Misiones, Alto Paraná, Itapúa, Central, e Assunção, tinham um PIB de USD 418.

Vinte anos mais tarde, em 1992, as mesmas regiões apresentavam uma diferenciação similar do PIB per capita que passou para USD 1.114 e USD 1.992 respectivamente (BCP, 1998), com somente duas mudanças: (1) Caaguazú, que elevou seu nível econômico igual ao das regiões de fronteira, por sua crescente integração econômica com Alto Paraná, como aconteceu também com Canindeyú; e (2) enquanto as regiões de fronteira experimentavam um aumento de sua economia, a Região Ocidental reduziu o seu nível ao grupo das regiões do interior. É importante destacar que para os departamentos de Canindeyú e Caaguazú, um maior nível econômico tem significado concretamente a irrupção dos tipos de cultivo de tipo empresarial do Alto Paraná, isto é, o avanço das granjas para o interior da fronteira. As rendas que provocaram o aumento do PIB estão diretamente ligadas e concentradas nesse tipo de propriedade.

O departamento do Alto Paraná, onde se concentram as maiores propriedades e as mais modernizadas, parece ter desencadeado um efeito polarizador de seu desenvolvimento nos departamentos vizinhos como acabamos de ver. Segundo o DGEEC (2005), a diferença da renda per capita continua acentuando, chegou a USD 3.893 nas regiões de fronteira, e USD 2.523 no interior, em 2005. Isso demonstra que o setor agrário evoluiu, uma vez que o contrabando e o comércio ilegal não podem ser registrados pelo PIB per capita.

As figuras 19 e 20, mostram de maneira concisa, a concentração da riqueza na região da fronteira depois dos anos 1980, ocasionado pelo fortalecimento do agronegócio.



FIGURA 19 - PARAGUAI: EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA; 1972

FONTE: DGEEC, ESTADÍSTICAS ECONÓMICAS, 1998

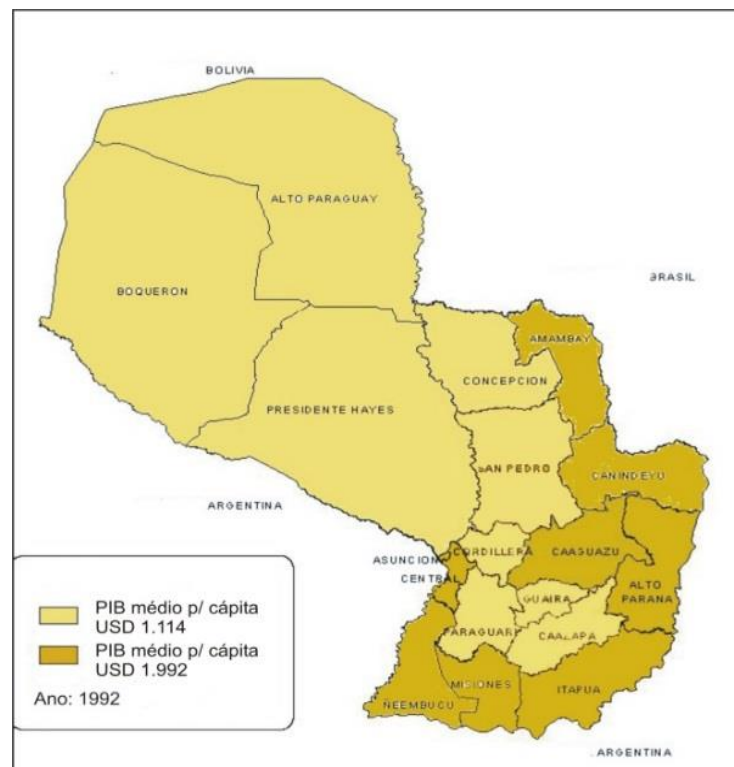


FIGURA 20 - PARAGUAI: EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA; 1992

FONTE: DGEEC, ESTADÍSTICAS ECONÓMICAS, 1998

### 3.6 O PARAGUAI NO MERCOSUL

O acontecimento mais significativo para a inclusão do Paraguai nos circuitos econômicos e políticos a nível internacional foi sua entrada no MERCOSUL. Em 1990 o país foi convidado a incorporar-se ao processo de integração iniciado pelo Brasil e Argentina, para a formação de um mercado comum no Cone Sul. O país presenciava uma mudança nas relações de rivalidade entre Brasil e Argentina, que dava passo à formação de um ambicioso projeto de cooperação mútua. Seria inevitável, e ao mesmo tempo prejudicial para sua economia e às relações regionais, se não aderisse ao bloco.

A decisão de juntar-se ao MERCOSUL colocou o Paraguai frente a um dilema, pois sabia que a abertura de sua economia (tradicionalmente fechada), geraria efeitos negativos para a atividade comercial e industrial. Porém, decidiu participar por julgar que já não podia permanecer fora dos processos globalizadores. Através do MERCOSUL teria maior capacidade negociadora diante dos demais países do globo.

O Tratado que constituiu o MERCOSUL foi assinado em Assunção, em março de 1991. Por ele, Brasil, Argentina, Paraguai, e Uruguai, assumiram o compromisso de estabelecer em quatro anos um mercado comum, que tinha como preceitos básicos a plena reciprocidade de direitos e obrigações entre eles, com o objetivo de reduzir e eliminar tarifas alfandegárias. Em 1994 foi abandonado temporariamente a meta de construir um mercado comum, por motivos técnicos, mas se decidiu consolidar a união aduaneira, com tarifas externas únicas, e tarifas zero para produtos intrazona.

O MERCOSUL não se limitou aos aspectos comerciais, mas avançou na coordenação de políticas públicas, a assistência mútua e a harmonização legislativa entre os países do bloco. Em dezembro de 1994, um Protocolo assinado em Ouro Preto fortaleceu a personalidade internacional e a estrutura orgânica do bloco. O Paraguai e o Uruguai obtiveram, na época, dois resultados significativos: a decisão de que todas as resoluções dos órgãos do MERCOSUL deviam ser adotadas por consenso, o que garante a igualdade jurídica dos Estados membros; a inclusão da necessidade de privilegiar os países e regiões mais pobres do bloco.

Não obstante, depois de alguns anos de sua associação ao bloco, o Paraguai e o Uruguai se queixam do tratamento recebido de seus sócios maiores e reclamam a falta de solidariedade do Brasil e Argentina. Para o Paraguai, o MERCOSUL tem sido importante para a manutenção do regime democrático, mas não houve um

correspondente sucesso em matéria de desenvolvimento econômico. Enquanto que para a Argentina e Brasil a união aduaneira quintuplicou o volume do comércio, para o Paraguai sobram medidas protecionistas e assimetrias macroeconômicas que dificultam as trocas comerciais (GONZÁLES, 2010; p.68).

De fato, as enormes assimetrias econômicas entre os países integrantes Brasil 110 vezes maior, Argentina 25 vezes, e Uruguai 3 vezes (SOUCHAUD, 2002; p. 114) coloca o Paraguai em situação de desvantagem frente aos seus parceiros do Cone Sul. Após 25 anos como membro pleno do bloco, o protecionismo e as barreiras alfandegárias impostas pelos principais sócios do bloco limita a participação dos empresários paraguaios e impede o acesso aos mercados regionais, vitais para acelerar a economia do país. A estratégia do Uruguai e Paraguai de seguir a reboque e obter vantagens, fruto do crescimento e fortalecimento sub-regional, parece não ter surtido efeito e causa certo descontentamento nas elites empresariais, que insistem em avaliar o real sentido de estar no MERCOSUL.

O Paraguai tem um crescimento demográfico de 2,5% ao ano, e demanda 60 mil novos postos de trabalho nesse período, mas sua economia gera menos de 30 mil (ABC COLOR, 22/12/2005). Por isso, naturalmente, precisa encontrar maneiras de solucionar o problema da falta de emprego através de acordos e parcerias com outros países que não os do MERCOSUL. Devido às pressões internas, o Paraguai anunciou em 2005 que negociaria com os Estados Unidos da América acordos que permitiriam um tratamento de comércio privilegiado, a exemplo do Chile.

A notícia do possível acordo bilateral com os EUA provocou uma crise com os demais membros do MERCOSUL. O Paraguai foi acusado de não agir com clareza e de violar o Tratado de Assunção, uma vez que para tomar tal decisão deveria consultar seus colegas do bloco. A questão deslocou-se para o campo diplomático depois que o Senado paraguaio aprovou a entrada de 400 soldados americanos em seu território. Segundo o governo paraguaio, o acordo com os americanos tinha por objetivo treinar oficiais nacionais no combate ao narcotráfico. No entanto, brasileiros e argentinos consideraram a presença militar da superpotência, incômoda e desestabilizadora, pois o que pretendia, na realidade, era monitorar os países do MERCOSUL.

Mas o Tratado de Assunção estabeleceu compromissos políticos e de cooperação, que abrange um amplo espectro de coordenação política que transpassa o campo da economia (ESPACH e TULCHIN, 2004; p.155). Ameaçado de ter que deixar o MERCOSUL, que representa sua realidade territorial e econômica imediata,

o Paraguai abdicou do tal acordo e permaneceu atrelado ao Bloco. Em realidade, um acordo comercial a margem do MERCOSUL, baseado em termos militares, provocaria um deterioro nas relações com os países vizinhos, dos quais a economia paraguaia depende. Em razão do alto grau de dependência comercial que o Paraguai tem com seus sócios, implica que sua economia se vê arrastada por eles, realidade inquestionável que deve ser levada em consideração na hora de traçar qualquer estratégia econômica (SANTOS, R., 1997; p.274).

Apesar de tudo, os países do MERCOSUL seguem sendo os principais parceiros comerciais do Paraguai e, ultimamente, sua importância aumenta. Em 2012, do total das exportações paraguaias, quase 55% tiveram como destino os países do bloco. Por outro lado, a maior parte das importações, pouco mais da metade do total, provinha de seus sócios, sendo que o Brasil é o maior vendedor e comprador do Paraguai (BCP, 2013). Na zona extrabloco a China se destaca como maior exportador ao Paraguai, os principais produtos são brinquedos e eletroeletrônicos, que por sua vez são reexportados ao Brasil, através da triangulação do comércio de Ciudad del Este. O *Banco Central del Paraguay* (BCP) estima que 40% do total das importações do país são reexportados ao Brasil.

Devido aos efeitos adversos que as economias maiores do Brasil e Argentina provocam nas menores, Paraguai e Uruguai, foi criado o Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM), a fim de superar as assimetrias entre as maiores e as menores economias do MERCOSUL.

Os Fundos Estruturais se destinam prioritariamente a aumentar a dotação de infraestruturas físicas nos Estados que fazem parte do bloco, em particular para facilitar o processo de integração física. Uma vez concluídas as infraestruturas mais essenciais, os países poderão fazer uso do dinheiro dos fundos para aplicá-los em programas sociais, de reativação econômica, ou para desenvolver a competitividade.

Um projeto que usa recursos do FOCEM, e que merece destaque, é a construção da linha de transmissão de energia de 500 Kv que leva energia de Itaipu à Assunção. Esse projeto, inaugurado em 2013, visa dotar a capital paraguaia de maior capacidade energética para desenvolver o setor industrial regional.

Além dos recursos do MERCOSUL, o Brasil está financiando outros projetos de infraestrutura para integrar os territórios dos países do bloco, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Já está em licitação o plano para a construção de outra ponte que ligará a cidade de Presidente Franco à Foz do



Iguaçu. A nova ponte sobre o Rio Paraná, será financiada com recursos da Itaipu binacional. A construção da passarela internacional que ligará Brasil e Paraguai tem como objetivo descongestionar o tráfego na Ponte da Amizade e aumentar as relações comerciais entre ambos países.

Tradicionalmente, o Paraguai já usa os portos brasileiros de Paranaguá (Paraná) e Santos (São Paulo) para vender à Europa e Estados Unidos desde os anos 1970. As novas infraestruturas que estão em vias de construção serão de extrema necessidade e utilidade para o país num futuro próximo. O reforço do seu comércio internacional depende dos meios de comunicação que utiliza para transportar seus produtos. Por ser um país mediterrâneo, o Paraguai depende dos sócios para organizar seu próprio tráfego. Devido a essas condições, os espaços de articulação paraguaios, assim como suas atividades econômicas, se mostram totalmente dominados por Brasil e Argentina.

### 3.7 O BRASIL NO PARAGUAI

O MERCOSUL se converteu no pilar da nova estratégia brasileira. A expansão das relações econômicas na região, aprofundadas pelo crescimento do comércio e os vínculos de comunicação, mostram que o país adotou uma estratégia nacional de interdependência nas relações com seus vizinhos (ESPACH e TULCHIN, 2004; p.155). Os enlaces feitos pelo bloco facilitaram a expansão das empresas brasileiras dentro dos países da região.

A presença brasileira no Paraguai é profunda. Está consolidada pela presença dos agricultores brasileiros, por outro lado, o MERCOSUL têm facilitado um avance importante de empresas de capital brasileiro no país. Nos últimos dez anos, as empresas brasileiras aproveitaram o vazio deixado por grandes firmas mundiais no Paraguai. Os investimentos diretos dispararam em 2008, e o Brasil acentua seu poder geopolítico através do capital privado. O crescimento significativo dos investimentos foi incentivado por fatores como a estabilização macroeconômica do Paraguai e o favoritismo econômico no Brasil, que durou até 2014. A figura 21 mostra por setor os maiores fluxos de capitais brasileiros no Paraguai.

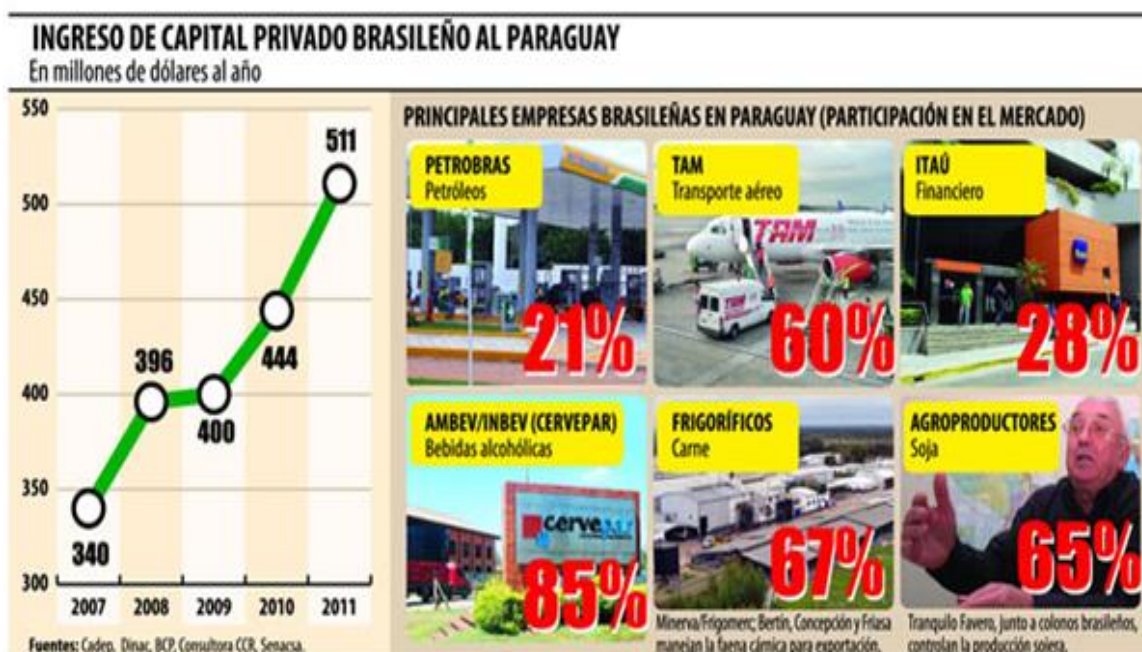


FIGURA 21 - INGRESO DE CAPITAL PRIVADO BRASILEIRO NO PARAGUAI

FONTE: <https://www.ultimahora.com/con-sus-empresas-brasil-controla-negocios-estrategicos-paraguay-n581092.html>

Ademais das grandes corporações, pequenas e médias empresas brasileiras se instalaram no Paraguai, o que configura um novo fenômeno. Dezenas dessas firmas (especialmente maquiladoras) investiram no Paraguai nos últimos anos, atraídas pelos baixos impostos, mão de obra e energia baratos. A carga tributária no Paraguai é de 13%, enquanto no Brasil chega a 34%. Esse grupo de empresas se concentra nos setores têxteis e confecções, couro e calçados, químicos e plásticos. Os paraguaios se convenceram que essas empresas trazem benefícios como impostos, melhoria das infraestruturas e, principalmente os empregos, que tanto necessita o país (ÚLTIMA HORA, 29/11/2012).

As empresas que se movem pelos setores estratégicos da economia paraguaia, somam-se a poderosa presença do capital brasileiro na produção e industrialização da soja (65%) e da carne (67%), parte mais que transcendente da vida econômica do país. Essa presença se faz sentir mediante a participação dos colonos brasileiros que dominam largas faixas do território paraguaio, sobretudo em zonas limítrofes da fronteira internacional, o que outorga a esse fenômeno uma carga geopolítica diferente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fronteira leste paraguaia, emersa em florestas tropicais desde os primórdios, sofreu um processo de radicais transformações a partir dos anos 1960 e, especialmente, durante a década de 1980, período em que recebeu milhares de imigrantes agricultores, provenientes do sul do Brasil.

O principal objetivo dessa pesquisa foi analisar e explicar a evolução das colônias formadas pelos imigrantes, as profundas modificações na paisagem, bem como as alterações sociais, econômicas e demográficas, provocadas pela reestruturação do sistema agrário, implantado pelos brasileiros na região da fronteira.

Mas, como explicar a ocupação de tão vasto território, geralmente estratégico para os Estados Nacionais? Por que as terras da fronteira, ricas em recursos naturais, permaneceram desabitadas e inexploradas pelos paraguaios, até a ocupação desse espaço por estrangeiros?

Buscamos uma explicação razoável nas interpretações do historiador Efraín Cardozo (1996, p.108), o qual afirma que as bases da economia paraguaia foram demasiado estreitas para impulsionar o progresso, durante e depois da colonização espanhola. O isolamento imposto pela geografia e a concentração da escassa população ao redor de Assunção, no centro do país, foram as causas que impediram a ocupação das terras periféricas.

Cardozo afirma, ainda, que o insulamento, as dificuldades de comunicação, e uma sociedade pouco propensa ao trabalho, são fatos do passado, que explicam em parte, as causas do atraso atual do Paraguai.

Porém, outros fatos históricos colaboraram para o esvaziamento da fronteira, como a geopolítica expansionista luso-brasileira, as invasões dos bandeirantes e a Guerra da Tríplice Aliança, cuja consequência foi a devastação das localidades situadas na região da fronteira paraguaia com o Brasil.

A fronteira paraguaio-brasileira esteve marcada por episódios visivelmente expansionistas por parte do Brasil. O país sempre marcou uma forte pressão sobre os territórios a oeste. Na maioria das vezes que empreendeu ações a esse respeito, saiu beneficiado. Apoderou-se de grandes porções de terras que pertenciam a antiga Província do Paraguai durante a era colonial e, mais tarde sobre o próprio Paraguai.

Durante o período colonial, as disputas por ocupar novos territórios no sul do Continente Americano, levaram os luso-brasileiros realizarem fortes investidas sobre

a região leste da Província do Paraguai, o que obrigou as populações (principalmente indígenas) que ali viviam se refugiarem no centro do país. Dessa forma, apoiados no direito de posse (*uti possidetis*), os luso-brasileiros tomaram para si parte da então *Provincia del Guairá*, que constituíam as Missões Jesuíticas, e a Província do Paraguai perdeu territórios. Os espanhóis usaram os jesuítas para garantir possessões, mas os portugueses tinham os bandeirantes para conquistá-las.

A linha de fronteira entre os dois países permaneceu por muito tempo como uma frente defensiva, e o Paraguai se desenvolveu demograficamente e economicamente sob um espaço restrito no centro do seu território. A necessidade de sair do isolamento submetido, devido a sua expansão econômica, levou o Paraguai a disputar o controle de certas regiões estratégicas, vitais para a continuação do seu desenvolvimento comercial com o exterior. A rivalidade pelo controle da navegabilidade sobre o Prata, por exemplo, foi o estopim que arrastou o Paraguai à uma guerra da qual saiu perdedor e aniquilado. Como espólio de guerra, sofreu a amputação do seu território, parte do qual o Brasil anexou, e que atualmente configura o sudoeste do estado do Mato Grosso do Sul.

Passados um século e meio do episódio que marcou a história da América do Sul (1864-1870), o Brasil conseguiu articular uma política estratégica que praticamente eliminou a fronteira com o Paraguai. A construção de Itaipu como megaprojeto de integração Brasil-Paraguai, trouxe consigo a mútua confiança que desencadeou o processo migratório jamais ocorrido no Paraguai. Os acordos firmados entre os presidentes militares dos dois países abriram as portas paraguaias para milhares de agricultores brasileiros, que pouco a pouco dominaram um extenso território. O que sucedeu com o passar dos anos é que de forma pacífica, mas eficaz, o Brasil conseguiu controlar de forma indireta uma ampla região da fronteira, onde os colonos se assentaram.

Domingo Laíno, opositor ferrenho de Stroessner, há décadas alertava sobre a penetração dos brasileiros, pois acreditava que a massiva presença deles na fronteira poderia, no futuro, comprometer a soberania do país. Em suas palavras: “a expansão brasileira para o oeste começou com o Tratado de Tordesilhas, é só olhar o mapa!” (LAINO, 1977, p.67).

A guerra não só dizimou as populações na área da fronteira deixando-a livre para as conquistas futuras, como provocou a decadência do prodigioso modelo agrário paraguaio, base principal de sua economia, relativamente autônoma. A esse

respeito, Eduardo Galeano (2015, p.266), lamenta que o nefasto acontecimento tenha aniquilado a única experiência exitosa de desenvolvimento independente na América do Sul, pois considera que o Paraguai possuía uma economia ainda não deformada pelo capital estrangeiro.

Após o conflito, os estrangeiros, inclusive brasileiros, se apoderaram das Estâncias da Pátria e as transformaram em latifúndios, o que destruiu o modelo de produção agrícola que havia feito do Paraguai um país autossuficiente. O que essa investigação tem mostrado, é que para a história paraguaia existe um antes e um depois da guerra. Nesse caso, é lícito supor, que a origem das assimetrias econômicas paraguaias, com relação aos seus sócios do MERCOSUL, tem início com o fim da guerra, quando começa para o país um estado de sujeição permanente, do qual não consegue se desvincular.

O controle político e econômico do pós-guerra, imposto principalmente pelo Brasil, originou um sistema de sucessivos governos corruptos, que oprimiram a classe camponesa e impediram o desenvolvimento do setor agrícola. Esse foi um dos motivos que levaram Stroessner, na década de 1960, a incentivar a entrada de agricultores brasileiros. Ele acreditava que os paraguaios seriam incapazes de promover a revolução no campo, pois estavam presos a uma cultura que não via a agricultura como um negócio.

Stroessner permitiu que os imigrantes desenvolvessem um sistema econômico que ajudou a agravar a situação de dependência do seu país para com o Brasil. Além de possuírem o controle sobre as áreas de florestas e terras férteis, os brasileiros criaram um modelo de sociedade e de produção que depende quase exclusivamente do mercado brasileiro. A forma de organização das propriedades dos colonos no Paraguai permitiu ao Brasil controlar o excedente do principal produto de exportação do país. A soja, produto estrela das exportações, é produzida pelos fazendeiros brasileiros que, por sua vez, integram o agronegócio das regiões produtoras do sul do Brasil, voltadas ao mercado internacional. É dizer, o Brasil é responsável pela inserção dos produtos agrícolas paraguaios no mercado internacional.

Mas o controle de parte da economia paraguaia facilitada pela ocupação de um vasto território fronteiriço, voltado a uma determinada atividade agrária motorizada, vai além da posse de seu excedente. A forma de produção nas fazendas exige o emprego de tecnologias relacionadas a insumos e máquinas que o Paraguai

não possui. Por isso, as máquinas e equipamentos utilizados na preparação das terras são importados do Brasil.

Incentivado pela modernização de sua agricultura, o Paraguai empreendeu uma escalada ascendente nas importações de máquinas, equipamentos, peças, combustíveis e suplementos agrícolas, que nesse setor, triplicou em poucos anos. As estatísticas do Departamento de Economia Internacional do Banco Central do Paraguai (2002), apontam um crescimento fabuloso das importações provenientes do Brasil, passando de 2.042 milhões de dólares em 1970, para 933.114 milhões em 1996, época em que a colônia atingia seu auge de produção, isso aumentou consideravelmente a demanda de todo tipo de produtos e máquinas. Do mesmo modo, as exportações ao Brasil no respectivo período, subiram de 1.057 milhões de dólares, para 520.724 milhões. O produto principal era a soja e seus derivados. A modernização da agricultura não só garantiram uma extensão do mercado brasileiro, mas elevou o Brasil ao posto de principal parceiro comercial do Paraguai.

Nos anos 1990, devido ao grande número de colonos instalados no oriente paraguaio, e pela fixação do novo modelo agrário implantado, a transformação da paisagem local foi inevitável. Onde haviam florestas, surgiram grandes espaços cobertos de lavouras, e a zona pioneira rapidamente foi povoada. Inúmeras cidades e vilas foram fundadas e as propriedades no campo passaram a se constituir de parcelas de tamanho médio, caracterizado por sua especialidade no cultivo da soja. O novo modelo de propriedade rural, assim como a soja, foram as novidades que reestruturaram o setor agrícola no Paraguai, mas que, por outro lado, veio acompanhada de características muito diferentes do modo de vida e das propriedades tradicionais campesinas. O novo modelo agrícola promoveu profundas diferenças espaciais, econômicas, sociais e culturais, no mundo rural paraguaio.

As diferenças sócioespaciais, são decorrentes do aparecimento de um padrão agrário bem distinto daquele que os paraguaios costumavam praticar. Hoje em dia, dois modelos diferentes de propriedades rurais fazem parte da paisagem oriental paraguaia: de um lado os vastos campos de monocultura intensiva e, do outro, a policultura de sobrevivência. A primeira, desenvolvida com o emprego de capital, voltada ao mercado de exportação, apoiada por urbanizações que abastecem os campos dos insumos necessários, ao mesmo tempo as integram ao mercado global através de sua estrutura de comunicações; no outro modelo, ao contrário dos sojeiros, os pequenos policultores estão fadados a ocupar as zonas periféricas, onde os meios

de transportes e comerciais são precários. Isolados em seus pequenos terrenos, não possuem apoio financeiro, nem assistência técnica por parte do governo, que lhes dê condições de melhorar suas propriedades.

Os meios tecnológicos introduzidos nas propriedades dos brasileiros favoreceu o aparecimento de uma sociedade dominante, que como expõe Milton Santos (2002, p.89), é capaz de gerar demandas que movem a economia, e conseqüentemente produz riquezas excedentes. O aparecimento de uma sociedade emergente provocou a revolta dos camponeses paraguaios, que reivindicam melhores condições de vida. Porém, eles são incapazes de perceber que o atual sistema agrário é conseqüência de fatores históricos que discriminaram os camponeses paraguaios.

Durante o período colonial, o dono das terras era o rei da Espanha. Quando o Paraguai se tornou independente, o controle das terras passou às mãos do Estado, quer dizer, a apropriação e uso da terra apenas mudaram de dono. Após a guerra, as Estâncias da Pátria foram vendidas aos estrangeiros, ocasião em que o Estado negligenciou o direito de compra aos paraguaios. Muitos governos se passaram de 1870 para cá, sem que nenhum promovesse uma reforma agrária justa, ou que valorizasse a permanência dos trabalhadores no campo. A conseqüência desse menosprezo se reflete no presente, pois a agricultura praticada pela maioria dos paraguaios é rudimentar e a miséria impera onde deveria haver fartura.

Mas a integração dos pequenos produtores rurais ao modo de produção sojeira, não depende somente de sua modernização, sobretudo, precisa passar por uma mudança da cultura essencialmente indígena, que não tem o costume de explorar a terra com fins capitalistas. Nesse sentido, provavelmente a redistribuição das grandes extensões de terras improdutivas do Paraguai, ligada a renovação da mentalidade dos camponeses, poderiam ser a mola propulsora capaz de trazer grandes benefícios ao povo, e o conseqüente desenvolvimento das regiões pobres. Ensinar aos paraguaios o uso da técnica e oferecer-lhes a oportunidade de exercê-la na prática, proporcionaria melhoras nas condições de vida de milhares de agricultores que sobrevivem da atividade rural precária. Se os paraguaios demorarem em assimilar novas técnicas agrícolas, correm o risco de ficar de fora dessa fase de modernização do campo.

Outro motivo que dificulta o acesso à terra por parte dos paraguaios é a contínua expansão da soja para os departamentos do interior, onde vivem comunidades isoladas e tradicionais. O avanço dos sojeiros tem derivado em

confrontos, pois os camponeses possuem uma maneira diferente dos brasileiros de explorar o solo. Para eles, a terra não é considerada uma mercadoria, e sim um meio de subsistência. Há, portanto, uma visão de mundo muito diferente entre o fazendeiro capitalista e a cultura ancestral familiar. A derrubada das florestas, assim como o emprego massivo de inseticidas, afetam diretamente as comunidades tradicionais, que acusam os brasileiros de destruírem o meio ambiente e expulsá-los do campo.

De fato, a destruição das florestas ocasionada pelo avanço da soja, não só afeta a vida dos camponeses, mas põe em risco um vasto ecossistema tropical. Juan F.F.Fernandez (2002, p.137), em seus estudos sobre o *Estado Ambiental del Paraguay*, mostra os efeitos trágicos dessa devastação. Ele aponta que desde 1950 até 2004, foram derrubados mais de 7.400.000 hectares de mata onde se concentram os brasileiros. Da floresta original da Região Oriental restam apenas 5%. Isso deixa evidente que os imigrantes não permaneceram fixos nas regiões inicialmente colonizadas. Eles continuam o avanço para o interior em busca de mais terras para aumentar suas plantações.

O sentimento nacionalista em relação ao território e a língua guarani, assim como os ressentimentos do período da Guerra do Paraguai, são mágoas reavivadas nos discursos dos camponeses paraguaios. Os brasileiros são acusados de invasores, assim como seus antepassados bandeirantes. Os paraguaios se questionam por que os brasileiros exploram seu país se no Brasil há terras de sobra. Os brasileiros por sua vez, assumem a postura de homens trabalhadores, que promovem o progresso do Paraguai. Essa atitude demonstra certa arrogância e superioridade, quem sabe, para justificar o modo implacável com que tratam a natureza, em defesa de seus negócios.

As consequências da guerra são sempre lembradas pelos paraguaios. As perdas territoriais, o massacre da população, a destruição da economia, tudo isso está presente através dos acontecimentos do cotidiano. Agora, a competição pela terra com os brasileiros, dá a impressão de uma segunda “invasão”, pois são obrigados a lutar para manter seu modo de vida.

A plena integração dos brasileiros levará seu tempo, mas quando acontecer, provavelmente deixarão de ser associados a um passado de conflitos. Olhar para os benefícios da modernização que eles aportaram ao país, seria muito mais vantajoso e facilitaria a integração dos paraguaios à nova realidade que emerge. No entanto, a relação entre imigrantes e paraguaios no futuro, parece ser uma incógnita. Ela vai



depender, em grande parte, do que os governantes fizerem para evitar os conflitos, como por exemplo, resolver o problema dos camponeses pobres do país, para que estes se sintam parte de uma sociedade mais igualitária.

Ademais da visível dianteira que os imigrantes têm com relação aos paraguaios nas áreas rurais, a colonização das campanhas veio seguida de uma dinâmica urbana de amplitudes sem precedentes na região da fronteira. O novo quadro urbano comandado pelos pioneiros deu lugar a uma mudança radical das regras sociais e econômicas no espaço fronteiriço. Devido a sua liberdade de articulação, o espaço da fronteira passou a concentrar os intercâmbios internacionais do Paraguai, em particular os setores primário e terciário. Esses setores multiplicaram e diversificaram suas trocas com o Brasil, impulsionados pelo dinamismo da colônia e pela implantação da zona franca de Ciudad del Este.

A circulação de pessoas e mercadorias se intensificou muito a partir da década de 1980 e deu lugar ao desenvolvimento de dois tipos de cidades: os centros urbanos posicionados na linha fronteiriça com o Brasil, que são as formações mais importantes em termos de atividades comerciais e de volume demográfico, ocupadas principalmente por paraguaios (Ciudad del Este, Pedro Juan Caballero etc.); os brasileiros, por sua vez, criaram pouco mais de uma dezena de pequenas cidades e vilas situadas no interior. Essas cidades surgiram da dinâmica da monocultura da soja e contribuiu ativamente para animar a organização e a divisão do espaço, assim como do mercado que reflete da contradição que caracteriza a sociedade brasiguaiia. Estes pequenos núcleos urbanos se individualizam por uma dinâmica socioespacial poderosa e radical.

Em efeito, os dois esquemas urbanos em aparência e atividades muito distintos, contribuíram para uma definitiva e incontestável amarra econômica e territorial do Paraguai ao dispositivo econômico e político do Brasil. Em duas décadas apenas (1980-90), o Brasil se transformou no principal ator estrangeiro no Paraguai, com a ajuda do avanço pioneiro, vetor da progressão brasileira no Paraguai. Tanto as cidades de maior porte, situadas na linha da fronteira, como as pioneiras, dependem do seu comércio direto ou indireto com o Brasil. Sem o turismo da compra, a segunda maior e mais importante cidade do Paraguai, Ciudad del Este, deixaria de ter a notabilidade que tem, pois sua economia está baseada na reexportação de produtos vindos da China, vendidos aos brasileiros. Da mesma forma, perderiam sua vitalidade as cidades brasiguaiias, se o Brasil deixasse de comprar a soja que suas fazendas

produzem. Se por algum motivo essas suposições fossem postas em prática, a economia paraguaia sofreria um choque irrecuperável em curto prazo. O Brasil compra mais de 50% de toda a produção agrícola paraguaia, e há de se levar em conta, que a compra desses produtos depende da flutuação das moedas e das ofertas do mercado internacional.

A irrupção brasileira sobre o espaço fronteiriço paraguaio provocou mudanças importantes nos rumos do país. Uma transformação econômica, social, e demográfica, se fez sentir no Paraguai. Tais mudanças estão apoiadas sobre um esquema espacial do tipo neocolonial. Esse tipo de dominação está refletido na forte dependência que o espaço brasiguai impõe ao Paraguai. Este estudo demonstra, entre outras coisas, que o desenvolvimento da Região Oriental paraguaia, mesmo que parcial e fragmentado, foi consequência da sua sujeição a uma intensa ingerência estrangeira. A abertura do território paraguaio ao mundo, por exemplo, se realizou sob a subordinação econômica e política principalmente do Brasil e Argentina. A dependência externa do Paraguai está claramente manejada pelo Brasil. De maneira geral, os espaços de articulação das atividades comerciais e financeiras, legais e ilegais, estão direcionados majoritariamente ao Brasil. O mesmo acontece com as infraestruturas de comunicações transnacionais, que em sua maior parte, estão interligadas com o território brasileiro, das quais o Paraguai se serve para comercializar com outros países.

O território da fronteira paraguaia tem passado por transformações profundas em apenas quatro décadas (1970-2000); de um espaço pioneiro, às territorialidades brasiguaias e, mais recentemente, inserido ao espaço global através do MERCOSUL. Mas daqui para frente, qual será o futuro do espaço brasiguai? Continuará sua evolução apoiada em suas diferenças culturais e sociais, ou com o passar do tempo se tornará um espaço pós-pioneiro? De momento, o material obtido permite fazer previsões futuras apoiadas na evolução das colônias de imigrantes europeus que colonizaram o sul do Brasil, que apesar de ter acontecido em época distinta, possui um contexto bem parecido: a busca de melhores condições de vida nas frentes pioneiras.

A colonização da fronteira paraguaia foi feita pelos descendentes desses imigrantes, mas existem muitas diferenças entre a imigração ocorrida no sul do Brasil e aquela no Paraguai. Com base nessas dessemelhanças, é possível destacar alguns pontos, que podem influenciar no futuro das colônias brasiguaias.

Os imigrantes europeus que vieram para o do sul do Brasil tiveram que se adaptar, pois seu êxito dependia da comunicação com os brasileiros. Eles perceberam que para fazer negócios, era preciso haver uma boa comunicação, por isso, procuraram aprender rapidamente o idioma local. Ademais, no Brasil o rádio só emitia programas em português, não havia televisão para que os imigrantes pudessem, pelo menos, ouvir seu idioma natural. Na escola, as crianças aprendiam a se comunicar no idioma oficial, porque os professores eram brasileiros.

Além desses fatores que contribuíram para que os imigrantes absorvessem a cultura local, o Estado estava presente com todas as suas instituições. Quando estourou a Segunda Guerra Mundial, o então presidente Getúlio Vargas, proibiu os imigrantes de falar a língua materna, principalmente alemã e italiana, em razão de que o Brasil estava em guerra contra os países do Eixo. Por fim, separados por um oceano da Europa, os imigrantes se adaptaram à nova realidade e deixaram no passado o velho continente. As novas gerações nem sequer sabiam de quais regiões da Europa provinham seus antepassados. Hoje, algumas famílias contam cinco ou seis gerações, e desenvolveram um sentimento pátrio com relação ao Brasil.

Por outro lado, o cenário que vemos no Paraguai apresenta um elemento determinante no que se refere à manutenção da cultura pelos brasileiros: a fronteira. A um passo do país natal, é difícil esquecer a origem, o idioma, os parentes. A proximidade geográfica com o Brasil lhes permite manter não só os laços familiares com os que ficaram, mas o idioma e a cultura, que se fazem presentes através do rádio e da TV. Ademais, os imigrantes construíram uma ponte comercial com o Brasil que dificilmente será cessada, já que o país absorve a maior parte da produção da colônia, mercado vital para a economia paraguaia.

Do mesmo modo, o Brasil, estrategicamente, estendeu o braço paternal sobre os brasiguaios na intenção de protegê-los quando o Estado paraguaio atropela seus interesses. Isso lhes é muito conveniente, uma vez que a situação jurídica no Paraguai não é estável. Seus filhos, netos e bisnetos, crescerão como paraguaios, com os mesmos direitos e deveres, mas sob a forte influência cultural e econômica do Brasil, que a todo momento se faz sentir através da construção das territorialidades brasiguaias.

Se algum dia o Brasiguai se tornará um espaço pós-pioneiro, integrado em todos os aspectos ao Paraguai, é difícil prever. Os estudos induzem a pensar que a tendência é a de seguir sendo um espaço conduzido pelo Brasil, no que diz respeito

a economia. Por outro lado, com ralação a integração cultural dos brasileiros, um sacerdote de Santa Rosa declarou:

“[...] os costumes, as tradições, não se podem cortar na raiz, as gerações futuras terão formação e saberão castelhano. Creio que os costumes estrangeiros que predominam vão passar por um certo equilíbrio e, simplesmente se farão costumes paraguaios. No futuro, não predominarão, quem sabe, costumes propriamente paraguaios, mas sim de um Paraguai transformado” (PASTORAL DE LOS INMIGRANTES, 1994; p. 101).

Contudo, analisar o Paraguai antes e depois da colonização não revela somente um salto expressivo da economia provocado pela modernização da agricultura. Mostra outros efeitos positivos como o impressionante aumento demográfico capaz de integrar os territórios periféricos, antes desprotegidos, ao resto do país.

Interpretar a originalidade da expansão dos colonos brasileiros no Paraguai tem mostrado muitas facetas, dentre elas a que se relaciona ao determinismo geográfico. A natureza ofereceu recursos aos modestos pioneiros, muitos dos quais expulsos do campo no seu país. Mas foi o homem quem se beneficiou trabalhando a terra. As riquezas produzidas impulsionaram e determinaram um novo rumo na história do Paraguai. Intrigante fenômeno migratório que através do discreto trabalho de seus agentes, ao longo do tempo construiu um espaço de grande valor estratégico.

O resultado dessa pesquisa deixa uma experiência enriquecedora a nível pessoal. De uma parte, proporcionou respostas às perguntas inicialmente propostas, mas, por outra, abriu novas questões que merecem ser estudadas e aclaradas no futuro, porque a formação do espaço brasiguai é recente, e por isso mesmo está em constante evolução. A cada dia novos acontecimentos contribuem para seu desenvolvimento e deixa a sensação que existem muitos aspectos do seu cotidiano que merecem ser analisados.

A nível de contribuição, foram narrados os impactos sociais, econômicos, demográficos e políticos no Paraguai, do relevante movimento migratório feito por brasileiros, resultado de ações geopolíticas; os motivos da disputa pela posse da terra, que tem como pano de fundo a agricultura capitalista. Assim, se espera que o resultado desse trabalho possa ajudar a compreender a conflituosa relação de interdependência que compartilham brasileiros e paraguaios, nem sempre recíproca, mas necessária.

## REFERÊNCIAS

- ABC COLOR. **Paraguay sigue siendo el gran perdedor en Mercosur**. Asunción, 22/12/2005.
- ABC COLOR. **Marihuana podría estar financiando conflicto rural**. Asunción, 21/11/2008.
- ABC COLOR. **Entre enfermedad, soja y fumigación**. Asunción, 07/02/2014.
- AGUILAR, C. Jurandir. **Conquista Espiritual: A História da Evangelização na Província Guairá na obra de Antonio Ruiz de Montoya, S.I. (1585-1652)**. Roma: E.P.U.G., 2002.
- ALBERDI, Juan Bautista. **La guerra del Paraguay**. Buenos Aires: Hyspamérica, 1988.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras: Os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.
- AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **La cuestión campesina y el capitalismo**. Barcelona: Fontanella, 1980.
- ANUARIO ESTADÍSTICO DEL PARAGUAY. Asunción: D.G.E.E.C., de 1996 à 2015.
- ATLAS DE PARAGUAY. **Necesidades Básicas Insatisfechas**. Asunción: D.G.E.E.C., PNUD, 1995.
- AZNARES, Carlos; ARJONA, Javier. **Rebeldes sin tierras. Historia del MST de Brasil**. Tafalla: Txalaparta, 2002.
- AYALA, Eligio. **Las migraciones en el Paraguay**. Asunción: El Lector, 1996.
- BANCO CENTRAL DEL PARAGUAY. **Estadísticas Económicas**. Asunción, 1998.
- BANCO CENTRAL DEL PARAGUAY. **Boletín Económico**. Asunción, 2000.
- BANCO CENTRAL DEL PARAGUAY. **Departamento de Economía Internacional**. Asunción, 2015.
- BANCO CENTRAL DEL PARAGUAY. **Estadísticas Económicas**. Asunción, 2013.
- BÁEZ, Guilhermina Nuñez. **Reseña histórica del Alto Paraná**. Ciudad del Este: Papyru's Impresiones, 2003.
- BANDEIRA, L. Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata – Argentina, Uruguai e Paraguai: da colonização à Guerra da Tríplice Aliança**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1995.
- BENITEZ, Luis G. **Manual de Historia Paraguaya**. Asunción: Comuneros, 1970.

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em 04 ago. 2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/>>. Acesso em 22 set. 2018.

BRENO KLAMAS (2010). Disponível em: <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Republica\\_del\\_Guayra.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Republica_del_Guayra.jpg)>. Acesso em 05 mai 2019.

CABONNE, Yves. **Programa de Gestión Urbana de las Naciones Unidas**. Barcelona, 2004.

CAPECO. Disponível em <<https://capeco.org.py/soja-satelital-es/>>. Acesso em 04 ago. 2018.

CAPEL, H.; VALENTI, J. V. **Campo y ciudad en la geografía española**. Madrid: Salvat Editores, 1970.

CARDOZO, Efraím. **El Paraguay colonial**. Asunción: El Lector, 1996.

CARDOZO, Efraím. **Breve historia del Paraguay**. Asunción: Serbilivro, 2009.

CENSO NACIONAL DE POBLACIÓN Y VIVIENDAS. Asunción: D.G.E.E.C., de 1992 à 2015.

COLODEL, José Augusto. **Cinco Séculos de História**. In: PERIS, Alfredo Fonseca (Org.). **Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2008.

CURY, J.F.M. **Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (tti): interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da tríplice fronteira - Foz do Iguaçu (br), Ciudad del Este (py) e Puerto Iguazú (ar)**. 2010. 234 f. Tese - (Doutorado em Espaço, Sociedade e Ambiente) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24222>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

DE OLHO NOS RURALISTAS. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2017/11/06/proprietarios-brasileiros-tem-14-das-terras-paraguaias/>

DIARIO ULTIMA HORA. **Con sus empresas, Brasil controla negocios estratégicos en Paraguay**. Asunción, 29/11/2012. Disponível em: <https://www.ultimahora.com/con-sus-empresas-brasil-controla-negocios-estrategicos-paraguay-n581092.html>.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS ENCUESTAS Y CENSOS (D.G.E.E.C.). Asunción, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil, une géohistoire**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

ESPACH, H. Ralph; TULCHIN, S. Joseph. **América Latina en el nuevo sistema internacional**. Barcelona: Bellaterra, 2004.

FERNÁNDEZ, F.F. Juan. **Estado Ambiental del Paraguay: Presente y Futuro**. Asunción: SEAN-ENAPRENA, 2002.

FLORENTÍN, Carlos G. **El Paraguay de la Post Guerra (1870-1900)**. Asunción: El Lector, 2010.

FOGEL, Ramon Bruno. **La concentración de la tierra en los departamentos fronterizos**. Asunción: Intercontinental, 1989.

FOGEL, Ramon Bruno. **Relaciones interétnicas en el borde este del Paraguay**. In: **Práticas de integração na fronteira**: Temas para o MERCOSUL. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial. **Enclave sojero. Merma de soberanía y pobreza**. Asunción: CERI, 2005.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2015.

GELLNER, Ernest. **Naciones y Nacionalismo**. Madrid: Alianza Universidad, 1988.

GONZÁLES, Zulma E. **Historia Económica del Paraguay**. Asunción: El lector, 2010.

JUILLARD, Étienne. **Villes et régionalisation**. In: **La régionalisation de l'espace au Brésil**. Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1971.

KANTOR, Íris. **Usos diplomáticos da Ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas**. Belo Horizonte: Varia Historia, vol. 23, n° 37, 2007.

KRUGMAN, Paul R. **Geografía y Comercio**. Barcelona: Antoni Bosch Editor, 1992.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/lechbr/georeferenciamento>>. Acesso em 10 nov. 2018.

LACOSTE, Yves. **Los países subdesarrollados**. Barcelona: Oikos-Tau, 1991.

LA JORNADA. **EE.UU. vs Brasil: Mosaicos de una rivalidad regional**. Ciudad de México, 31/08/2005.

LAINO, Domingo. **Paraguay: fronteras y penetración brasileña**. Asunción: Ediciones Cerro Corá, 1977.

LÓPEZ, Sala A. **Inmigrantes y Estados: La respuesta política ante la cuestión migratoria**. Barcelona: Anthropos, 2005.

LUGON, Clovis. **A República Guarani**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

MACHADO, Lia Osório. **Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)**. Tese de doutorado pelo Dpto. de Geografia Humana da Universidad de Barcelona. Barcelona, 1989.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

MASI, F.; PENNER, R.; DIETLE, R. **Evolución del Rol de las Regiones Fronterizas en el Proceso de Desarrollo Económico del Paraguay**. Asunción: Banco Central del Paraguay, 2000.

MATTOS, General Carlos de Meira. **Geopolítica e teoria de fronteiras: Fronteiras do Brasil**. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1990.

MEDIUM. Disponível em: <<https://medium.com/the-urbi-et-orbi/a-paz-no-prata-60d66fd2f722>>. Acesso em 01 set. 2018.

MUNICIPALIDAD DE LOS CEDRALES. **Datos y Estadísticas del Distrito**, 2002.

MUNICIPALIDAD DE SANTA RITA. **Planificación integral de acceso rural (PIAR) en el Distrito de Santa Rita (2006)**.

MURADÁS, Jones. **A geopolítica e a formação territorial do sul do Brasil**. Tese de doutorado pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

NICKSON, Andrew R. **Brazilian colonization of the eastern border region of Paraguay**. Latin American Studies, Cambridge University. New York, 1981.

PAGINA 12. **EE.UU. está rodeando Brasil**. Buenos Aires, 22/08/2005.

PAGNI, Florencia; CESARETTI, Fernando. **Mato Grosso: El frente olvidado de la Guerra del Paraguay**. Universidad Nacional de Rosario, 2007.

PALAU, T. Viladesau. **Migración transfronteriza en Paraguay**. In: PELLEGRINO, Adela (org.). **Nuevas formas de movilidad de la población**. Montevidéo: Trilce, 1995.

PARAGUAY: GACETA OFICIAL DE LA REPÚBLICA. Poder Legislativo/Publicación Oficial/Ley 2532 nº 16. Asunción, 24/02/2005.

PARAGUAY: INSTITUTO DEL BIENESTAR RURAL (IBR). **Recopilación de las principales Leyes y Decretos vigentes**. Asunción, 1989.

PARAGUAY: MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERIA. **Censo Agropecuario (1991-1998)**. Asunción: D.C.E.A. /M.A.G., 2000.



PASTORAL DE LOS MIGRANTES EN PARAGUAY. **Migrantes brasileños en Paraguay : principales problemas y demandas**. Asunción : OCT, 1994.

PÉBAYLE, Raymond. **Les brésilguayens, migrants brésiliens au Paraguay**, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 10, n° 2. Poitiers, 1994.

POMER, León. **As independências na América Latina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

RANDLE, H. P. **Evolución Urbanística**. Buenos Aires: Editorial Universitária, 1972.

REBER, Vera B. **Small farmers in the economy: the paraguayan example, 1810-1865**. *The Americas*, n° 51, vol. 4, 1995.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - CONGRESSO NACIONAL. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) “da Emigração Ilegal”**. Relatório Final. Brasília, 2006.

REVISTA CHISPAS. Valencia, ES: **La crisis de los hidrocarburos y la amenaza del separatismo en Bolivia**, n° 31, 2005.

REVISTA SOJA NEWS. Asunción: **Informativo de la Asociación de Productores de Soja del Paraguay**, n° 1, fev. / 2005.

REVISTA SOJA NEWS. Asunción: **Importe productivo al fisco 2006/2007**, n° 39, abr. /2008.

RIQUELME, Quintín; KRETSCHMER, Regina. **Concentración de tierras y producción en Paraguay**: Análisis comparativo de los censos agropecuarios de 1991 y 2008. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 2016.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996.

RÜSEN, Jörn. **História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: UnB, 2007.

SALUM-FLECHA, Antonio. **Historia diplomática del Paraguay (1869-1990)**. Asunción: Comuneros, 1990.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. **La geografía y el espacio social del poder**. Barcelona: Amelia Romero Editor, 1981.

SANTORO, Mauricio. **A outra volta do bumerangue: Estado, movimentos sociais e recursos naturais na Bolívia (1952-2006)**. In: FUNAG (Org.), Prêmio América do Sul 2006. Brasília: FUNAG, 2007.

SANTOS, Milton. **Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados**. Barcelona: Oikos-Tau, 1973.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Editora Record, 2002.

SANTOS, M. Ruesga. **Estrategias de desarrollo en una economía global**. Madrid: Editorial Parteluz, 1997.

SOUCHAUD, Sylvain. **Pionniers brésiliens au Paraguay**. Paris: Karthala, 2002.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. **A ciência geográfica e a construção do Brasil**. São Paulo: AGB – Terra Livre nº 15, 2000.

SPRANDEL, Marcia Anita. **Conflitos em Fronteiras Internacionais: o caso dos chamados brasiguaios**. Revista da Associação da Reforma Agrária. Vol. 23, nº 3. Campinas, 1993.

VERDAGUER, Carles Carreras; CARLOS, Ana Fani A. **Barcelona y São Paulo cara a cara. Procesos metropolitanos a la hora de la globalización**. Barcelona: Editorial Davinci, 2006.

WAGNER, Carlos. **Brasiguaios: homens sem pátria**. Petrópolis: Vozes, 1990.

WALBEL, Leo H. **As zonas pioneiras do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia/IBGE. Rio de Janeiro, ano XVII, nº 4, out/dez., 1955.

WARREN, Harris Gaylord. **Paraguay and the Triple Alliance. The postwar decade, 1869-1878**. University of Texas, 1978.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE. Disponível em: <[www.wwf.org.py/que\\_hacemos/sig/](http://www.wwf.org.py/que_hacemos/sig/)>. Acesso em 02 set. 2018

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

YEGROS, Ricardo S.; BREZZO, Liliana M. **Historia de las Relaciones Internacionales del Paraguay**. Asunción: El Lector, 2010.